



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

JUAN ERLLE CUNHA DE OLIVEIRA

**ONTOLOGIA E LINGUAGEM NO *TRACTATUS* DE
WITTGENSTEIN**

SALVADOR-BA

2024

JUAN ERLLE CUNHA DE OLIVEIRA

**ONTOLOGIA E LINGUAGEM NO *TRACTATUS* DE
WITTGENSTEIN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Departamento de Filosofia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para o grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Salles
Coorientador: Prof. Dr. Wagner Teles de Oliveira

SALVADOR-BA

2024

JUAN ERLLE CUNHA DE OLIVEIRA

**ONTOLOGIA E LINGUAGEM NO *TRACTATUS* DE
WITTGENSTEIN**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Filosofia, Programa de Pós-Graduação de Filosofia da Universidade Federal da Bahia.

Aprovado em __/__/____

Banca Examinadora

Dr. João Carlos Salles Pires da Silva
(UFBA – Orientador)

Dr. Wagner Teles de Oliveira
(UEFS – Coorientador)

Dr. Silvia Faustino de Assis Saes
(UFBA)

Dr^a. Mirian Donat
(UEL)

À memória de minha mãe Vivi.
À memória de minha sobrinha Maria.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador prof. João Carlos Salles, exemplo de rigor e técnica, pelos comentários e críticas ao texto. Agradeço também por ter aceitado acompanhar o meu trabalho, mesmo quando esteve ocupado à frente da Reitoria da UFBA, período em que as universidades brasileiras sofreram os mais diversos ataques.

Esse trabalho tem uma dívida impagável com o meu coorientador prof. Wagner Teles de Oliveira. Agradeço pela sua paciência quase estoica, desde a minha graduação, pelas críticas e sugestões que ajudaram a iluminar o meu caminho até o texto final.

Ao meu amigo André de Jesus Nascimento pelas conversas fortuitas sobre filosofia, por indicações de leitura e pelo incentivo à minha pesquisa.

Agradeço aos meus amigos por estarem sempre presentes enquanto o texto descansava.

Agradeço, por fim, ao prof. Dr. Rafael Azize pela leitura e comentário ao texto no Exame de Qualificação.

Resumo

A proposição, no *Tractatus Logico-Philosophicus*, é o sinal proposicional em uma relação projetiva com o mundo. Esse tipo de articulação, com efeito, deve fazer prosperar o mesmo estatuto lógico entre proposições falsas e verdadeiras. Mas como se ancora uma proposição falsa se o mundo, de acordo com o *Tractatus*, é tudo que é o caso? O trabalho pretende discutir a postulação dos objetos simples como uma exigência interna à harmonia entre mundo e linguagem, bem como à determinação do sentido proposicional com independência de seu valor de verdade. Os objetos são, então, fixos e imutáveis, variáveis apenas as suas configurações com outros objetos, impostas pela forma lógica. O resultado disso é que a exigência do simples tem como contrapartida a sua indistinguibilidade em relação a outros objetos, como o próprio Wittgenstein admite no aforismo 2.0233, sob pena de inviabilizar a figuração do mundo. Assim, o trabalho busca também explorar as consequências da teoria pictórica da figuração a partir da ontologia presente no *Tractatus*, em como o atomismo lógico se compatibiliza com a harmonia entre mundo e linguagem. O resultado é que os objetos só podem ser distinguíveis pela descrição de suas propriedades externas, isto é, como polos de coordenação com outros objetos. Definido como simples, por outro lado, é inefável o objeto mesmo. Assim, a aptidão da linguagem em poder traçar uma figuração do mundo inclui condições, as quais inefáveis, não podem elas mesmas serem objetos de descrição da própria linguagem, como é o caso da nomeação e a isomorfia entre mundo e linguagem presente na teoria pictórica.

Palavras-Chave: Ontologia; linguagem; Wittgenstein; Tractatus.

Abstract

The proposition, in the *Tractatus Logico-Philosophicus*, is the propositional sign in a projective relationship with the world. This type of articulation, in effect, must ensure that the same logical status prospers between false and true propositions. But how does one anchor a false proposition if the world, according to the *Tractatus*, is all that is the case? The work intends to discuss the postulation of simple objects as an internal requirement for the harmony between world and language, as well as the determination of the propositional meaning independently of its truth value. Objects are, then, fixed and immutable, only their configurations with other objects, imposed by logical form, vary. The result of this is that the requirement for the simple has as its counterpart its indistinguishability in relation to other objects, as Wittgenstein himself admits in aphorism 2.0233, under penalty of making the figuration of the world unfeasible. Thus, the work also seeks to explore the consequences of the pictorial theory of figuration based on the ontology present in the *Tractatus*, in how logical atomism is compatible with the harmony between world and language. The result is that objects can only be distinguished by describing their external properties, that is, as poles of coordination with other objects. Defined as simple, on the other hand, the object itself is ineffable. Thus, the ability of language to be able to draw a figuration of the world includes conditions, which are ineffable, that cannot themselves be objects of description of language itself, as is the case with naming and the isomorphy between world and language present in pictorial theory.

Keywords: Ontology; language; Wittgenstein; *Tractatus*.

Sumário

Sumário

Introdução	8
Capítulo I Ontologia e linguagem	13
1. “ <i>O mundo é a totalidade dos fatos</i> ”	16
2. <i>p e $\sim p$</i>	19
3. <i>Os estados de coisas</i>	28
4. <i>O simples</i>	35
Capítulo II. Teoria pictórica	46
Capítulo III Os limites da linguagem: lógica e misticismo	68
Conclusão	87
Referências	91

Introdução

A “dosagem bem equilibrada entre identidade e diferença”¹ em que se divisa, de um lado, o que é tarefa exclusiva da notação e, do outro lado, em como Wittgenstein compreendeu uma ontologia que melhor se encaixasse com a semântica ajuda a esclarecer alguns pontos seminais do *Tractatus Logico-Philosophicus*. Uma delas é a compatibilização de aforismos aparentemente um tanto díspares entre si: o mundo resolve-se em fatos, por serem todos fatos, a determinar o que é e o que não é o caso; os fatos, por conseguinte, são a existência de estado de coisas, e esses últimos podem ser existentes ou inexistentes, ao que então Wittgenstein classifica, respectivamente, como “fato positivo” e “fato negativo”. Assim, possibilita concluir que o mundo, que é tudo que é o caso, inclui também os fatos negativos, isto é, estados de coisas inexistentes.

A compreensão do sentido de uma proposição é vinculada à prerrogativa de que já está antecipadamente na natureza dos estados de coisas a possibilidade de sua existência. Entretanto, os fatos definidos como “existência de estados de coisas” podem ser, ao mesmo tempo, inexistentes?

Apelando aos comentadores, há entre eles o consenso de que os fatos são sempre positivos, isto é, não é possível conceber os fatos como algo ao mesmo tempo inexistente, “não-fatos”. Não obstante, é preciso notar que, aplicada a lógica, revelar-se-ia que os fatos são compostos de estados de coisas, estes por sua vez são concatenações possíveis de objetos que podem ser reais ou não, existente ou não existentes. O fato, portanto, é uma possibilidade realizada.

Talvez a leitura sequencial dos aforismos não esclareça essa suposta disparidade de modo adequado, requer então a remissão a aforismos mais distantes, especialmente aqueles de que tratam as proposições contraditórias do tipo p e $\sim p$. Assim se desdobra o fio: p e $\sim p$ são asserções contraditórias entre si, de maneira que se p é falso, logo $\sim p$ é verdadeiro e o estado de coisas afirmado por p não existe.² Todavia, é importante notar que a negação, de acordo com o *Tractatus*, não corresponde a nada na realidade. Por

¹ Essa expressão foi adotada do texto de introdução ao *Tractatus*, de autoria de Luiz Henrique Lopes dos Santos: “Se uma figuração pode ser correta e pode ser incorreta, é porque algo no fato afigurado é substituído por algo diferente na figuração (os elementos) e algo não é substituído por nada na figuração, mas lá comparece de corpo presente (a forma). Dessa dosagem equilibrada de identidade e diferença, a figuração segrega sua virtude representativa”. Cf. SANTOS, Luiz Henrique Lopes. *A essência da proposição e a essência do mundo*. In: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008.

² Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008, 4.26.

consequente, se o valor de verdade de uma proposição depende de sua comparação com a realidade, encontrar-se-ia, no caso da verdade de $\sim p$, outro fato distinto daquele descrito por p , responsável pelo marcador de verdade de p e $\sim p$. Há sempre um fato, nunca um não-fato, e essa ideia se compatibiliza em ser o mundo a totalidade dos fatos.

Essa compreensão torna mais compreensível por que Wittgenstein afirma logo no início do livro que o mundo se resolve em fatos. Do ponto vista pragmático, é possível ser-nos informado a respeito do mundo a partir do que nele não ocorre³ ao expressá-lo por meio proposições elementares, tal-qualmente compreendemos com um pouco mais de vivacidade a informação de que o *Corão*, de acordo com Borges, fora realmente escrito por Maomé porque este sequer fizera referência à existência de camelos para compor uma paisagem árabe, pois essa menção seria a primeira atitude de um falsário. Mas o dizer e o mostrar impõem algum limite, a saber, que as proposições elementares não podem ser especificadas,⁴ muito embora a análise de proposições generalizadas deve poder chegar à postulação de que devem existir proposições elementares como constituintes ainda mais simples.

Não obstante, há um ônus – ou um bônus – à compreensão acima: a diferença entre estados de coisas (*sachverhalt*) e fato (*tatsache*) não pode ser apenas de complexidade, mas de possibilidade e atualidade. A dissertação apresenta, em seu primeiro capítulo, algumas observações controversas entre comentadores. O suporte a essa tese regride a uma instanciação ainda mais simples, à noção própria de objeto. Os objetos simples compõem fatos e estados de coisas, e não recaem sobre os objetos simples a qualidade de terem ou não existência, afinal os objetos são dotados em sua natureza individual de possibilidade de ligações entre objetos. Neste sentido, o estado de coisas tem a qualidade de ser possível porque a sua possibilidade advém, em última instância, da ligação potencial entre objetos que os estados de coisas, enquanto os fatos são sempre atualidades. Alguns comentadores passaram por cima dessa abordagem.

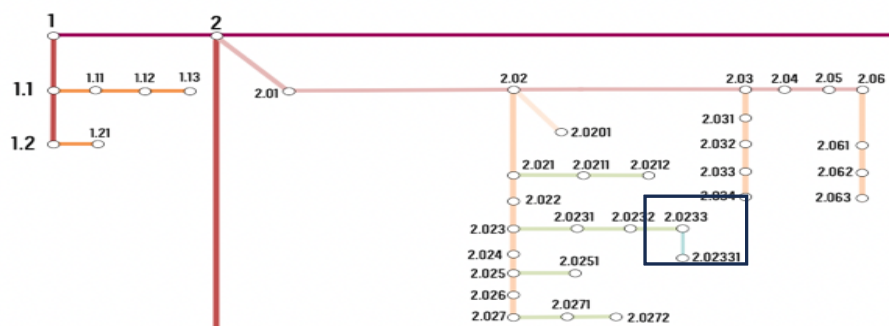
Por conseguinte, a qualidade de serem simples e, por isso, indistinguíveis, dá suporte à assunção do estado de coisas como entidade possível e também confere substancialidade à possibilidade do discurso falso. Se fossem distinguíveis, os simples ter-se-iam então propriedades exclusivas em que se pudesse destacar um do outro por meio de uma descrição, que, como tal, poderia ser verdadeira ou falsa. O resultado disso

³ SALLES, João Carlos. Algumas considerações sobre Deus e suas circunstâncias. In: SALLES, J. C. **Retrato do vermelho e outros ensaios**. SALVADOR: Quarteto, 2006, p. 110.

⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 5.55

é que o valor de verdade de uma proposição em que o objeto é aí articulado não dependerá mais da sua mera comparação com o mundo, como aponta o *Tractatus*,⁵ mas em serem verdadeiras ou falsas outras proposições que descrevem modulações sempre mais alhures dos objetos, num processo infinito; o sentido de uma proposição não mais seria a possibilidade de haver um estado de coisas de que ela é figuração, mas torna-se dependente de outros e outros estados de coisas. A linguagem não seria uma gramática do uso dos nomes baseada na sintaxe lógica, mas uma explicação exaustiva de suas menções. Tudo isso, no entanto, é incompatível com o propósito do *Tractatus*⁶, seria impossível traçar uma figuração correta ou incorreta do mundo.⁷

O estilo com que Wittgenstein materializa o *Tractatus* significa que nenhuma proposição é ali trivial. Neste sentido, embora a admissão de Wittgenstein de que os objetos sejam indistinguíveis esteja em um aforismo periférico, como se pode ver abaixo



Não é ela de somenos importância, tratar-se-ia, pois, de uma exigência técnica, com o qual discute o primeiro capítulo. Além disso, o que viria a ser a tese dos objetos simples indistinguíveis já estava de algum modo presente nos textos de Wittgenstein anteriores ao próprio *Tractatus*.⁸

Encaminhada a discussão sobre como se estrutura o que se deixa dizer, o segundo capítulo discute a dobra entre ontologia e linguagem por meio do que há em comum entre ambas: a forma de afiguração. Como régua aposta à realidade a tocar os objetos apenas

⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.21.

⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.021.

⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.0212.

⁸ Vejamos esse registro de Ray Monk: “Toda teoria dos tipos precisar ser extirpada por uma teoria do simbolismo que mostre que aquilo que parece ser um gênero *diferente de coisas* é simbolizado por diferentes gêneros de símbolos que *não podem* de modo algum ser substituídos uns pelos outros.”. Cf.: MONK, Ray. *O dever do gênio*. Trad. Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 77.

por meio de sua parte mais externa,⁹ a *Abbildungsthorie* não pertence nem à linguagem nem à ontologia¹⁰, mas sobrevém quando se compreende a isomorfia mundo-linguagem. É assim que uma proposição por si só não é uma figuração, mas é instituída como tal em função de sua relação projetiva com o mundo.¹¹

Aqui os indistinguíveis recebem um tratamento mais áspero – ou a própria *Abbildungstheorie*. A discussão não reside tão-somente na mera identidade formal dos objetos, isto é, na parte ontológica do *Tractatus*, mas deve ser recolocada no âmbito da nomeação. Se “dois objetos de mesma forma lógica diferenciam-se apenas por serem diferentes”¹², sendo por isso impossível de serem indicados, perguntar-se-á: como se dá a nomeação desses objetos, na medida em que figurar um fato pressupõe a determinação de um objeto específico? Como a nomeação se realizaria em objetos indistinguíveis e qual função o nome poderia realizar na diferenciação de propriedades externas? A resposta coloca em jogo a conservação da distinção tão cara ao *Tractatus* entre o contingente e o necessário, propriedades externas e propriedades internas.

Tem-se cogitado a atuação de um sujeito transcendental.¹³ Com efeito, a inserção de um sujeito transcendental entre os espaços dos aforismos não culmina, à primeira vista, na intromissão de um corpo estranho ao *Tractatus*. Ao mesmo tempo, não obstante, a ideia é deveras excessiva e é muito mais uma armadilha do que uma solução, pois a lógica, longe de cuidar de si mesma, dependerá cada vez mais de uma entidade mais fronteira. Essa discussão talvez remonte ao velho debate sobre a gênese da linguagem, eventualmente revestida de teor antropológico. Recua a uma fase pré-linguística em que o homem se deparou com a necessidade de inventar signos para acomodar à sua cognição fatos extraordinariamente novos ou para assimilar objetos nunca antes vistos.¹⁴ Mas o

⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.1512-2.15121.

¹⁰ “Quando aplico uma escala a um objecto espacial, aplico todas as divisões ao mesmo tempo. [...] Quando, por exemplo, digo: Tal ponto do campo visual azul, com isso sei também que o ponto não é verde, nem vermelho, nem amarelo, etc. Num só momento aplico a toda a escala cromática”. Cf. MÁRQUES, António. *Teoria da Abildung e Heracliteanismo no Tractatus*. In: **Revista Portuguesa de Filosofia**, T. 38, Fasc. 1, Actas do Colóquio Luso-Austriaco Sobre Ludwig Wittgenstein (Jan. – Mar., 1982), pp. 135-141, p. 140.

¹¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.12.

¹² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.0233.

¹³ Cf. MARION, Mathieu. **Wittgenstein**: Introdução ao *Tractatus Logico-Philosophicus*, p. 51; CUTER, João Vergílio Gallerani. A ética no *Tractatus*. In: **Revista Analytica**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 2, 2003; CUTER, João Vergílio Gallerani. Por que o *Tractatus* necessita de um sujeito transcendental? In: **Revista Dois pontos**, Curitiba, São Paulo, vol. 3, n.1, p. 171-192, abril, 2006.

¹⁴ Há que lembrar aqui das palavras de Octavio Paz, embora destoantes de nosso propósito: “[...] A primeira coisa que o homem faz diante de uma realidade desconhecida é nomeá-la, batizá-la. [...] A distância entre palavra e o objeto – que é precisamente o que obriga cada palavra a se converter em metáfora daquilo que designa – é consequência de outra: mal o homem adquiriu consciência de si, separou-se do mundo natural e construiu outro no interior de si mesmo. A palavra não é idêntica à realidade que nomeia porque entre o

Tractatus não se ocupa da origem da linguagem, de uma suposta passagem do “mito” ao logos.

O último capítulo trata da doutrina do dizer e do mostrar. O inefável é infenso ao simbolismo, enquanto o dizível é da ordem do trivial e do contingente, não alcança linguisticamente o valor mais alto. Não há gradação de importância entre as proposições¹⁵, todas têm o mesmo valor, que consiste precisamente em não ter valor algum.¹⁶ E o que tem valor está fora do que é o caso, da totalidade dos fatos. Assim, “contrapõe-se à lógica e ao altíssimo o ponto de vista das ciências, para as quais apenas é dado dizer como esteja o mundo”¹⁷ e “como seja o mundo, é completamente indiferente para o Altíssimo”.¹⁸ Em contrapartida, só é dado ao dizível dizer *como* uma coisa é, isto é, em como os objetos podem estar configurados e se de fato estão.

Como pressuposto *a priori*, propriedade interna dos objetos e das proposições não podem ser ditas, enquanto a descrição de um objeto apenas o faz pelas propriedades externas, mas sem que se tenha alcançado o individual.¹⁹ Os indistinguíveis é uma recorrência à doutrina do dizer e do mostrar: os objetos são indiferenciáveis porque são inefáveis.

O expressivo é dispensável ou deve ser esquecido, para lembrar aqui da resposta de Borges quando perguntado como pode haver fatos transcendentais a cada dia: “Não se sabe dizer quais são. A crucificação de Cristo foi importante depois, não quando aconteceu. Por isso eu jamais li um jornal, seguindo o conselho de Emerson”.²⁰ O que só pode ser mostrado e não dito atravessa o *Tractatus* de ponta a ponta e excede o aforismo de número 7, porquanto a partir dali devem estar questões éticas e o sentimento místico, os quais, depuradas das proposições mundanas sem valor, não podem ser nem ditas, cabendo apenas o silêncio respeitoso.

homem e as coisas - e, mais profundamente, entre o homem e seu ser - se interpõe a consciência de si mesmo. A palavra é uma ponte através da qual o homem tenta superar a distância que o separa da realidade exterior.” Cf. PAZ, Octavio. **O Arco e a Lira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1956, p. 43.

¹⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 6.4.

¹⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 6.41

¹⁷ SALLES, João Carlos. Algumas considerações sobre Deus e suas circunstâncias, p. 120.

¹⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 6.432.

¹⁹ MORENO, Arley. Conhecimento científico do individual e comentários filosóficos – uma análise do *Tractatus*. In: **Trans/form/ação**: Revista de Filosofia. Marília: 1974, 1, 71-77.

²⁰ BORGES, Jorge Luis; SABATO, Ernesto. **Diálogos**. Globo: São Paulo, 2005, p. 18.

Capítulo I

Ontologia e linguagem

A linguagem terá a capacidade de representar simbolicamente os fatos tanto quanto houver com o mundo uma coordenação simétrica. Embora como unidade necessária, mundo e linguagem não são nem idênticos, nem mutuamente dependentes. Deve então subsistir na diferença um algo que lhes seja comum, de tal sorte que faça prosperar um mesmo estatuto tanto em proposições verdadeiras, quanto em proposições falsas. Mais adiante talvez fique claro que, no final das contas, subsiste na diferença uma das condições operatórias da linguagem pensada por Wittgenstein, tão fundamental que sem ela uma proposição não seria possível; e sem o que pode haver de idêntico uma proposição falsa nunca poderia ser dotada de sentido.

Com efeito, seja o que for subjacente ao mundo e à linguagem, esta condição de qualquer discurso significativo é inefável e indizível. No que concerne à essência da linguagem é totalmente dispensável o que é dito, tão dispensável quanto um mapa que se revela inútil quando ao final chega a ter as mesmas medidas do reino mapeado.²¹ O que é indispensável a toda e qualquer linguagem não pode ser expresso, apenas mostrado. A possibilidade de uma representação linguística do mundo requer, como afirma Santos, uma “dosagem bem equilibrada de identidade e diferença”²²

Uma articulação mais superficial, o valor de verdade de uma proposição é determinado em comparação com a realidade²³ e não extraída tão-somente da figuração,²⁴ do mesmo modo que “ser uma figuração não é uma característica intrínseca ao fato figurativo”.²⁵ Algo a mais se reveste na figuração. A verdade ou falsidade de uma proposição sobrevém da sua mera confrontação empírica com o mundo. Ainda que o valor de verdade de uma proposição não seja por ora passível de identificação - situações em que há eventuais limitações empíricas, como uma descrição da ciência para a qual o meio de prova ainda não fora estabelecido - deve, porém, permanecer intactas as características internas que assegurem a possibilidade mesma de a proposição constituir-se como uma

²¹ BORGES, Jorge Luis. Sobre o Rigor na Ciência. In: **História Universal da Infância**, trad. de José Bento, Assírio e Alvim, 1982, 117.

²² SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. A essência da proposição e a essência do mundo, p. 86.

²³ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 2.25.

²⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 2.225; 6.13.

²⁵ KENNY, Anthony. **Wittgenstein**. Madrid: Alianza Editorial, 1972, p. 58.

figuração, não importa o valor de verdade. O que se divisa aqui é o que é próprio da lógica e o que é caracteristicamente contingencial.

A abertura deveras enigmática do *Tractatus* traz algumas dificuldades. O mundo como totalidade dos fatos²⁶ sugere um ambiente permeado de efetividades a partir do qual a sua articulação com a linguagem parece ilustrar, nada mais do que isso, uma passagem de mesmo nível entre os fatos e as proposições que os descrevem, afinal de contas o mundo é resolvido em fatos”.²⁷ Uma lacuna simplória somente em sua aparência está em entender como estão ancoradas as proposições falsas e em que medida a sua constituição interna é, quem sabe, inalterável e infensa ao seu valor de verdade. Por enquanto, não fica claro se uma proposição falsa deve ser abordada de forma distinta de uma proposição verdadeira. A chave para essas questões está em como o *Tractatus* apresenta a ontologia.

Se o mundo é tudo que é o caso²⁸, uma pista possível para essas questões poderia recorrer a uma interpretação forte da afirmação de Kenny de que “de um fato se segue da não existência de outros estados de coisas.”²⁹ Esse caminho pode apontar para algumas ilações: que somente as proposições verdadeiras articulam-se com o mundo; em consequência, as proposições falsas articulam-se com o mundo tão-somente por intermédio de saber quais proposições são verdadeiras. Algumas afirmações do *Tractatus* parecem animar essas hipóteses, pois além de ser resolvido em fatos³⁰, o mundo também é a totalidade dos estados *existentes* de coisas,³¹ determinando quais estados de coisas não existem.³² Ademais, parece que no *Tractatus* tudo conduz à visão de que um fato deve ser imperativamente entendido sempre como um algo efetivo.

Se esses registros forem assim interpretados, a articulação entre mundo e linguagem permaneceria sempre em aberto até que as proposições verdadeiras, solicitadas como pontos de Arquimedes, fossem determinadas, vez que aqui o valor de verdade de uma proposição elementar falsa dependeria de serem verdadeiras outras proposições. Mas isso é tudo que Wittgenstein pretende evitar e é totalmente estranho ao *Tractatus* que linguagem e mundo sejam somente intrincados de maneira meramente contingencial.

A aparente pregnância de um mundo preenchido de efetividades vai se dissipando como se fosse uma névoa mal digerida, ao passo que as proposições iniciais são lidas à

²⁶ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1.1.

²⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1.1.

²⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1.

²⁹ KENNY, Anthony. *Wittgenstein*, p. 60.

³⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1.2.

³¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.04.

³² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.05.

luz de outras partes da obra. Exemplo semelhante está no penúltimo aforismo. Depois de percorrer um vaivém de proposições, como se o livro fosse forjado artesanalmente por quem lê, depara-se o leitor, ao final, com uma afirmação deveras incômoda, qual seja, a de que o *Tractatus* é ele próprio um apanhado de contrassensos.³³ Essa ideia no *Tractatus* tem um quê de enigmático e alegórico: primeiro que é uma atitude deveras rara Wittgenstein dirigir-se diretamente ao seu leitor no corpo do livro; em segundo lugar, depois de reconhecer como contrassenso, dirá Wittgenstein que o livro deve ser ultrapassado como quem joga fora a escada depois de ter subido por ela.³⁴

É preciso então lembrar. O sentido do livro que Wittgenstein havia antecipado no prefácio consiste em estabelecer os limites lógicos da expressão do pensamento, limite este que “só poderá [...] ser traçado na linguagem, e o que estiver além do seu limite será simplesmente contrassenso”.³⁵ Por conseguinte, o propósito geral do livro só pode ser alcançado na medida em que essa busca compreender um método de leitura que privilegie a economia interna da obra e, assim, o leitor terá compreendido que a lógica que determina os limites da expressão do pensamento não pode expressar a si mesma. É que as proposições do *Tractatus* são como elucidações sobre a essência da linguagem. Se tomadas como proposições usuais, poderia ser falso aquilo que tem a qualidade de ser apriorístico à constituição da linguagem. O resultado disso é que o necessário seria também contingencial. O contrassenso, característica das proposições do *Tractatus*, parece usufruir da materialidade da linguagem, articula palavras, mas na verdade são pseudo-proposições³⁶ e, como tais, são destituídas de sentido, não podendo ser bipolar.

Se no prefácio encontramos uma lição preparatória de como o livro deve ser cotejado, como se o *Tractatus* fosse um algo ainda a ser consumado, o aforismo 6.54, com efeito, faz o *Tractatus* encontrar-se consigo mesmo. Que o livro seja um conjunto de contrassensos não é nenhum corpo estranho ao texto, mas só realmente recusará a estranheza dessas afirmações quem tiver compreendido a obra. Assim, com feição de obra inesgotável, não deixa de se antever no *Tractatus* possibilidades de leituras que signifiquem selecionar, do fio à trama, uma perspectiva entre outras múltiplas dimensões da obra:

Que o livro esteja ordenado segundo um sistema de numeração, isso tem consequências extraordinárias. Por exemplo, ao lado da leitura sequencial,

³³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 6.54.

³⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 6.54.

³⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Logico-Philosophicus*, p. 125.

³⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.1272.

sempre incontornável por sua naturalidade, há ligações de subordinação entre proposições que não respeitam sequências e aproximam o que, à primeira vista, estaria separado [...].³⁷

Nada mais expressivo de um sentimento tractatiano do que concebê-lo como um desafio à leitura e ao comentário, os quais, encarnados como símbolo de escolha, também se compõe em alguma medida a partir do que é deixado de fora, porquanto, como já foi dito, ler o *Tractatus* significado escolher uma leitura entre tantas outras. Exemplo disso é que “só entenderá bem então uma frase como ‘o objeto é simples’³⁸ quem puder recompor sua ligação nem sempre clara com outras proposições”.³⁹

A diferença entre uma proposição verdadeira e uma proposição falsa não é essencial. A questão de saber de que maneira mundo e linguagem se articulam conduz a como Wittgenstein prepara a ontologia – ou, para ser mais preciso, em como a ontologia se submete ao escrutínio da lógica. É que ao dizer então que “o mundo é tudo que é o caso” ou como totalidade dos fatos, Wittgenstein se compromete com a ideia de que a representação linguística é uma consequência em como o mundo se estrutura logicamente. Por isso mesmo não se trata de um mundo disposto ao empírico e permeado de ocorrências, mas um espaço lógico em que o seu caráter precípua engendra o empírico como ocorrência logicamente possível.

1. “O mundo é a totalidade dos fatos”

Se uma proposição elementar é falsa, então a sua negação deve ser verdadeira.⁴⁰ Como se sabe, o valor de verdade de uma proposição é determinado pela comparação com a realidade: uma proposição verdadeira descreve corretamente um complexo que é o caso; a proposição falsa, por outro lado, descreve um algo que não ocorre. Não obstante, parece haver em torno do *Tractatus* uma definição de algum modo cambiante sobre “fato”, ora como algo positivo ora como negativo, ao mesmo tempo em que se deve considerar a possibilidade de não existirem certos estados de coisas⁴¹ sobre os quais, para felicidade do enigma, se pode fazer figurações⁴². Segundo alguns comentadores, o *Tractatus* repugna a ideia de um não-fato. James Griffin, por exemplo, diz que:

³⁷ SALLES, João Carlos. *Tractatus: frente e verso*. Salvador: Quarteto, 2022, p. 41.

³⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.02.

³⁹ SALLES, João Carlos Salles. *Tractatus: frente e verso*, p. 30.

⁴⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.512; 4.061.

⁴¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.05.

⁴² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.11; 2.011.

Quanto aos fatos é difícil ver o que poderia significar ser o que acontece e o que não acontece. Não vejo qualquer interpretação especial para ‘fatos, nos textos de Wittgenstein, que tornasse inteligível dizer destes, simultaneamente, que não acontecem e mesmo assim são fatos.’⁴³

Nessa mesma esteira, Marion afirma que “fato” é sempre algo positivo e “falar da existência de um ‘não-fato’ parece ser da ordem do contrassenso”.⁴⁴ Mounce⁴⁵ apresenta a mesma visão. O traço comum dessas arguições é defender que o fato é um algo que não pode não ser atual e fundamentam-se no próprio *Tractatus*. Mas é preciso pontuar que esses comentários apenas tratam da trivial assunção de que fatos não podem ser assimilados a não-fatos, e não tratam diretamente dos estados de coisas como estruturas possíveis. É preciso esclarecer, portanto, a postulação dos estados de coisas em relação aos fatos. Algumas passagens do *Tractatus* parecem testemunhar em favor daquela tese, porquanto o aforismo que afirma ser o mundo a totalidade dos fatos tem como complemento por anadiplose o comentário de que “o que é o caso, o fato, é a existência de estados de coisas” e a totalidade desses últimos é o mundo.⁴⁶ Assim, até aqui não há outra interpretação senão a de que a noção de fato já traz implícita a ideia de que os fatos são sempre atuais, ficando em aberto, por outro lado, o estatuto dos estados de coisas.

Não obstante, a ideia de que os fatos só podem ser positivos, como afirma Marion, combinado com a premissa de que o mundo é totalidade dos fatos, dá azo a algumas consequências problemáticas em torno do *Tractatus*. Como figuramos os fatos⁴⁷, então figuramos fatos cuja existência está previamente implícita, vez que veda automaticamente que se conceba não-fatos. A figuração se expressa materialmente na proposição. Daí que tomada a linguagem como totalidade das proposições⁴⁸, o resultado disso é uma concepção de linguagem que só assevera a existência de fatos e o consequente esvaziamento da possibilidade de proposições falsas.

Com efeito, já em escritos anteriores ao *Tractatus*, como os *Notebooks*, Wittgenstein já fazia menção a fatos negativos e essa temática é novamente retomada em 2.06, do *Tractatus*, ao dizer que a realidade é determinada pela existência e inexistência de

⁴³ GRIFFIN, James. **O atomismo lógico de Wittgenstein**. Porto: Editora Porto, 1998, p. 69.

⁴⁴ MARION, Mathieu. **Ludwig Wittgenstein: Introdução ao Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Annablume, 2012, p. 70.

⁴⁵ MOUNCE, H. O. **O Tractatus de Wittgenstein: uma introdução**. São Paulo: Scientiae Studia, 2022, p. 56.

⁴⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 2.04.

⁴⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 2.1: “Figuramos os fatos”.

⁴⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 4.001.

estados de coisas. No próprio *Tractatus*, Wittgenstein introduz a ideia de fato negativo de forma mais enfática: “à existência de estados de coisas, chamamos também um fato positivo; à inexistência, um fato negativo”, cuja totalidade – da existência e inexistência de estados de coisas – é a realidade⁴⁹ e a “realidade total é o mundo”⁵⁰. O mundo como totalidade dos fatos deve agora incluir também fatos negativos e estados de coisas inexistentes. As duas concepções parecem mutuamente excludentes. Ou bem os fatos são positivos, como parece estar expresso no próprio texto, promovendo o completo esvaziamento das proposições falsas, pois “o que é o caso, o fato, é a existência (*Bestehen*) de estados de coisas”⁵¹ ou bem os fatos também podem ser negativos como inexistência de estados de coisas, recaindo em uma disparidade entre os aforismos, além de contrariar a concepção acima animada pelo próprio *Tractatus* e as observações de alguns comentadores.

Uma das perguntas que se impõe é em que medida uma proposição falsa ou negativa tem de isomórfico com o mundo, este último constituído como tudo que é o caso. Isso pode nos levar a outra questão: podem proposições falsas e negativas constituir algum tipo de conhecimento empírico acerca do mundo?

Seja lá o que venha ser o mundo contingente e a totalidade dos fatos, aquele só pode ser descrito com o auxílio de proposições elementares. E com isso está incluído também todos os vínculos possíveis que as proposições elementares podem manter entre si *pari passu* com a complexidade do representado. A linguagem pode ser, então, tomada como um recurso de acesso ao mundo, como um traje.⁵² Numa direção inversa, as proposições gerais mostram que, empreendida a sua análise, são compostas por proposições ainda mais básicas, bem como a forma em que estes constituintes estão arranjados,⁵³ e que devem haver necessariamente constituintes ontológicos ainda mais simples. Desse modo, tenha uma proposição não-elementar como descrição, a sua vinculação com o mundo é mantida através das proposições elementares⁵⁴ e “a especificação de todas as proposições elementares verdadeiras descreve o mundo

⁴⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.06.

⁵⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.063.

⁵¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.

⁵² O traje do pensamento, de acordo com Wittgenstein, é, no entanto, equivalente ao que é dito por meio da proposição, ao passo que disfarça a sua real estrutura, que não pode ser dita, mas mostrada. Cf.: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.002.

⁵³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.2211.

⁵⁴ SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. *A Essência da Proposição e a Essência do Mundo*, p. 80.

completamente. O mundo é completamente descrito através da especificação de todas as proposições elementares (...).”⁵⁵

2. p e $\sim p$

A discussão requer uma digressão de como Wittgenstein elabora, no *Tractatus*, a natureza das proposições. Isso porque a análise da proposição exhibe alguns traços dos fatos que beneficia um cotejo da estrutura do mundo – e através da análise da proposição pode-se chegar à ontologia tractatiana, em como, por exemplo, as constantes lógicas são compreendidas, vez que, embora não tenham referências, são conectivos extensionais refratários das propriedades internas dos fatos.

A expressão “A crê que p ”, tomada como uma proposição molecular, resulta numa inconsistência lógica que nem mesmo Frege conseguiu se desvencilhar.⁵⁶ Ao distinguir sentido de referência, Frege passa a considerar a igualdade não como uma relação entre objetos, mas relação entre sinais de objetos. Assim, “Estrela da Tarde” e “Estrela da Manhã”, com o pontua Frege, têm o mesmo objeto como referência, embora o designe por sentidos diferentes.⁵⁷ Não obstante, essa concepção pode resultar em alguns problemas, como aponta Santos:

Suponhamos que A não creia que a Estrela da Tarde seja a Estrela da Manhã, mas que não tenha dúvida a respeito da validade universal do princípio de identidade. Nesse caso “ A crê que a Estrela da Tarde é a Estrela da Manhã” será uma proposição falsa, “ A crê que a Estrela da Tarde é a Estrela da Tarde” será uma proposição verdadeira. [...] Se esses dois nomes têm o mesmo significado, o princípio parece conduzir a uma violação flagrante do princípio de não contradição.

Para contornar embaraços provenientes de exemplos como “A crê que p ”, Frege teria de recorrer a conceitografia como um modelo em que a lógica seria equivalente a um fio de prumo capaz de purificar a linguagem corrente, incapaz de prevenir erros na expressão do pensamento. Todavia, Frege se vê obrigado a apelar para formulações *ad hoc* a fim de manter intacta a linguagem formular e corrigir falhas congênitas atribuídas somente à linguagem corrente. Como aponta Santos, seria obrigado a negar que nesse

⁵⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.26.

⁵⁶ SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. *A Essência da Proposição e a Essência do Mundo*, p. 36.

⁵⁷ Cf. FREGE, Gottlob. *Sobre o sentido e a referência*. In: FREGE, Gottlob. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: EDUSP, 2009.

exemplo os termos têm o mesmo significado e por isso Frege “apela ao velho preceito metodológico que recomenda desconfiar sempre da aptidão da forma gramatical de uma proposição comum para espelhar sua verdadeira forma lógica”.⁵⁸ Wittgenstein, por outro lado, é mais econômico: a linguagem comum está em perfeita ordem e “A crê que p ” não é uma proposição, não há nada a ser corrigido. Trata-se tecnicamente de um contrassenso, pois, no final das contas, aquela expressão tem a forma “ p ’ diz p ”, portanto não diz absolutamente nada, não pode ser falsa. Enquanto Frege busca salvar a extensionalidade das aparências, a forma “ A crê que p ”, de acordo com a concepção wittgensteiniana, não contém nenhum conectivo extensional.

Ademais, proposições como essas são, na verdade, expressões da psicologia e o mundo é indiferente à vontade humana.⁵⁹ O que é suscetível ao mundo não prescinde da presença de um sujeito que crê ou tem expectativa. Mesmo que um sujeito empírico seja capaz de criar pela sua ação um fato p ’, como o ato de depositar um livro de n características sobre a mesa, ainda assim isso em nada teria de relação com a crença em p . É o que afirma Wittgenstein em 6.374:

Ainda que tudo que desejássemos acontecesse, isso seria, por assim dizer, apenas uma graça do destino, pois não há nenhum vínculo lógico entre vontade e mundo que o garantisse, e o suposto vínculo físico, por seu lado, decerto não é algo que pudéssemos querer.⁶⁰

É verdade que Wittgenstein tem concordâncias com a filosofia fregeana, o caso da igualdade como algo relativo aos sinais, não aos objetos, como ele mesmo expressa no aforismo 5.53 ao afirmar que a igualdade do objeto é expressa por meio da igualdade dos sinais e não com o uso do sinal de igualdade, na mesma medida em que a diferença dos objetos é expressa por meio da diferença dos sinais.⁶¹ No entanto, a partir da interpretação de Santos e, mais propriamente, de Wittgenstein, tudo indica que o erro de Frege foi dar maior ênfase à semântica sobre a extensão. A igualdade dos sinais “Estrela da Tarde” e “Estrela da Manhã” não é determinada por meio de proposições de que seriam partes, além disso são nomes constituídos isoladamente de sentido próprio. A semântica em Wittgenstein está muito mais aferrada ao extensionalismo. No *Tractatus*, só as

⁵⁸ SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. *A Essência da Proposição e a Essência do Mundo*, p. 38. Aliás, o próprio Wittgenstein faz esse endosso no *Tractatus*. Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 3.323-3.325.

⁵⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 6.373.

⁶⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 6.374.

⁶¹ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 5.53.

proposições têm sentido e somente nelas os nomes têm as suas referências determinadas quando articulados com elementos linguísticos outros em conformidade com a sintaxe lógica. Isso por si só inviabilizaria a visão fregeana, na qual “Estrela da Manhã” e “Estrela da Tarde” teriam a mesma referência.

O sinal proposicional se converte em proposição na medida que se torna projeção de uma situação possível inscrita no espaço lógico, e por meio da projeção e da proposição entra em conexão com a realidade. Por isso uma figuração por si só não é um fato figurativo, mas quando é garantida a sua relação figurativa com o mundo. Ademais, a essência da figuração não pode ser confundida com o próprio fato representado, se compõe de nomes em relação de substituição com os objetos que, independentemente do que é ou não o caso, são entidades subsistentes e fixas, invariáveis a despeito de seus arranjos possíveis e cambiáveis com outros objetos.

Assim, em Frege e Wittgenstein a extensionalidade é mobilizada de forma distinta. Na visão fregeana, os nomes por si só têm sentido e referência, a extensionalidade parece então superveniente a isto como um processo anterior. Isso fica claro quando Frege afirma que “o sentido de um nome próprio é apreendido por todos que estejam suficientemente familiarizados com a linguagem ou com a totalidade de designações a que o nome próprio pertence”.⁶² Mais adiante, Frege parece propenso a admitir que na linguagem natural um mesmo nome pode ter mais de um sentido, mas deve ter, em qualquer circunstância, somente uma referência. É o caso do nome “Aristóteles”, que pode ser tomado como seu sentido tanto como ter sido discípulo de Platão, como ter sido mestre de Alexandre Magno. Não obstante, na conceitografia, “sistema perfeito de sinais”, a cada expressão deve corresponder a um sentido determinado.

Para Wittgenstein, a extensionalidade é algo inerente à própria proposição: os nomes não têm sentido fora da sintaxe lógica e só têm significado quando estão articulados no próprio contexto da proposição, onde o caráter determinado do sentido significa saber qual objeto o nome substitui. Isso evita, em linhas gerais, que os nomes se comportem de duas maneiras distintas: por si mesmos e no interior das proposições, como aquelas expressões tomadas na afirmação hipotética “A crê que a Estrela da Tarde é a Estrela da Manhã”. No *Tractatus*, a lógica é ainda mais autônoma – “ela cuida de si mesma” - e infensa a qualquer intervenção exterior.

⁶² FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência, p. 132.

É inerente ao sinal proposicional como figuração que ele possa exprimir um sentido. Qualquer que seja a totalidade dos fatos, a figuração só é figuração se e somente se for pressuposta dela uma situação possível de que ela é figuração – nisto está concebido a possibilidade de seu valor de verdade. Isso fica claro quando Wittgenstein compara a proposição a uma flecha a apontar para um sentido determinado ou, em outros termos, para um ponto específico do espaço lógico. A partir dessa imagem é possível dizer, por exemplo, que nem a tautologia nem a contradição são dotadas de sentido. Da tautologia as flechas selecionam polos opostos do espaço lógico, o que significa dizer, a rigor, que a tautologia não recobre trecho algum do espaço lógico; a contradição, por outro lado, seleciona um mesmo trecho do espaço lógico, mas suas condições de verdade mostram que os espaços lógicos selecionados se anulam mutuamente. Que uma proposição possa ser verdadeira ou falsa significa conceber circunstâncias em que ela possa ser verdadeira *ou* falsa. O caráter determinado do sentido, portanto, deve apontar exclusivamente para um único polo do espaço lógico.

Excluídas tautologias e contradições do rol de proposições dotadas de sentido, ainda assim é conferido tanto à contradição quanto à tautologia somente um valor de verdade mas independente dos fatos. Não são, portanto, bipolares; e o estatuto da proposição, como é concebido no *Tractatus*, bloqueia proposições em que não sejam concebidas circunstâncias em que elas possam ser verdadeiras *ou* falsas. Esse princípio de algum modo demole proposições do tipo “*A* crê que *p*”. Por conseguinte, a ideia de que a impossibilidade de afigurar articulações impossíveis já esteja inscrita na própria natureza semântica da figuração⁶³ está associada à concepção de que o método de projeção, que faz a proposição instituir-se como tal, não é uma tarefa levada a cabo por um sujeito empírico que pudesse inaugurar uma ligação entre a linguagem e o mundo não-simbolizado. A semântica do sentido na verdade é coetânea à estrutura lógica da ontologia tractatiana como sua contraparte, cuja essência formal em comum tornam o fato-figuração e o fato, *mutatis mutandis*, uma coisa só.

O *Tractatus* preconiza algumas outras exigências técnicas. É necessária a substituição dos objetos por nomes na proposição como preceito básico do entrelaçamento entre linguagem e mundo. O problema que surge é como deve ser entendido “objeto” e “entrelaçamento” quando nos defrontamos com proposições falsas, já que o entrelaçamento entre proposição e as situações, por meio dos componentes de

⁶³ Cf. SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. A Essência da Proposição e a Essência do Mundo, p. 66.

parte a parte, só pode ser condição de verdade da proposição, nunca de sua significatividade. Mas essa questão será tematizada mais adiante. Por enquanto, o que importa é que a proposição é composta por nomes que se vinculam entre si da mesma maneira que os objetos estão articulados na situação retratada.

Não obstante, “a proposição é um símbolo que não precisa simbolizar nada para instituir-se como símbolo, uma representação que não precisa representar nada para instituir-se como representação”.⁶⁴ É o que Wittgenstein também afirma em 3.13:

À proposição pertence tudo que pertence à projeção; mas não o projetado. Portanto, a possibilidade do projetado, mas não ele próprio. Na proposição, portanto, ainda não está contido seu sentido, mas sim a possibilidade de exprimi-lo. [...] Na proposição está contida a forma de seu sentido, mas não o conteúdo.⁶⁵

Evita-se com isso uma conclusão aparentemente paradoxal que parte da suposição de que a proposição seria a simbolização de algo atual e em havendo uma proposição falsa, nada seria simbolizado, resultando que nada poderia ser ao mesmo tempo falso e significativo. O paradoxo é evitado na medida em que o princípio de independência do sentido condiz com a ideia de que a proposição não está comprometida com qualquer pressuposto factual, mas é expressão da possibilidade de realização de uma situação possível. No que concerne aos fatos negativos classificados por Wittgenstein, eles podem ser conhecidos pela falsidade de uma proposição ao asserir incorretamente a existência de uma possibilidade, os fatos negativos expressos diretamente por proposições negativas. No final das contas, trata-se de duas faces da mesma moeda. Ainda que uma proposição negativa pretenda representar a inexistência de um determinado estado de coisas, já é ela mesma uma proposição e não “a preparação para uma proposição”.⁶⁶ E em sendo uma proposição dotada de sentido, ainda que negativa, ela asseire, como toda proposição, a possibilidade de uma realização, um estado de coisas possível. Além disso, também está desde já constituída como proposição antes até que a sua negação lhe seja inserida. É isso que Wittgenstein quer dizer ao afirmar que “[...] a proposição negativa é, com efeito, indiretamente constituída por meio da positiva”.⁶⁷ Que ‘a’ mantenha uma certa relação R com ‘b’ diz ‘aRb’. Mas não encontramos nada na realidade ou nos estados de coisas algo que corresponda a ‘R’, mas apenas que esse símbolo de relação exprime

⁶⁴ SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. A Essência da Proposição e a Essência do Mundo, p. 21-22.

⁶⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.13.

⁶⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.0641.

⁶⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.5151.

uma possibilidade combinatória entre ‘a’ e ‘b’ que se mostra na forma proposicional diádica ‘aRb’. Aqui está disposta a “dosagem bem equilibrada entre de identidade e diferença”, onde a relação ‘R’ simbolizada na notação é um traço exclusivo à linguagem, a despeito de nada ser designado faz exibir pela notação que os objetos podem ter certas concatenações ontológicas. Não há nenhuma outra concatenação que concatene ‘R’ com ‘a’ e ‘b’, ‘R’, portanto, espelha algo de ontológico e assim se mostra em aRb.

É nessa mesma medida que a negação não opera nenhum acréscimo ontológico aos objetos na proposição, tampouco se constitui como uma nova modalidade de concatenação dos objetos para além das possibilidades de ligação já inscritas nos próprios objetos, anterior mesmo a qualquer configuração propriamente dita ou atual. A notação mostra isso. É por isso que embora graficamente diferentes, “p” e “ $\sim p$ ” são uma e mesma proposição, apontam para o mesmo ponto do espaço lógico, têm o mesmo sentido e o mesmo valor de verdade. Caso “ \sim ” correspondesse a algo na realidade, então “p” e “ $\sim p$ ” teriam sentidos distintos.⁶⁸ A ideia de que os polos de verdade estejam prejudgados na própria natureza da proposição como uma possibilidade interna tem como consequência, portanto, que da proposição falsa se pode inferir que a sua negação deve ser verdadeira, assim se p é falso, então $\sim p$ deve ser verdadeiro. Verdade, falsidade, negação etc. não são, em última instância, elementos indispensáveis à natureza da proposição.

Wittgenstein havia se manifestado a favor crítica de Russell dirigida a Meinong ao aderir à tese segundo a qual, embora a nada corresponda a uma proposição falsa, ainda assim o objeto subsiste⁶⁹. Proposições do tipo “ $\sim p$ ” e “p” se contradizem, mas constantes lógicas como a negação, conforme afirmamos acima, não são assimiláveis a um objeto, também não corresponde a nada no mundo⁷⁰. Como vimos, à existência de um estado de coisas, Wittgenstein chama de fato positivo, à sua inexistência, um fato negativo e ambas constituem a realidade.⁷¹ Neste sentido, mesmo contraditórias entre si, Wittgenstein dirá que “p” e “ $\sim p$ ” correspondem a uma e mesma realidade.⁷² Mais do que isso. Não importa qual delas seja verdadeira ou falsa, as duas proposições ocupam o mesmo lugar no espaço

⁶⁸ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 5.44.

⁶⁹ MARION, Mathieu. **Wittgenstein**: Introdução ao Tractatus Logico-Philosophicus, p. 71.

⁷⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 4.0261.

⁷¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 2.06. Cumpre lembrar que em torno desses aforismos, Wittgenstein, após deter-se sobre o mundo, introduz pela primeira vez o conceito de realidade. Mundo e realidade são tratados de maneira similar, mas o Tractatus não deixa muito claro como mundo e realidade se distinguem ou coincidem para justificar essa alternância no texto.

⁷² WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 4.0261.

lógico em cujo trecho há um fato⁷³, seja ele positivo ou negativo, responsável pela determinação do valor de verdade.⁷⁴

A tese de que não pode os fatos não podem ser concebidos como inexistentes ou como não-fatos, havendo outrossim fato negativo ou positivo, desenha, em linhas gerais, o problema sobre qual Wittgenstein militou. Ser uma proposição verdadeira ou falsa não é condição que interfira na constituição de seu sentido; do mesmo modo que uma proposição pode ser negada, a negação não é, porém, essencial à determinação do sentido. A proposição negada “mostra que aquilo que se nega já é uma proposição, não apenas uma preparação para uma proposição.”⁷⁵ Como é possível então p e $\sim p$ serem contraditórios e, de acordo com Wittgenstein, corresponderem a uma e mesma realidade e serem ambas significativas? A pergunta recoloca em outras palavras o estatuto das proposições falsas e como elas se articulam àquilo que ela pretendia informar.

Do mesmo modo que o mundo se compõe de fatos negativos e positivos ou estados de coisas existentes e não existentes, dizer que “a totalidade das proposições é a linguagem” forçosamente inclui proposições verdadeiras e falsas. A diferença entre elas não é essencial. A questão de saber a maneira pela qual mundo e linguagem se articulam conduz a como se estabelece à aceção a respeito dos objetos simples, mas esse assunto será abordado mais adiante. Ao dizer então que “o mundo é tudo que é o caso” ou como “totalidade dos fatos, não das coisas”, Wittgenstein se compromete com a ideia de que a representação linguística é um espelho de como o mundo é estruturado logicamente e, por essa razão, deixa-se dizer. Por isso mesmo não se trata de um mundo empírico permeado de efetividades, mas um espaço lógico em que o caráter precípua engendra o empírico como ocorrência logicamente possível.

Na descrição de que uma mancha preta está sobre uma superfície branca já está concebida de antemão as circunstâncias preparatórias a partir das quais a proposição pode ser verdadeira ou falsa. À proposição de que faturalmente há uma mancha preta sobre uma superfície branca corresponderá um fato positivo. Se o ponto não é preto, tornando a proposição anterior falsa, Wittgenstein assegura neste exemplo que há aí um fato negativo.⁷⁶ Mas chama atenção, como mencionado acima, aquelas ideias aparentemente contraditórias: primeiro, Wittgenstein assume que o fato é a *existência* de estados de

⁷³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1.13.

⁷⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.06; 4.063.

⁷⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.0641.

⁷⁶ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.063.

coisas e mais adiante o *Tractatus* menciona o fato negativo como uma *inexistência* de estados de coisas. Como pode ser acomodada a admissão dos comentadores de que os fatos são sempre positivos e a referência de Wittgenstein a fatos negativos como estados de coisas *inexistentes*?

O que Wittgenstein quer dizer a partir do exemplo da mancha preta sobre uma superfície branca⁷⁷ é que, de um lado, é classificado como negativo o fato que falseia uma proposição positiva,⁷⁸ isto é, há um fato que não é composto por estados de coisas que a proposição positiva diz ser o caso e, neste sentido, a proposição negativa deve ser verdadeira. A negação é um elemento exclusivo à notação, muito embora mostre algo de ontológico sem que não corresponda a nada de material no mundo. É neste sentido que a negação é uma característica subsumida à doutrina do mostrar na medida em que mostra como se dispõe os objetos nos estados de coisas, sem que a própria negação simbolizada por \sim seja ela mesma algum tipo de descrição. Se tomarmos p como proposição verdadeira de que há uma mancha preta sobre uma superfície branca, então a p corresponderá um fato positivo. Se p é falso, isto é, o ponto é branco (“não preto”), Wittgenstein deixa muito claro de que se trata de um fato negativo e $\sim p$ é verdadeiro.

No cômputo final, o fato responsável pela veri-funcionalidade de p e $\sim p$ permanece exatamente o mesmo. É neste sentido que, em geral, nunca não estamos diante de um não-fato, como bem apontou Griffin⁷⁹, mas apenas de um fato diferente do que a proposição falsa descreve. O fato negativo corresponde à inexistência de estado de coisas, o qual torna uma proposição afirmativa falsa porquanto o estado de coisas asserido não é o caso. Assim, na medida em que “a totalidade dos estados existentes de coisas determina que estados de coisas não existem”,⁸⁰ se p é verdadeiro ao afirma a existência de um estado de coisas, então está determinado quais estados de coisas não existem, a exemplo do estado de coisas correspondente a $\sim p$. Não obstante, isso contraria a visão do *Tractatus* de que os estados de coisas são independentes entre si e da existência ou inexistência de um não se pode concluir a existência ou inexistência de outro?⁸¹ Ora, a ideia aqui é que um estado de coisas subsiste sem que se diga que estado de coisas é esse, afinal o mundo resolvido em fatos não pode ser ao mesmo tempo concebido como um espaço vazio.

⁷⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.063.

⁷⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.063; 5.5151.

⁷⁹ Aqui mencionamos novamente as palavras de Griffin: “Não vejo qualquer interpretação especial para ‘fatos, nos textos de Wittgenstein, que tornasse inteligível dizer destes, simultaneamente, que não acontecem e mesmo assim são fatos’”. Cf. GRIFFIN, James. *O atomismo lógico de Wittgenstein*, p. 69.

⁸⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.05.

⁸¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.061-2.062.

Mesmo proposições mais degeneradas, como a contradição e a tautologia, não deixam de se reportar ao espaço lógico. Ademais, se p é verdadeiro, $\sim p$ deve ser falso. Desse modo, percorrida a superfície branca constata-se que um único fato é responsável por determinar o valor de verdade de proposições pertencentes à mesma forma lógica, como é o caso de p e $\sim p$ mencionados acima. É neste sentido, então, que a subsistência de algum fato como marcador de verdade, nunca um não-fato, é pressuposta independentemente das múltiplas asserções proposicionais. Esse é o sentido em que os comentadores se basearam para se reportar aos fatos sempre como algo positivo.

Se o sentido da proposição é independente em relação ao seu valor de verdade, há que se admitir também a independência do sentido quanto à negação das proposições. Caso “ \sim ” fosse constituição de sentido, p e $\sim p$ recobririam fatos completamente distintos ao denotarem composições de objetos também distintos, culminando na ideia absurda de que a proposição molecular $p.\sim p$ não comportaria contradição, assim como $p \vee \sim p$ não seria uma tautologia.

Com efeito, a proposição falsa ou a proposição negativa não são elas menos proposição, permanecem intactas como afiguração porque o que se afigura não é a existência propriamente dita de um fato, mas, antes disso, um possível estado de coisas de que os fatos são constituídos. É por isso que “toda proposição é uma figuração do que representa, toda proposição é uma figuração lógica, correta ou incorreta, da realidade”.⁸² Em igual medida, a relação afiguradora em proposições verdadeiras não deve ser confundida com o fato de asserir corretamente a existência do estado de coisa. O que pode ou não pode ocorrer é, antes de tudo, possibilidade regulada pela lógica dos objetos; o que é e o que não é o caso são qualidades do mundo empírico, não do espaço lógico, e tudo o mais permanece na mesma.⁸³

O mundo é a totalidade dos fatos,⁸⁴ mas a totalidade dos fatos determina automaticamente tudo que não é o caso.⁸⁵ Assim estão incluídos fatos negativos e fatos positivos, ao mesmo tempo em que a negação é algo exclusivamente linguístico e sobrevém somente na notação como operação lógica. No cômputo final, de algum modo podemos dizer que o fato negativo não faz parte do mundo e essa conclusão ajuda a explicar a razão pela qual o mundo, para Wittgenstein, é determinado pelos fatos, pois o

⁸² SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. A Essência da Proposição e a Essência do Mundo, p. 62.

⁸³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1.21.

⁸⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1.1.

⁸⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1.12.

mundo determinado pelos fatos determina automaticamente quais fatos não existem e a “realidade fica restrita a um sim ou não”. Seria um esforço inútil ao conhecimento empírico a obrigação de fazer alusão a fatos que não existem ao lado dos fatos existentes. Basta apenas indicar a totalidade dos fatos. Aliás, o apelo estrito ao aforismo 1.1 – “o mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas”⁸⁶ - exclui de um só golpe a ideia de um mundo como totalidade do que não ocorre. Griffin⁸⁷ parece estar de acordo com essa ideia:

Assim, a totalidade dos factos positivos é a totalidade do mundo e um facto positivo singular é uma parte do mundo. Ora, isto não acontece com os factos negativos. Se nós acrescentamos a totalidade do conjunto dos factos negativos a um conjunto de factos positivos, isto não corresponde a acrescentar mais um facto positivo. Os factos negativos não são parte do mundo, no sentido em que usei acima a palavra «parte». Ao contrário, os factos negativos são de tal modo que, sendo dado um conjunto de factos positivos, nós temos um conjunto de factos negativos, por assim dizer, automaticamente.

Assim é que há pelo menos três noções de fato que orbitam em torno do *Tractatus*: os fatos cuja totalidade é o mundo; os fatos divididos em positivos e negativos e, por último, a equivalência entre proposição e fato.⁸⁸ Em geral, tratamos da primeira e segunda noções, onde a primeira é enfatizada pelo aspecto ontológico, enquanto a segunda noção é na verdade a primeira noção juntamente com a ponderação sobre os operadores lógicos na notação, sobretudo em proposições negativas. A última noção é derivada da segunda e deve ser compreendida à luz da teoria pictórica, na exata medida em que os elementos da figuração estão uns para os outros em continuidade com as relações internas do fato afigurado. É por isso que Wittgenstein dirá que “a proposição é um fato”.⁸⁹ Não obstante, a proposição como figuração segrega características que são exclusivas à linguagem, como a negação. Que a proposição seja entendida como um fato, vê-se, portanto, que uma proposição negativa é equivalente a um fato negativo.

3. Os estados de coisas

Com efeito, a questão dos fatos se recoloca agora no que concerne aos estados de coisas, pela razão de que são elementos constituintes dos fatos. A proposição, diz

⁸⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1.1.

⁸⁷ GRIFFIN, James. *O atomismo lógico de Wittgenstein*, p. 72.

⁸⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.141: “A figuração é um fato”.

⁸⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.141.

Wittgenstein⁹⁰, é função de verdade das proposições elementares. Em contrapartida, o *Tractatus* dá conta de que o fato é, por definição, complexo. A análise deve poder mostrar outros elementos como seus constituintes mínimos, onde a proposição elementar assevera a existência de um único estado de coisas⁹¹ ao articular uma relação simples e imediata de nomes.⁹² A querela acerca dos fatos positivos e negativos é continuada agora no âmbito dos estados de coisas e é ainda mais controversa. Para tanto, utilizaremos como fio condutor uma explicação dada por Wittgenstein que fez correr muita tinta entre comentadores:

"What is the difference between Tatsache and Sachverhalt?" Sachverhalt is, what corresponds to an Elementar satz if it is true. Tatsache is what corresponds to the logical product of elementary propos when this product is true. The reason why I introduce Tatsache before introducing Sachverhalt would want a long explanation.⁹³

Baseado nesse esclarecimento de Wittgenstein dirigido à Russell em 1919, a correspondência entre *sachverhalt* e fato atômico foi adotada pelo filósofo britânico na introdução ao *Tractatus*. Logo após a publicação do *Tractatus* e levando em conta esse tipo de declaração, também em conformidade com a introdução original do livro, C. S. Ogden adota a expressão “fato atômico” para se referir ao termo alemão *sachverhalt* em sua tradução para a edição inglesa, ao passo que, nas traduções mais recentes, o termo foi adequadamente vertido para “estado de coisas”. Tanto o esclarecimento do próprio Wittgenstein quanto a introdução do *Tractatus* têm sido matéria de disputa entre os comentadores. Essas duas traduções aludem visões completamente distintas das *sachverhalten*. De um lado, há uma interpretação exegética que preconiza as próprias declarações de Wittgenstein, sobretudo no *Tractatus*, especialmente quando se fala em estados de coisas como existente ou não-existentes, como bem aponta a proposição 4.25.⁹⁴ Como fato atômico, a *sachverhalt* seria uma subclasse dos fatos, cuja diferença é apenas de complexidade e por isso recai sobre ela, tal qual o fato, a ideia de que um *sachverhalt* é sempre subsistente.

⁹⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5; 5.3.

⁹¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.21.

⁹² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.221.

⁹³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Notebooks: 1914-1916*. Oxford: Basil Blackwell, 1998 p. 130.

⁹⁴ “É verdadeira a proposição elementar, então o estado de coisas existe; é falsa a proposição elementar, então o estado de coisas não existe”. Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.25.

A interpretação crítica pretende corrigir um possível “lapso” de Wittgenstein para preservar a sustentação da obra. O “estado de coisas” seria uma terminologia mais inclusiva ao abarcar tanto estados de coisas subsistentes quanto estados de coisas não subsistentes, mas possíveis. Não obstante, encontramos no próprio *Tractatus* aforismos que dão suporte tanto à interpretação exegética⁹⁵ quanto à tese da possibilidade⁹⁶. É verdade que no livro há textualmente poucas correlações entre as palavras “possibilidade” ou “possível” e “estados de coisas”, o que poderia apontar, segundo a interpretação exegética, uma escassez na fonte primária em relação à visão crítica. Alguns comentadores⁹⁷ chegaram a afirmar que se estado de coisas deve ser implicitamente admitido como possível, então Wittgenstein não teria razão em juntar a expressão “estado de coisas” e “possibilidade”, tornando um pleonasma injustificado. Mas será demonstrado mais adiante que, no final das contas, não se trata de um pleonasma, mas da demarcação de uma diferença categorial de estados de coisas, visto que são assumidos, no *Tractatus*, como podendo ser existentes ou inexistentes.

Black⁹⁸ concorda com a tradução de Ogden e elege o comentário de Wittgenstein dos *Notebooks* como a principal justificativa para definir *sachverhalt* como um fato atômico, diferente de *tatsache* apenas em complexidade. Assim, rechaça a classificação de estado de coisas como entidade possível e, ao mesmo tempo, o define como um fato mais elementar que pode ser existente ou não existente, conforme o aforismo 2.06 ao dizer que “a existência e inexistência de estados de coisas é a realidade”. O resultado é que uma proposição elementar falsa expressa não a possibilidade de um estado de coisas, mas descreve um fato ou um estado de coisas simplesmente inexistentes e não passa disso. Por conseguinte, Black afirma que o sentido da proposição não é uma “entidade complexa composta de objetos em alguma combinação não-contingente.”⁹⁹ Se um fato é constituído de estado de coisas como seus elementos simples, Black chega à conclusão de que o estado de coisas não pode ser outra coisa senão um fato o mais simples. O estado de coisas é uma configuração de objetos, como suportado nos aforismos 2.023, 2.0271 e 3.21 e, portanto, “sempre que os objetos estiverem em uma configuração, haverá um fato, não a possibilidade de um fato”.¹⁰⁰ Segundo Black, a proposição retrata um fato sem que

⁹⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.03; 2.072; 2.0231.

⁹⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.13; 2.012; 2.0121.

⁹⁷ BLACK, Max. *A Companion to Wittgenstein's Tractatus*. New York: Cornell University Press, 1966, p. 38.

⁹⁸ BLACK, Max. *A Companion to Wittgenstein's Tractatus*, p. 38.

⁹⁹ BLACK, Max. *A Companion to Wittgenstein's Tractatus*, p. 45.

¹⁰⁰ BLACK, Max. *A Companion to Wittgenstein's Tractatus*, p. 42.

tenhamos de nos comprometer com a sua possibilidade, tampouco com a visão de que o fato deve existir.

É verdade que o *Tractatus* fala de existência e inexistência de fatos, então a postulação de Black parece ter algum sentido. Mas “se a coisa *pode* aparecer no estado de coisas, a possibilidade de estado de coisas já deve estar prejudgada na coisa”¹⁰¹, então Black tinha que explicar como a discussão dos objetos por meio de ligações logicamente possíveis deve ser delimitada a ponto de não comprometer a visão de que o estado de coisas não pode ser assimilado a entidades possíveis. É o caso do exemplo utilizado por Stenius e retomado por Black para fazer o seu contraponto: a afirmação “A lua é menor do que a Terra” é melhor compreendida, de acordo com Black, quando se substitui “estado de coisas” por “fato”, para fazer ver que se trata de um fato inexistente. Mas ao substituir “estado de coisas” por “fato” na tradução do aforismo 2.011 resulta numa sentença deveras redundante: “O que é o caso, o fato, é a existência do fato”.

Embora sem se demorar na apresentação de razões, Stenius discorda da tradução de Ogden, mas conserva a diferença entre *tatsache* e *sachverhalt* em termos de complexidade, mas sem descartar que um estado de coisas seja uma entidade possível. Assim, fato atômico é necessariamente um estado de coisas real, mas o conceito de estado de coisas não é necessariamente de uma entidade atual. Para conformar essas duas visões, sugere a tradução de *sachverhalt* por “atomic state of affairs”.¹⁰² Ao adotar o suposto pleonasma, Wittgenstein está legitimamente fazendo jus à ambiguidade acerca dos estados de coisas em contextos diferentes, ora admitindo como fato atômico – o caso das proposições elementares verdadeiras - ora como entidade possível.

Por conseguinte, partiremos de uma leitura também exegética para endossar a tese principal da interpretação crítica sobre a *sachverhalt*, a qual peca em não mencionar alguns aforismos como evidências importantes à discussão.

A figuração, diz Wittgenstein, é um modelo da realidade, desde que tenha a mesma forma de afiguração¹⁰³ e com isso “representa a situação no espaço lógico, a existência e a inexistência de estados de coisas.”¹⁰⁴ Mais adiante, Wittgenstein afirma que a figuração é a projeção de uma situação possível.¹⁰⁵ Notemos aqui que “situação”

¹⁰¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.012.

¹⁰² Ver também: COPI, Irving. *WITTGENSTEIN'S TRACTATUS: A critical exposition of its main lines of thought*. By Erik Stenius. Ithaca: Cornell University Press, 16o. Pp. xi, 241. 5.00.

¹⁰³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.72.

¹⁰⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.2.01.

¹⁰⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.11.

parece incluir “a existência e a inexistência de estados de coisas”. Ao mesmo tempo, é possível compreender uma proposição sem que se saiba o seu valor de verdade. Isso significa que à constituição de proposição não se incorpora o valor de verdade – devendo, outrossim, poder ser verdadeira ou falsa -, assim permanece intacta em termos de projeção de uma situação possível. O sentido está preservado ante a possibilidade de a situação possível ser ou não o caso. É por isso que Wittgenstein considera que as proposições contraditórias p e $\sim p$ têm sentidos opostos, mesmo sabendo que pelo menos uma delas asseire uma situação que não é o caso.¹⁰⁶ A arguição exegética desdobra seus argumentos a partir de dois aforismos do *Tractatus*. O primeiro é que “a proposição mais simples, a proposição elementar asseire a existência de um estado de coisas.”¹⁰⁷ Aqui o estado de coisas é tomado como algo atual. De fato, uma proposição elementar asseire um estado de coisas, não um complexo, mas asserir não implica necessariamente a atualidade do estado de coisas. Isso Wittgenstein explica em 4.25: “é verdadeira a proposição elementar, então o estado de coisas existe; é falsa a proposição elementar, então o estado de coisas não existe”. O que Wittgenstein pretende enfatizar é que os estados de coisas são correlatos, na linguagem, às proposições elementares

Por conseguinte, em 4.022 Wittgenstein diz que “a proposição mostra o seu sentido. A proposição mostra como estão as coisas se for verdadeira”. Essa proposição também foi objeto de disputa entre os comentadores. Notemos que esse aforismo replica a explicação de Wittgenstein dirigida à Russell, em que os partidários da *sachverhalt* desvinculado da ideia de possibilidade têm se fiado. O embaraço está na condicional “se”, isto é, a compreensão de que a proposição elementar só mostra como as coisas estão na medida em que ela é verdadeira. É infável dizer, por meio da proposição, como os objetos *são*, sendo apenas possível asseire como os objetos *estão*.¹⁰⁸ Mas como os objetos *estão* pressupõe uma condição lógica anterior em que os objetos são concebidos como possibilidade de concatenação com outros objetos segundo suas formas lógicas. Assim, “a lógica é *anterior* a toda experiência – de que algo é *assim*. Ela é anterior ao como, não é anterior ao quê”.¹⁰⁹

O “como as coisas estão” no aforismo acima é o marcador de verdade que torna a proposição elementar verdadeira, apenas isso; é a configuração em que os objetos devem

¹⁰⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.0261.

¹⁰⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.21.

¹⁰⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.221.

¹⁰⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.552.

estar para que a proposição seja verdadeira. Qualquer tentativa de introduzir a ideia de estados de coisas alternativamente como subsistente ou não subsistente, e não passível de possibilidade, é fazer uma ampliação deveras excessiva na interpretação do aforismo. A proposição asserir, de fato, como as coisas estão, mas não exclui que os objetos denotados tenham outras possibilidades de aparecimento em novas configurações, nas quais o estado de coisas existente é produto. Isso porque, e Wittgenstein o diz, os estados de coisas são independentes entre si e de um estado de coisas não se pode concluir que outro subsiste ou não.

Cumpramos novamente lembrar que uma proposição é constituída como tal antes mesmo de ela ser identificada como verdadeira ou falsa, ou seja, ainda que não se saiba se os estados de coisas são atuais, a proposição permanece como projeção de uma situação possível. Se uma proposição que mostra como as coisas estão for verdadeira, então ela também pode ser falsa e, com isso, mostra como as coisas não estão como diz que estão, que é a inexistência do estado de coisas. Wittgenstein afirma que “não é possível reconhecer, a partir da figuração tão-somente, se ela é verdadeira ou falsa”,¹¹⁰ ao mesmo tempo em que “pode-se, pois, entendê-la e não saber se é verdadeira”. O que uma figuração, para a qual não sabemos o seu valor de verdade, figura? Um estado de coisas existente ou inexistente, diria algum partidário da concepção de Black. É uma resposta insípida. Se é possível compreender uma figuração sem saber se o estado de coisas existe ou não, então de algum modo o estado de coisas já está incluído na própria proposição, vez que entender é compreender o seu sentido, a situação possível. Caso contrário, como seria possível compreender uma proposição sabendo que o estado de coisas descrito não existe? Alguém nos apresenta q sem nos informar que ela é falsa. O que significa aqui entender q ? E o que significa entender q agora sabendo que ela é falsa? A compreensão é a mesma porque o estado de coisas está incluso na proposição q como possibilidade. Não se pode levantar poeira e depois se queixar de não conseguir enxergar através dela.

“Tatsache is what corresponds to the logical product of elementary propos when this product is true.” Aqui Wittgenstein parece traçar uma linha de continuidade entre esta afirmação e o aforismo 4.022 do *Tractatus*. O tema principal do aforismo não é exatamente o conceito de estado de coisas. Wittgenstein está introduzindo a distinção categorial entre as proposições elementares e as proposições generalizadas. No *Tractatus*, a proposição elementar consiste de nomes em ligação imediata¹¹¹ e asserir a existência

¹¹⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.224.

¹¹¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.221.

de um estado de coisas¹¹², enquanto a análise proposicional mostra que as proposições mais gerais, classificadas como proposições moleculares, são constituídas de proposições elementares como seus elementos mínimos. Por conseguinte, a possibilidade de verdade da proposição elementar é uma função de si mesma¹¹³, significa a remissão ao estado de coisas como possibilidade de sua existência e inexistência¹¹⁴, enquanto as possibilidades de verdade das proposições moleculares são funções das possibilidades de verdade daquelas. Não obstante, a função de verdade em proposições moleculares significa assumir que a sua operação de verdade decorre da verdade ou falsidade de proposições mais simples e não da sua comparação direta com a realidade, num regresso ao infinito.

É nesse sentido, portanto, que o marcador de verdade da proposição elementar é diretamente um estado de coisas, sendo por isso que Wittgenstein afirmará em *Notebooks* que “sachverhalt is what corresponds to an Elementar satz if it is true”.¹¹⁵ Na proposição molecular, por sua vez, o valor de verdade não é exclusivamente um único estado de coisas, mas a combinação das possibilidades de verdade de uma configuração constituída por estados de coisas, os quais constituem *tatsache*. Wittgenstein, portanto, não está ali endossando a atualidade dos estados de coisas em detrimento da tese possibilista, mas esclarecendo a diferença categorial entre fatos e estados de coisas, proposições moleculares e proposições atômicas. Os receptores dessa observação fizeram uma interpretação literal e julgaram que era suficiente traduzir “sachverhalt” como “fato atômico” em oposição a “tatsache”, dando azo a uma série de mal-entendidos e beneficiando a tese da atualidade em detrimento da concepção possibilista.

É verdade que o *Tractatus*, como também observou Griffin, não explica como a análise das proposições deve ser feita, tampouco dá exemplos de proposições elementares. Apenas diz que a análise chega às proposições elementares ao revelá-las como constituintes últimos das proposições moleculares. Mas a análise não é uma operação interminável e culmina finalmente nos nomes que substituem, na proposição, os objetos configurados segundo sua possibilidade de aparecimento em estados de coisas. O imperativo de que devem haver proposições elementares tem a mesma relação de semelhança com a pressuposição da subsistência de objetos simples.¹¹⁶ E a despeito de

¹¹² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.21.

¹¹³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.

¹¹⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.3.

¹¹⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Notebooks*, p. 130.

¹¹⁶ Na medida em os objetos consiste em suas propriedades internas, isto é, como possibilidade de ligação, não é da sua configuração propriamente dita que o objeto adquire uma natureza. É por isso que Faustino afirma que “o objeto segue subsistindo com suas propriedades internas ou formais mesmo que as

não ser possível indicá-los fora dos arranjos, são descritíveis, no entanto, por meio de suas propriedades externas segundo a sua ligação com outros objetos. Com isso, Wittgenstein assegura, por meio da análise, a redução das proposições gerais a proposições elementares sem deixar de garantir a ambas a remissão ao mundo.

Ora, uma vez que a linguagem cotidiana foi constituída “segundo fins inteiramente diferentes de tornar reconhecível a forma do corpo”, de maneira que é “humanamente impossível extrair dela a lógica da linguagem”¹¹⁷, a análise mostra, por outro lado, que ela está em perfeita ordem, contra a suposição intuitiva de que uma determinada proposição não se revela como constituída de outras mais simples unidas por uma relação interna por meio da operação lógica. Mas as operações inerentes à função de verdade das proposições – a adição, a negação, multiplicação lógica – não assinala uma nova forma às proposições ali constituídas, nem caracteriza o sentido, apenas expressam a diferença de forma das proposições constituídas em outras proposições mais generalizadas. Isso quer dizer que proposições elementares em relação interna com outras proposições com o uso de operadores lógicos não são, enquanto constituintes simples, degeneradas pelos operadores. Permanecem, por assim dizer, independentes. Não acrescentam nada na medida em que as proposições elementares já pressupõem uma relação interna com outras proposições anteriores a qualquer materialização da operação. Não se pode confundir operação com forma.

É por isso que da totalidade das proposições elementares se segue a totalidade de todas as proposições e com isso o mundo é descrito completamente, pois as constantes lógicas nada representam na realidade, apenas mostram, como tarefa exclusiva da notação, as relações internas possíveis entre as proposições. A proposição como figura ou modelo da realidade é bastante ilustrativa: uma imagem que apresente a ausência de um objeto não tem como um dos elementos da pintura a palavra “não” ou o símbolo negativo “~”.

4. O simples

O controverso debate sobre *sachverhalt* em termos de atualidade ou possibilidade deve cooptar a discussão a respeito dos objetos simples. Para que uma proposição seja

configurações nas quais aparece como constituinte não existam”. Cf. FAUSTINO, Silvia. **A experiência do indizível**: uma introdução ao *Tractatus* de Wittgenstein. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 57.

¹¹⁷ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 4.002.

imagem do mundo e o seu sentido corresponda à possibilidade da entidade figurada, o pressuposto da determinação do sentido pressupõe a existência de objetos simples. Por outro lado, a identificação dos objetos, como aponta Ishiguro¹¹⁸, não tem nenhuma relação com o seu conhecimento sensorial ou empírico. Se conhecidos em sentido empírico, os objetos teriam de ser concebidos em partes, seriam então complexos e algumas consequências ameaçadoras à concepção de linguagem teriam de ser adotadas: seriam então passíveis descrição proposicional e o sentido de proposições elementares seria dependente de serem verdadeiras descrições de objetos complexos. Uma configuração de objetos do tipo aRb , representada pela proposição p , será a todo tempo dependente de outras proposições acerca dos objetos complexos a e b , de serem verdades as descrições a respeito de a e b . Se tomamos a noção de proposição elementar de acordo com o *Tractatus* como ligação imediata entre objetos e a adaptássemos à concepção de objeto complexo, então ter-se-ia n proposições elementares incumbidas de dar conta da complexidade do objeto. Nesse caso, p dependeria de tantas outras proposições elementares capazes de descrever totalmente as complexidades inerentes a a e b num regresso infinito. O resultado seria uma espécie de linguagem autofágica que sequer tocaria o mundo.

É neste sentido que os objetos no *Tractatus* não têm sentido usual e não são assimiláveis a objetos da vida cotidiana, mas são entes transcendentais. Wittgenstein é deveras enfático quanto a assunção dos objetos em termos de sua possibilidade lógica de configuração e de aparecimento em estados de coisas. Na medida em que “não podemos de modo algum pensar em objetos espaciais fora do espaço, em objetos temporais fora do tempo, também não podemos pensar em nenhum objeto fora da sua ligação com outros”¹¹⁹, os objetos subsistem mesmo quando não estão configurados em um estado de coisas atual, caso contrário uma proposição falsa não seria dotada de sentido. É por isso que os objetos também não podem ser confundidos com seus portadores. A proposição “Sócrates não foi um filósofo grego”, embora falsa, tem sentido na exata medida em que “Sócrates” tem referência, qual seja, o filósofo que viveu na Grécia. Mas o nome “Sócrates” não pode ser confundido com o seu portador, uma vez que o filósofo grego aqui referido não está mais vivo. Para discordar de Stenius a respeito das entidades

¹¹⁸ ISHIGURO, Hidé. Use and Reference of Names. In: WINCH, Peter G. (edited by). **Studies in the Philosophy of Wittgenstein**. London: Routledge & Kegan Paul, 1969.

¹¹⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 2.0121.

possíveis, Black parece confundir referência com portador e pensa o objeto em termos existenciais:

O erro plausível por trás do ponto (12) depende da suposição de que se A é uma imagem de B, B deve existir em algum sentido. Mas dizer, corretamente, que A é a imagem de um centauro usando um chapéu-coco não implica que exista um centauro usando um chapéu-coco do qual A é uma imagem. (...) Tampouco implica, absurdamente, que A é realmente uma imagem de um "possível" centauro. Da mesma forma, podemos dizer, na visão de Wittgenstein, que uma proposição retrata (ou apresenta) um fato, sem nos comprometermos minimamente com a visão de que o fato em questão deve existir.¹²⁰

Se estado de coisas é algo possível, como evitar então que proposições do tipo "um centauro usa um chapéu-coco", que, embora a falsa, o estado de coisas como algo possível pressupõe a possibilidade de existência de um centauro? Como podemos conectar um centauro, figura mitológica que nunca existiu, com a ideia de um estado de coisas que, como possível, pressupõe a existência, em algum nível, do centauro? Notemos que o núcleo do argumento de Black passa pela ideia de "existência", o que é problemático à leitura do *Tractatus*. Wittgenstein não determina quais fatos são a totalidade do mundo, além disso o que é empiricamente improvável não pode ser confundido com o logicamente impossível. A consequência do argumento de Black terá que excluir o aforismo 2.022: "é óbvio que um mundo imaginário, por mais que difira do mundo real, deve ter algo – uma forma – em comum com ele".¹²¹

Não recai sobre os objetos simples a qualidade de terem existência ou inexistência. Isso seria dar ao conceito aspectos empíricos. O objeto é simples porque não é decomposto¹²² em partes; é fixo, autônomo e constitui os estados de coisas possíveis como pontos que se configuram com outros objetos pela forma lógica. Em sendo assim, "dados todos os objetos, com isso estão dados também todos os *possíveis* estados de coisas", inclusive o mundo imaginário.¹²³

Um estado de coisas ser possível é uma característica proveniente da definição de objeto constituído de forma lógica como potenciais ligações com outros objetos. Que um estado de coisas seja possível, isso significa que é composto por objetos dotados em sua natureza individual de possibilidade de ligações entre objetos, de modo que o próprio

¹²⁰ BLACK, Max. *A Companion to Wittgenstein's Tractatus*, p. 45.

¹²¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.022.

¹²² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.02.

¹²³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.022.

estado de coisas advém dessa natureza individual dos objetos. Essa leitura que enfatiza o todo pela parte é corroborada no próprio *Tractatus*, pois Wittgenstein menciona “estados de coisas possíveis” ou “situações possíveis” com mais ênfase somente após a sua consideração a respeito da forma lógica dos objetos. De fato, é bastante convincente o absurdo reconhecido por Black em considerar que uma situação envolvendo um centauro pode ser possível ao mesmo tempo em que sabemos que um centauro não existe. Tão convincente que por um momento colocamos em dúvida algumas pretensões de Wittgenstein. Mas, como vimos, o argumento de Black requer outros argumentos auxiliares que não têm sustentação no *Tractatus*.

Assim como nos objetos já estão antecipados os outros objetos com os quais podem fazer ligação, da mesma maneira está no próprio objeto quais ligações são logicamente impossíveis. Neste sentido, a possibilidade como manifestação lógica não tem nada de casual, mas é característica inerente ao objeto. Os objetos então são tomados como entidades fixas do mundo¹²⁴, sendo variáveis apenas as suas combinações. São como peças de xadrez que se movem dentro do espaço lógico segundo sua forma lógica. Separados do contexto e de suas regras, o tabuleiro e as peças do xadrez se amontoam como meros apetrechos. O conhecimento do objeto de que fala Wittgenstein em 2.0123, como conhecimento de todas as suas possibilidades de seu aparecimento,¹²⁵ não significa que as formas dos objetos são articulações atuais, mas apenas que o efetivo se subordina às condições lógicas já prescritas nos objetos e o sentido da proposição é independente do valor de verdade ou de articulações concretizadas.

O mundo, portanto, não é uma listagem de objetos, mas a totalidade dos objetos junto com suas configurações. Os objetos não podem ser concebidos fora do complexo de que são elementos constituintes:

A questão, no entanto, também pode ser apresentada assim: parece que a ideia do SIMPLES já se encontra contida na do complexo e na ideia de análise, e de tal forma que chegamos a essa idéia à parte de quaisquer exemplos de objetos simples, ou de proposições que os mencionem, e percebemos a existência do objeto simples - a priori - como uma necessidade lógica.

Assim, parece que a existência dos objetos simples estava relacionada com a dos complexos como o sentido de $\sim p$ está relacionado com o sentido de p : o objeto simples é pré-julgado no complexo.¹²⁶

¹²⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.026.

¹²⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.0123.

¹²⁶ WITTGENSTEIN, *Notebooks*, p. 60e.

É preciso notar que alguns trechos de *Notebooks*, se comparados com o *Tractatus*, parece enfatizar alguns aspectos que a leitura sequencial das proposições mais ou menos encobre. Na esteira desse mesmo registro, Wittgenstein afirma, em outra ocasião, que lhe parece “perfeitamente possível que manchas em nosso campo visual sejam objetos simples, pois não percebemos nenhum ponto isolado de uma mancha separadamente.”¹²⁷ Não é acidental que Wittgenstein não tenha dado exemplo de objetos. É, com efeito, logicamente impossível a percepção isolada dos objetos – “(...) não percebemos nenhum ponto único de uma mancha separadamente”. Alguns argumentos da citação acima chamam atenção. Ainda que Wittgenstein tenha se recusado a fornecer exemplos de objetos, entretanto logo em seguida ele indica que chegamos a eles por meio da análise, que, lembremos, mostra os nomes e os seus respectivos significados. Nesse sentido, “os corpos materiais que encontramos no dia-dia, que são susceptíveis de subdivisões, não são objetos.”¹²⁸

A falta de exemplos não é acidental, trata-se de um postulado, visto que a sua maior preocupação é a forma lógica e não a ontologia. A teoria dos objetos de Wittgenstein não é resultado de uma investigação empírica, mas consequência da análise linguística que conduziu Wittgenstein a um conceito de objeto que se encaixasse com a semântica. Como afirma Cunha, “à Ontologia do *Tractatus* chega-se por uma *via semântica*” e “o argumento a favor da existência de objetos simples mostra assim também que, contrariamente à ordem de exposição de Wittgenstein, a Semântica do *Tractatus* precede conceptualmente a Ontologia”.¹²⁹

Nesses termos, ontologia é caudatária da lógica. Fornecer exemplos de objetos seria fazer concessão à experiência,¹³⁰ é colocar o carro na frente dos bois ao conceber os objetos em termos existenciais, dando margem para submetê-los a dados empíricos. Isso relativizaria o papel desempenhado pela lógica. Os objetos simples não podem ser conhecidos em sentido empírico. Além disso, a indicação de exemplos implica fazê-la à parte das figurações, conseqüentemente fora de suas ligações com outros objetos

Não obstante, a seguir Wittgenstein apresenta alguns candidatos a objeto simples:

Parece-me perfeitamente possível que manchas em nosso campo visual sejam objetos simples, nos quais não percebemos nenhum ponto único de uma

¹²⁷ WITTGENSTEIN, *Notebooks*, p. 64e.

¹²⁸ GRIFFIN, James. *O atomismo lógico de Wittgenstein*, p. 66.

¹²⁹ CUNHA, Rui. A dedução dos objectos no *Tractatus*. In: *Revista Portuguesa de Filosofia*, 45 (1989), 225-246, p. 241.

¹³⁰ MARION, Mathieu. *Wittgenstein: Introdução ao Tractatus Logico-Philosophicus* p. 70.

mancha separadamente. [...] E é certo – aliás - que não vejo todas as partes do meu campo visual *teórico*. Quem sabe se vejo infinitos pontos? [...] Uma proposição pode, no entanto, tratar muito bem de infinitos pontos sem ser infinitamente complexo em um sentido particular.¹³¹

A proposição generalizada, como “o relógio está na gaveta”, para usar um exemplo utilizado pelo próprio autor, possui, contra as aparências, infinitos pontos “sem ser infinitamente complexo em um sentido particular” ou, para remeter agora ao *Tractatus*, é “constituída segundo fins inteiramente diferentes de tomar reconhecível a forma do corpo”.¹³² A proposição está em perfeita ordem lógica e isso quer dizer, como consequência, que os objetos simples já estão aí concebidos mas como pontos de uma coordenação.

Assim, da desnecessidade de exemplificações, os objetos são necessários à essência da proposição através de seus símbolos. Os objetos estão em um nível superior, fora do mundo, mas condição do mundo. Uma vez que a linguagem não pode explicar a si mesma e, por isso, a rede de pescar palavras não pode ser feita de palavras, para contrariar Octavio Paz em seu belo texto, a linguagem evoca aquilo que lhe é diferente para assim poder dizer o mundo; em paralelo, as palavras não podem apanhar os objetos isoladamente. A autonomia dos objetos, portanto, passa pela heteronomia, assim como a percepção de uma cor inclui paletas de cores. De igual maneira, os nomes isolados são vazios de significados. A proposição, como expressão do variável, todavia expõe as diferenças do que é por si mesmo invariável e fixo.¹³³ A invenção do nome das coisas no mundo recente de Macondo¹³⁴ tem grande força de expressão, mas não pode ser constituída de sentido, tampouco pode ser uma espécie de rito de passagem em que o logos extravasa o mito para então preparar o surgimento da linguagem. A alusão de uma empresa espanhola em construir trilhos de ferrovia utilizando ouro, porque este metal era bem mais abundante à época da colonização,¹³⁵ tem bem mais sentido, ainda que esse fato seja mais verossímil como obra da imaginação. Os objetos simples no *Tractatus* devem ser – e são – indistinguíveis.

¹³¹ WITTGENSTEIN, *Notebooks*, p. 64e-65e.

¹³² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.002.

¹³³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.0271.

¹³⁴ Cf. MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cem anos de solidão*. São Paulo: Record, 2009.

¹³⁵ MÁRQUEZ, Gabriel García. A solidão da América. In: MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cem anos de solidão*. São Paulo: Record, 2009.

As propriedades materiais de um objeto, que Wittgenstein chama de propriedade externa, são descritas pela proposição,¹³⁶ enquanto as propriedades internas, ou a forma lógica, não podem ser asseridas,¹³⁷ mas se mostram pela descrição das propriedades externas. Em que sentido então é possível conhecer um objeto?¹³⁸ Uma demarcação é aqui importante:

Não podemos dizer o que são [os objetos], mas apenas como estão, articulando-se eles como o fazem os elos de uma corrente. (...) Dessa forma, não podemos conhecê-los, se por ‘conhecer’ compreendemos saber todas as suas possibilidades combinatórias (...).¹³⁹

De um lado, as descrições dos objetos não são um conhecimento sobre eles, por outro lado conhecer um objeto significa conhecer todas as propriedades internas, conforme Wittgenstein afirma em 2.01231. O conhecimento individual do objeto concebido como conhecimento de suas propriedades internas, e não conhecimento empírico, é também afirmado pelo professor Arley Moreno.¹⁴⁰

Mas como é possível então conhecer um objeto se é impossível poder asserir as suas propriedades internas, as quais são justamente o conhecimento acerca do objeto? Em uma correspondência com C. S. Ogden, responsável pela tradução do *Tractatus* à língua inglesa, Wittgenstein esclarece o sentido de *kennen*: “quero dizer apenas isso: eu o conheço, mas não estou na obrigação de saber o que quer que seja *acerca dele*”.¹⁴¹ A possibilidade do dizível assenta-se sobre as propriedades internas dos objetos e estas não podem ser ditas, mas apenas mostradas na figuração. Caso contrário, o que é *a priori* ao expressivo não seria mais *a priori*, mas *a posteriori* e submetida a condição de serem verdadeiras todas as asserções sobre os seus fundamentos. O conhecimento do objeto é simplesmente inefável.

¹³⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.122; 2.0231.

¹³⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.122-4.124; GRIFFIN, James. *O atomismo lógico de Wittgenstein*, p. 55.

¹³⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.0123.

¹³⁹ SALLES, João Carlos. Sobre inefáveis. In: RODRIGUES, Cassiano Terra (org.) *Arley Morenum Liber Amicorum: Homenagem a Arley Moreno Ramos in memoriam*. São Paulo: Filoczar, 2020, p. 415.

¹⁴⁰ “O conhecimento do objeto individual não pode ser empírico, pois a noção de ‘objeto’ refere-se a estruturas abstratas, circunscritas pela pura possibilidade lógica do que é pensável. O individual pertence, pois, ao domínio puramente lógico, não podendo ser alcançado pelo conhecimento do empírico.” Cf.: MORENO, Arley. *Conhecimento científico do individual e comentários filosóficos – uma análise do Tractatus*, p. 72.

¹⁴¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. “Letters by F. P. Ramsey”. In: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Letters to C. K. Ogden*. Oxford/Londres, Blackwell/Routledge & Kegan Paul, 1973, p. 78.

Ora, se está vedado pensar o objeto fora de sua possibilidade de ligação¹⁴² e só exprimimos o que é pensável¹⁴³, não há como indicar as características internas dos objetos fora de sua ligação, isto é, suas propriedades internas, caso contrário seria pensável o que é impensável, incorrendo em uma contradição flagrante. É neste sentido que os objetos simples no *Tractatus* são indistinguíveis sendo discerníveis apenas em nível empírico, mas, como aponta o professor Arley Moreno, “o individual pertence, pois, ao domínio puramente lógico, não podendo ser alcançado pelo conhecimento do empírico.”¹⁴⁴ É por isso que Wittgenstein afirmará que os objetos são incolores, pois a cor como ocorrência possível é composição de estado de coisas e não uma propriedade que seja acrescida ao objeto individual. Aqui o *Tractatus* traz afirmações capitais sobre a possibilidade de distinguir os objetos:

2.0233 Dois objetos da mesma forma lógica – desconsideradas suas propriedades externas - diferenciam-se um do outro apenas por serem diferentes.

2.02331 Ou uma coisa possui propriedades que nenhuma outra possui, podendo-se então, sem mais, destacá-la das outras por meio de uma descrição e indicá-la; ou, pelo contrário, há várias coisas que possuem todas as suas propriedades em comum, sendo então impossível apontar para uma delas. Pois se uma coisa não é distinguida por nada, não posso distingui-la, pois, caso contrário, ela passaria a estar distinguida.¹⁴⁵

Não obstante, parece Wittgenstein restringir tal característica aos objetos que possuem mesma lógica, os quais “diferenciam-se um do outro apenas por serem diferentes”. Assim, como seria possível distinguir objetos que não possuem a mesma forma lógica? A resposta é recolocar o argumento mais acima sobre a indizibilidade das propriedades internas dos objetos.

Além disso, Wittgenstein não especifica que tipo de propriedade está se referindo em 2.02331. Tudo leva a crer que se trata da propriedade externa, já que logo em seguida afirma ser possível “destacá-la por meio de uma descrição”. O 2.02331 se coordena ao 2.0233 do seguinte modo: se dois objetos possuem a mesma forma lógica, podem aparecer em estados de coisas de mesma estrutura, pois “possuem todas as suas propriedades [externas] em comum, sendo impossível apontar para uma delas.” Isso significa que não é possível distinguir os objetos de mesma forma lógica também em nível empírico? Em

¹⁴² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.0121.

¹⁴³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.001; 3.1.

¹⁴⁴ MORENO, Arley. Conhecimento científico do individual e comentários filosóficos – uma análise do *Tractatus*, p. 72.

¹⁴⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.0233-2.02331.

que pese a aparência do raciocínio acima, Wittgenstein não está comprometido com o princípio leibniziano da identidade dos indiscerníveis e indiscernibilidade dos idênticos, afinal de contas os objetos têm forma e conteúdo¹⁴⁶, são indistinguíveis mas mutuamente diferentes. Se a identidade dos indiscerníveis fosse aqui aplicada, seguindo o princípio leibniziano, todos os objetos seriam intercambiáveis de forma *salva veritate* e, em consequência, todas as proposições elementares seriam idênticas, não sendo possível inclusive conceber fatos distintos entre si. Que os objetos sejam mutuamente diferentes é um pressuposto necessário, afinal, como pontos de uma coordenada, os objetos não podem ocupar ao mesmo tempo o mesmo lugar do espaço lógico.

É possível determinar a diferença entre objetos por suas propriedades externas e por meio da notação, mas as propriedades externas são características de um complexo o qual o objeto faz parte. Na medida em que o sentido de uma proposição independe de ser ela verdadeira ou falsa uma outra proposição, é preciso postular a indeterminação de propriedades ontológicas intrínsecas aos objetos. Se decomponíveis em mais partes ter-se-ia, então, uma situação figurável e indeterminação do sentido. Como consequência o mundo sequer seria tocado e o valor de verdade das proposições dependeria do valor de verdade de outras proposições e não mais da sua comparação com a realidade. É inefável aquilo que diferencia os objetos uns dos outros, na medida em que nada os distingue. Só se pode dizer que são mutuamente diferentes, apenas isso. Não é de somenos importância que Wittgenstein tenha assumido que os objetos sejam indistinguíveis, condição indispensável à própria natureza do dizível. Aliás, Wittgenstein compreende a linguagem de modo que nem na nomeação os objetos são distinguíveis, pois a nomeação só é concebida na proposição articulada, isto é, como expressão linguística de propriedades externas determinadas pela possibilidade do encadeamento lógico dos objetos. O simples, por sua vez, é anterior a qualquer figuração de propriedade externa e o nome só distribui distinção de objetos do ponto de vista empírico.

A esse respeito, há uma aparente divergência de proposições quando Wittgenstein afirma que (1) é um contrassenso dizer de duas coisas (*Dingen*) que elas são idênticas entre si¹⁴⁷ e que, por outro lado, (2) se exprime a igualdade do objeto por meio da igualdade dos sinais¹⁴⁸. Ora, (2) poder exprimir a igualdade do objeto significa poder instituir uma proposição que exprima identidade entre objetos e, como tal, a figuração

¹⁴⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.025.

¹⁴⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.503.

¹⁴⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.53.

enquanto figuração seria dotada de sentido. A primeira afirmação, não obstante, já de saída estabelece o contrário disso (2) ao afirmar ser um contrassenso dizer de duas coisas que são idênticas, o que rigorosamente quer dizer, a partir do *Tractatus*, que a sua figuração não teria sentido determinado, porquanto não pode ser nem verdadeira nem falsa.

Numa conversa com Russell, antes mesmo de escrever o *Tractatus*, Wittgenstein parece fornecer uma pista sobre essa questão:

Toda teoria dos tipos precisar ser extirpada por uma teoria do simbolismo que mostre que aquilo que parecer ser um gênero *diferente de coisas* é simbolizado por diferentes gêneros de símbolos que *não podem* de modo algum ser substituídos uns pelos outros.¹⁴⁹

Wittgenstein parece dar destinos diferentes àquelas proposições. O único meio pelo qual é possível estabelecer a diferença ou identidade entre os objetos é por meio dos sinais envolvidos na notação, isto é, os nomes. A relação entre a assunção dos objetos indistinguíveis e o caráter que os nomes exercem na fixação da diferença e identidade dos objetos é curiosamente comentado pelo próprio Russell na apresentação do *Tractatus*. Russell diz que “a definição de identidade através da identidade dos indiscerníveis é rejeitada” e com isso Wittgenstein “adota a convenção de que as letras diferentes cumprem significar coisas diferentes. Na prática, a identidade só se faz necessária entre um nome e uma descrição, ou entre duas descrições”.¹⁵⁰ Ou seja, a identidade e a diferença só podem ser concebidas de maneira empírica. É talvez o exemplo da proposição “Rosa é rosa”, cujos equívocos ensejados parecem dirigir-se a Frege e Russell. Aplicado à proposição “Rosa é rosa”, a notação esclarece que “a primeira é um nome de uma pessoa, a última é um adjetivo”¹⁵¹, designam coisas diferentes, portanto são também símbolos diferentes.

Ora, tudo leva ao entendimento de que os objetos simples, de maneira geral, são indistinguíveis, pois também é impossível determinar a diferença de objetos de formas lógicas distintas mencionando a forma lógica de cada objeto simples. Isso porque, como já vimos, os objetos no *Tractatus* não podem ser concebidos isoladamente, mas em configurações. Além disso, a “presença de tais propriedades e relações internas não pode, todavia, ser asserida por proposições; mostra-se, sim, nas proposições que representam”

¹⁴⁹ MONK, Ray. **O dever do gênio**, p. 77.

¹⁵⁰ RUSSELL, Bertrand. Introdução ao *Tractatus*. In: WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. EDUSP: São Paulo, 2017, p. 116.

¹⁵¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 3.323.

e “o que pode ser mostrado não pode ser dito”.¹⁵² Assim, a ontologia dos objetos indistinguíveis se defronta com doutrina do dizer e do mostrar.

Não à toa que a questão de serem os objetos indistinguíveis animou lateralmente um debate acerca de um flagrante paradoxo constante no *Tractatus*. Candidatas a objetos simples, as cores diferenciaram-se umas das outras apenas por serem diferentes, não havendo nada que as distinga. Por conseguinte, são também candidatas a proposições elementares. Assim, uma proposição elementar sobre cores deve ser função de verdade de si, não pode estar em contradição com outras proposições elementares,¹⁵³ tampouco pode deduzir dela uma outra proposição também elementar. Mas as cores remetem a gradações e aqui está o paradoxo:

Nesse ponto, uma palavra para cor mostrar-se-ia simples, apesar de comportar a exclusão de outros termos da mesma dimensão qualitativa. Com enunciados sobre cores, acostariamos enfim sistemas inteiros à realidade, mas, não obstante, a gradação em sua singularidade permaneceria inexpressa e ainda indefinível. O vermelho seria agora simples, porém discernível – o que parece comportar claro paradoxo.¹⁵⁴

Em 6.3571, Wittgenstein aponta que é uma impossibilidade lógica que um ponto do campo visual tenha ao mesmo tempo duas cores diferentes. Dizer “isto é vermelho” exclui outras gradações de cores, constituindo um ponto de dissolução das proposições impostas pelo *Tractatus*. Segundo Wittgenstein, a pergunta sobre a distinção entre azul e vermelho não tem qualquer sentido,¹⁵⁵ “mas não ter sentido é exatamente a sua chave, sua relevância gramatical”. Desse modo, “a diferença não-enunciável, interna, é assim condição para o enunciado de relações externas”.¹⁵⁶

É inefável aquilo que separa os objetos simples, na medida em que nada os distingue. Assim, não é trivial que Wittgenstein tenha assumido no *Tractatus* que os objetos sejam indiscerníveis, sendo esta uma condição indispensável à essência da linguagem.

¹⁵² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.1212.

¹⁵³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.211.

¹⁵⁴ SALLES, João Carlos. A noção de *Portrait*. In: SALLES, João Carlos. *O Retrato do Vermelho e Outros Ensaios*. Salvador: Quarteto, 2016a, p. 79.

¹⁵⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Wiener Ausgabe*, vol. 3, p. 280; MS 110, p. 212-213.

¹⁵⁶ SALLES, João Carlos. A noção de *Portrait*, p. 79.

Capítulo II

Teoria pictórica

O caráter determinado do sentido pressupõe que a análise de proposições complexas deva chegar a proposições elementares como instanciação última, composta por um encadeamento imediato de nomes.¹⁵⁷ A primeira dificuldade é que a forma como Wittgenstein apresenta a análise: não alcança a identificação dos signos propriamente ditos, tampouco chega a isolar e fazer conhecer os objetos simples de que tratam as figurações. É então a teoria pictórica um mero truísmo óbvio, como bem afirma David Stern?¹⁵⁸ No capítulo anterior, afirmamos não foi por mero acaso que Wittgenstein recusou-se a fornecer exemplos de objetos simples. Até aqui, o estatuto da nomeação permanece em aberto. É característica da sintaxe lógica que um nome tenha uma forma e, por isso, contenha possibilidades de articulação com outros nomes, mas essa propriedade não é oriunda exclusivamente da linguagem. A prova disso é a afirmação de Wittgenstein de que nomes só têm referência no contexto da proposição. A sintaxe lógica deve ser compreendida na medida em que os objetos, candidatos a referência, contêm neles mesmos também possibilidades combinatórias análogas às possibilidades sintáticas dos nomes.

O fato atômico é uma unidade factual mínima e para além dele não há mais outro fato, senão objetos simples em ligação imediata. Apesar de Wittgenstein não dizer quais são esses objetos, como talvez tenha feito contrariamente Bertrand Russell na sua teoria dos tipos, a sua subsistência do simples é necessária e é o que permite ao mundo, por exemplo, ter uma forma fixa. Margutti chama esses objetos de elementos lógico-transcendentais.¹⁵⁹ Os fatos são obrigados a tê-los para serem fatos, mas o que são derradeiramente esses objetos é um enigma - aliás, trata-se mesmo de um enigma ou já começamos a sentir aqui os primeiros sintomas do que se convencionou chamar de doutrina do dizer e do mostrar?. Ademais, a análise de fatos atômicos só pode fornecer os objetos como pontos de coordenadas¹⁶⁰, ou seja, apenas configuração complexas e não objetos isolados segregados de suas configurações, os quais constituiriam, não obstante, o ponto de término da análise.

¹⁵⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.221.

¹⁵⁸ STERN, David. *Wittgenstein on mind and language*. New York: Oxford University Press, 1995, p. 39.

¹⁵⁹ PINTO, Paulo Roberto Margutti. *Iniciação ao Silêncio*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

¹⁶⁰ PINTO, Paulo Roberto Margutti. *Iniciação ao Silêncio*. São Paulo: Edições Loyola, 1998, p. 182.

Com efeito, estende-se aos signos simples a proibição análoga aos objetos: os signos nada significam quando estão fora da proposição, do mesmo modo que os objetos dependem dos fatos para poderem “existir”. Por outro lado, a existência dos signos simples e dos objetos é necessária à existência de uma forma fixa da linguagem e, em consequência, à aptidão da linguagem em poder fazer figuração.

Uma das condições para determinação do sentido proposicional é a atribuição de referência aos signos simples devem ser atribuídos uma referência, de modo que não saber qual é o sentido de uma proposição, como é dito por Wittgenstein, se explica pelo fato de não se ter atribuído significado aos sinais que constituem a proposição.¹⁶¹ Este é o lema de Occam aplicado pelo *Tractatus*. Margutti vê aqui um paradoxo: a análise segue ao limite de não poder exibir os signos simples e, com isso, somos incapazes de listar as proposições atômicas.¹⁶² O paradoxo se acentua, e se conecta à concepção de Wittgenstein, na medida em que a relação dos signos com os objetos, exigência sem a qual uma proposição não teria sentido,¹⁶³ não pode culminar na indicação propriamente dita dos objetos simples e dos signos isolados da proposição. O resultado então é que uma proposição com sentido pressupõe a atribuição de significado aos nomes, os quais sequer podem compor uma lista, ao mesmo tempo que os nomes possuem possibilidade de aparecimento em proposições como variáveis de uma função.

Outra questão paralela que deve ser abordada pela teoria pictórica é a afirmação de Wittgenstein, no ano de 1913, de que compreendemos uma proposição sem saber se ela é verdadeira ou falsa. Outras afirmações análogas devem ser aqui fixadas como pano de fundo: nada é por si mesmo figuração de algo; em segundo lugar, pode-se entender uma figuração sem saber que ela é verdadeira; por fim, é possível extrair, segundo Wittgenstein, conclusões de uma proposição falsa. A teoria pictórica, como elucidação da liga entre mundo e a linguagem representacional, defronta-se com o desafio de poder abarcar, sob uma mesma normatividade lógica, tanto os estados de coisas atuais e não-atuais, bem como toda natureza do discurso, sem que haja nenhuma espécie de admissão de exceção à regra que exclua o discurso falso.

Em termos fregeanos, mas à revelia do próprio Wittgenstein, a proposição pode ser compreendida mesmo que não tenha um significado, como é o caso das descrições falsas. No *Tractatus*, isso é equivalente a dizer que o sentido proposicional não é de

¹⁶¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.4733.

¹⁶² Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.5571.

¹⁶³ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.4733.

nenhuma maneira corrompido ainda que a proposição não descreva corretamente as propriedades externas dos objetos. Griffin compreende que “dar um significado a um símbolo acarreta, pelo menos em parte, a tarefa de determinar todas as possíveis combinações que o símbolo possuirá”.¹⁶⁴ Em seguida, ele é ainda mais categórico ao admitir que a forma do nome é uma consequência do comportamento do objeto a que esse nome se refere. A forma como essa última ideia está expressa pode dar azo a uma interpretação equivocada, cuja consequência é uma inadvertida leitura realista do *Tractatus*.

Ainda que prepondere um tipo de isomorfismo, o mundo não é *per se* previamente simbolizado, a figuração é algo a ser instituída e, então, nós “figuramos os fatos”. Por conseguinte, a forma do nome não é explicitada somente pela correlação um-para-um com os objetos, mas porque os nomes se comportam de forma análoga ao comportamento dos objetos: ao terem referência, por analogia os nomes ganham uma forma sintática em função da forma lógica pré-julgada nos objetos a que se ligam. A teoria pictórica deve, portanto, poder lidar com essas questões à primeira vista não pacificadas no *Tractatus*. De um lado, o significado do nome só pode ser conhecido quando empregado, junto com outros nomes, dentro de uma proposição. Isoladamente nada significam. Por outro lado, os nomes como partes constituintes das proposições pressupõem que os nomes contêm de antemão, por analogia aos objetos, todas as possibilidades de ligação com outros nomes na proposição. Mas essa premissa não pressupõe que se possa considerar os nomes isoladamente em razão da sua possibilidade de ligação com outros nomes, sem que esteja necessariamente dentro de uma proposição específica?

A ideia de que dar um significado a um símbolo acarreta, pelo menos em parte, a tarefa de determinar todas as possíveis combinações que o símbolo possuirá. (...) Dar um significado a um destes discos acarreta a tarefa de determinar todas as suas combinações possíveis, i. e., determinar a sua forma.¹⁶⁵

O isomorfismo pressupõe que a análise das proposições atômicas corresponda, *mutatis mutandis*, formalmente à mesma análise dos fatos, mas ao que parece os nomes precisam de um algo a mais exclusivo da sintaxe lógica que não está presente na ontologia. Trata-se do estatuto da nomeação, sintetizado na afirmação do *Tractatus* em que “[...] a figuração se enlaça com a realidade; ela vai até a realidade”.¹⁶⁶ Hidé Ishiguro

¹⁶⁴ GRIFFIN, James. *O atomismo lógico de Wittgenstein*, p. 132.

¹⁶⁵ GRIFFIN, James. *O atomismo lógico de Wittgenstein*, p. 132.

¹⁶⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.1511.

considera que a partir das elucidações podemos conhecer os tipos de proposições em que um nome pode aparecer e, com isso, podemos compreender o tipo de objeto em questão, bem como o tipo de estado de coisas que o objeto poderia aparecer.¹⁶⁷ É um algo exclusivo da sintaxe lógica porque os objetos não dependem de outras categorias, já a proposição com sentido *depende* de se ter atribuído aos nomes um significado.¹⁶⁸

A combinação de *a* e *b* em *aRb* representa uma das combinações possíveis de *a* e *b* para além de *aRb*. Por exemplo, que seja possível *bRa* significa que tanto *aRb* e *bRa* têm uma mesma forma lógica¹⁶⁹, designam os mesmos objetos em posições possíveis. Tudo deve conduzir em como *aRb* e *bRa* se distinguem: “aquilo que temos a fazer é determinar qual o estado de coisas que esta configuração de signos, “*ab*”, irá representar”.¹⁷⁰ Embora *aRb* e *bRa* tenha a mesma forma de afiguração, para Griffin os objetos estão em posições diferentes e, conseqüentemente, tratam-se de fatos distintos.¹⁷¹ Se Griffin tiver razão – e parece que esse arrazoado pode ser encontrado no próprio *Tractatus*¹⁷² –, então modo de afiguração e modo de representação são coisas distintas, e podem ser explicadas dentro da teoria pictórica. Sem o modo de representação, não obstante, não saberíamos que estados de coisas *aRb* e *bRa* se referem. A teoria pictórica cuida, assim, de segregar conceitualmente as representações como manifestação “sensível e perceptível [...] da proposição”¹⁷³ - que podem ser diferentes entre si, mesmo que sejam a respeito de um mesmo fato, como um acidente automobilístico representado ora por uma maquete, ora por uma narração – de forma lógica, este último como um traço não material, mas formal que há em comum, por exemplo, entre as diversas formas de representação de um mesmo fato.

Um fato espacial não precisa ter necessariamente uma representação também espacial.¹⁷⁴ Podemos muito bem descrevê-lo através de sinais sonoros. Neste sentido, uma partitura musical não é ela mesma uma música, pois “à proposição pertence tudo que pertence à projeção; mas não o projetado. [...] A possibilidade do projetado, mas não ele

¹⁶⁷ Cf. ISHIGURO, Hidé. Use and Reference of Names, p. 2.

¹⁶⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.4733.

¹⁶⁹ GRIFFIN, James. *O atomismo lógico de Wittgenstein*, p.138.

¹⁷⁰ GRIFFIN, James. *O atomismo lógico de Wittgenstein*, p. 138.

¹⁷¹ GRIFFIN, James. *O atomismo lógico de Wittgenstein*, p. 135.

¹⁷² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.014: “O disco gramofônico, a idéia musical, a escrita musical, as ondas sonoras, todos mantêm entre si a mesma relação interna afiguradora que existe entre a linguagem e o mundo”.

¹⁷³ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.11.

¹⁷⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.182: “Toda figuração é também uma figuração lógica. (No entanto, nem toda figuração é, p. ex., figuração espacial).”

próprio”.¹⁷⁵ O disco gramofônico, a ideia musical, a escrita musical, as ondas sonoras etc são todas figurações da música e, por isso, deve subsistir em cada uma a mesma forma de figuração, mas são formas de representação distintas.¹⁷⁶ Basta apenas que figuração e realidade tenham em comum a mesma forma lógica, a forma de afiguração, sendo a forma de representação, conforme afirma Griffin, algo arbitrário.¹⁷⁷ É variável o modo de representações do fato, a única exigência é que a representação tenha em comum com o afigurado a mesma forma lógica: “diferentes métodos de representação sobre o mesmo fenômeno não podem ser eles mesmos completamente distintos entre si”.¹⁷⁸

Se a teoria pictórica de Wittgenstein é um truísmo porque decorrente de uma visão intuitiva sobre como as imagens funcionam, como comenta Stern¹⁷⁹, há um truísmo ainda anterior, qual seja, o de que a linguagem, para Wittgenstein, é essencialmente representacional, excluindo outras modalidades de discurso¹⁸⁰, de sorte que considerações a respeito da teoria pictórica só têm sentido apelando-se para a compreensão de que a linguagem é eminentemente representacional e vice-versa.

No final das contas, o que Stern parece sugerir é que a teoria pictórica fora concebida por Wittgenstein como uma generalização extraída a partir de alguns poucos exemplos para conformar-se àquela intuição ainda mais fundamental, a de que a linguagem é eminentemente representacional.¹⁸¹ Isso não constitui, é verdade, nenhum erro. Onde queremos chegar é que algumas evidências fornecidas por Stern a partir dessa linha de raciocínio parecem nos sugerir que talvez o próprio Wittgenstein tenha falhado na distinção entre modo de representação e forma lógica de representação. Anos depois, Wittgenstein fez uma espécie de autocrítica um tanto obscura quando disse, em *Remarks on the Philosophy of Psychology*, que “o problema fundamental na lógica de Russell,

¹⁷⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.13.

¹⁷⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.014.

¹⁷⁷ GRIFFIN, James. *O atomismo lógico de Wittgenstein*, p. 139: “Contudo, nem toda figura é, digamos, espacial. Para uma figura, ser espacial é apenas a sua forma da representação e a escolha de uma forma da representação é arbitrária”.

¹⁷⁸ GRIFFIN, James. *O atomismo lógico de Wittgenstein*, p. 145.

¹⁷⁹ STERN, David. *Wittgenstein on mind and language*, p. 37.

¹⁸⁰ STERN, David. *Wittgenstein on mind and language*, p. 39: “Ele pensava que a maioria das declarações cotidianas acabaria por revelar, na análise, correspondentes a um conjunto completo, possivelmente um conjunto infinito de “proposições elementares”, cada uma das quais funciona seguindo as linhas sugeridas pela teoria da imagem (...) que consistem em objetos combinados de certa maneira, representando assim que os objetos correspondentes na realidade estão combinados da mesma maneira.”

¹⁸¹ STERN, David. *Wittgenstein on mind and language*, p. 39: “A óbvia intuição das escolhas de exemplos de Wittgenstein, como o modelo nos tribunais e seu desenho dos bonecos de palito, e a inferência aparentemente direta para a teoria geral da proposição, o impediram de perceber que ele havia se concentrado em apenas um uso da linguagem—relato factual—na busca pela essência da linguagem, e havia ignorado a possibilidade de que poderiam haver exceções e contraexemplos.”

assim como na minha no *Tractatus*, é que o que é uma proposição é ilustrado por alguns exemplos comuns e depois presumido como compreendido em sua total generalidade”.¹⁸²

Os exemplos a que Wittgenstein se refere talvez sejam o seu desenho de bonecos esgrimindo, presente em *Notebooks*, e o clássico modelo de um acidente de carro utilizado no tribunal de Paris. Entretanto, tudo isso parece não constituir fortes evidências de que realmente Wittgenstein tenha transgredido a fronteira categorial entre modo de representação e forma lógica de representação. Mas notemos que Wittgenstein utilizou exemplos o apelar a imagens, abdicando de exemplos mais complexos com maior quantidade de elementos linguísticos arbitrários, tão recorrentes na linguagem ordinária, cujos “acordos tácitos”, que permitem o seu entendimento, são “enormemente complicados”.¹⁸³ Talvez a autocrítica acima seja apenas um acerto de contas da transição para a nova compreensão de linguagem presente sobretudo nas *Investigações Filosóficas*, já que nesta obra o significado dos nomes passar a ser determinado pelo uso e não mais aferrado com as regras restritas da teoria pictórica, de sorte que Wittgenstein não estará mais comprometido com a linguagem representacional associada ao *Tractatus*. Os pormenores dessa transição extrapolam os objetivos deste texto, mas, pelo menos, mostra em linhas gerais a obsessão de Wittgenstein pela teoria pictórica.

É preciso notar que a teoria da pictórica não é uma espécie de parâmetro corretivo similar à linguagem formular desenvolvida por Frege para purificar e tornar linguagem corrente mais cristalina e infensa a defeitos “congênitos”. A teoria da figuração não pode ser equiparada a uma espécie de método. A isso se soma um outro aspecto da doutrina do dizer e do mostrar, que é o fato de que, se a forma de afiguração não pode ser dita, o resultado disso é que forma de afiguração está presente na linguagem sem que alguém tenha aí adicionado. A linguagem mostra, por ela mesma, a forma de afiguração. O argumento é de alguma maneira circular: “não podemos pensar nada de ilógico, porque, do contrário, deveríamos pensar illogicamente”.¹⁸⁴

A teoria pictórica segrega, portanto, as modulações da forma de figuração da forma lógica de afiguração, de sorte que o que importa à investigação de Wittgenstein não é materialidade da figuração, o arbitrário, mas que as condições lógicas de representação são condições de toda e qualquer representação, apesar das diferenças

¹⁸² WITTGENSTEIN, Ludwig. **Remarks on the Philosophy of Psychology**. Oxford: Basil Blackwell, 1998. Vol. I e II, §38.

¹⁸³ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 4.002.

¹⁸⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 3.03.

materiais. Em como, por exemplo, uma figuração não-espacial pode representar um fato espacial, desde que se conserve a mesma forma lógica do fato representado. Uma figuração é figuração lógica na medida em que há uma semelhança, também lógica, entre fato figurador e fato figurado.

A tese começou a ganhar alguns contornos em uma passagem redigida no ano de 1914. Wittgenstein havia lido uma reportagem sobre um processo judicial relativo a um acidente automobilístico em que foi utilizada uma representação com ajuda de miniaturas. A figuração, concluiu Wittgenstein, é como um modelo montado para teste. Mas objetos dispostos em um espaço tridimensional podem ser figurados de maneiras distintas. Podemos, por exemplo, representá-los bidimensionalmente em uma folha de papel ou recorrendo a símiles organizados em cima de uma mesa. São materialmente dois modelos distintos, mas ambos contêm uma mesma estrutura lógica sem a qual não seria possível descrever o fato. Neste sentido, as duas figurações partilham a mesma forma lógica, não importa as suas eventuais diferenças materiais. É neste sentido que a estrutura lógica não pertence aos modos de representação de cada proposição, mas é algo sem a qual as representações, não obstante, não poderiam ser representações pictóricas.

Com efeito, é preciso compreender a distinção entre sinal de símbolo proposicional, o que é propriamente lógico e a superfície aparente do discurso; em como um sinal proposicional se converte em proposição. Como saber se duas miniaturas de automóveis, posicionadas uma de frente para a outra, estão modelando um instante anterior ao acidente, quando elas podem ser adequadamente interpretadas como a disposição de dois automóveis parados num estacionamento?

O pensamento é uma espécie de fundo oculto no qual o sinal proposicional se constitui como uma relação projetiva com o mundo ao pensarmos o sentido da proposição. Wittgenstein diz que “a figuração lógica é o pensamento”¹⁸⁵ e que o pensamento se exprime perceptível e sensivelmente por meio do sinal proposicional;¹⁸⁶ dá a entender que o pensamento é exatamente a forma lógica, como se fosse uma “mônada” independente dos modos de representação, os quais, não obstante, expressam o pensamento.¹⁸⁷

Wittgenstein parece fortalecer esse entendimento em 4.002 quando estabelece uma diferença entre pensamento e signo proposicional: “não se pode inferir, da forma

¹⁸⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.

¹⁸⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.1-3.12.

¹⁸⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.12.

exterior do traje, a forma do pensamento trajado”.¹⁸⁸ Outras afirmações do *Tractatus* acompanham essa interpretação: a) o sinal proposicional é a proposição mais a sua relação projetiva com o mundo; b) e o método de projeção é pensar o sentido da proposição. Está claro no *Tractatus* que uma proposição por si só não é uma figuração de estados de coisas, mas quando os signos se correlacionam aos objetos simples à mesma maneira que estes últimos se ligam por meio da forma lógica. É preciso haver uma relação interna. Não obstante, Wittgenstein parece inserir outra exigência, qual seja, que a proposição tenha uma relação projetiva com o mundo, que é pensar o sentido da proposição e o resultado disso é o próprio pensamento como proposição dotada de sentido.¹⁸⁹

O pensamento seria uma espécie de régua ou parâmetro do pensável e do possível, sendo impossível, por exemplo, pensar que um objeto não tenha uma relação interna com outro objeto – “não podemos pensar em nenhum objeto fora da sua possibilidade de ligação com outros objetos”, diz Wittgenstein,¹⁹⁰ de modo que “o que é pensável é também possível”.¹⁹¹ A proposição, por sua vez, acumula um processo lógico já estabelecido em que nada precisa ser acrescentado. O efeito disso pode ser uma visão pouco plausível, no *Tractatus*, de que pensamento e proposição se ligam por relação externa e a linguagem aqui seria reduzida a uma mera expressão de um processo pré-linguístico já bem definido. Isso significa admitir o pensamento como uma instância também pré-linguística, intermediação entre ligação de objetos e sinal proposicional com sentido. O próprio *prefácio* pode aqui ser incluído para amparar esses argumentos, já que “o livro pretende, pois, traçar um limite para o pensar, ou melhor – não para o pensar, mas para a expressão dos pensamentos.”¹⁹²

É sabido que as considerações de Frege exerceram forte influência sobre a filosofia do *Tractatus*, levando Wittgenstein a conservar alguns de seus preceitos, bem como a apontar críticas. Ao que parece, a interpretação acima encerra uma concepção de linguagem que, sob um aspecto, lembra as motivações que levaram Frege a elaborar uma linguagem artificial. A redução da linguagem como mera representação linguística do pensamento forçosamente admite que ambas estão em relação externa e não interna. A

¹⁸⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.002.

¹⁸⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.

¹⁹⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.0121. Outras proposições também dão conta disso: 3.02: “O pensamento contém a possibilidade da situação que ele pensa. O que é pensável é também possível”. 3.2: “Na proposição, o pensamento pode ser expresso de modo que aos objetos do pensamento correspondam aos elementos do sinal proposicional”. Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.02; 3.2.

¹⁹¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.02

¹⁹² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, p. 125.

questão que surge, então, é a de como garantir que a linguagem expresse fielmente o pensamento. Tal como em Wittgenstein, para Frege “a análise do pensamento pode ser realizada apenas pela linguagem”,¹⁹³ mas Frege recorre a uma linguagem artificial para transpor o “obstáculo da insuficiência da linguagem [corrente]” que pudesse evitar a intromissão de algo “inadvertidamente intuitivo” na análise dos juízes aritméticos.¹⁹⁴

Todavia, em outras passagens do *Tractatus*, Wittgenstein parece borrar pelo menos a distinção mais substancial entre pensamento e proposição. Cabe notar que Wittgenstein fala de “pensar” desde a parte inicial de seu livro, na parte mais dedicada à ontologia, antes mesmo de o pensamento ser abordado de maneira direta, sobretudo nos comentários sobre figuração. É preciso, portanto, fazer aqui uma pequena digressão para, em seguida, pontuar que a linguagem não pode ser reduzida a uma simples veiculação do pensamento.

A possibilidade do pensamento é determinada pelas regras decorrentes do espaço lógico. Cabe lembrar que os objetos como constituintes dos estados de coisas contêm antecipadamente a possibilidade de ligação como outros objetos determinada por suas formas lógicas, sendo por isso que a possibilidade mesma de um estado de coisas, dirá Wittgenstein, “já deve estar prejudgada na coisa”.¹⁹⁵ A margem de manobra do surgimento de estados de coisas é tributária de uma exigência ainda mais elementar, de maneira que “não se pode encontrar depois uma nova possibilidade” de vínculo.¹⁹⁶ Ainda no início do *Tractatus*, Wittgenstein abre uma senda, ainda que pálida, sobre o pensamento e o limite do que pode ser pensado. O limite do pensamento, ou melhor, o limite da expressão do pensamento tem duas acepções que se complementam: a) em primeiro lugar, há um limite, mais continental da linguagem e é o que nos alerta o último aforismo do *Tractatus*. Encontramos ali a ideia de que não podemos expressar questões relativas à ética ou ao místico;¹⁹⁷ b) em segundo lugar, o limite do pensável determinado pelo atomismo lógico.

Assim, encontramos uma correlação entre a possibilidade do pensamento e a possibilidade dos estados de coisas. Se os objetos só podem ser concebidos dentro do complexo, e não isoladamente, é da essência dos objetos a possibilidade de aparecimento

¹⁹³ OLIVEIRA, Wagner Teles de. Pensamento e subjetividade em Wittgenstein. In: **Revista Analytica**, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 1, 2018, p. 141-164, p. 147.

¹⁹⁴ FREGE, Gottlob. Conceitografia, “Prefácio”. In: FREGE, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: EDUSP, 2009a, p. 44-45.

¹⁹⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 2.0121.

¹⁹⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 2.0123.

¹⁹⁷ Esse aspecto do limite da linguagem não será tratado neste capítulo, mas na última seção onde nos dedicaremos sobre a doutrina do dizer e do mostrar.

nos estados de coisas, ¹⁹⁸ em contrapartida “não podemos de modo algum pensar em objetos espaciais fora do espaço”, tampouco em “*nenhum* objeto fora da sua possibilidade de ligação com os outros”.¹⁹⁹ Pensamento e mundo se atam logicamente:

A possibilidade do pensamento pressupõe dada a totalidade dos objetos e, com ela, a totalidade do espaço lógico - já que cada objeto contém em si todas as suas possibilidades combinatórias. O espaço lógico é o cenário sobre o qual algo se pode pensar como sendo isso, ao invés daquilo.²⁰⁰

É neste sentido que é uma contradição em termos um mundo que fosse inacessível ao pensamento. O que é pensado é, em função de uma relação interna, possível. Comprometido, portanto, com a tradição antipsicologista inaugurada por Frege, Wittgenstein bloqueia a intermediação de qualquer processo subjetivo, bem como retira o pensamento como efeito de uma causa psíquica. Ademais, sequer o pensamento pode ser reduzido ao pensar como uma independência, vez que o pensamento está submetido a uma regra que não se restringe a ele mesmo, como vimos, mas é partilhado com o mundo. Assim, da isomorfia entre mundo e linguagem não pode haver independência concorrente do pensamento em relação ao mundo, senão correlação formal.

Ora, se mundo e pensamento são isomórficos, enquanto a linguagem por enquanto fora apresentada somente como expressão do pensamento, não indicando se se estabelece com a linguagem alguma relação interna, convém questionar se o mundo, estruturado logicamente, exerce sobre a linguagem alguma relação de prioridade ou se vice-versa o pensamento se converte em anterioridade lógica ante a linguagem. É verdade que o conceito de proposição no *Tractatus* tem mais aspectos, sobre os quais ainda não tratamos, que vão além de sua virtude de expressão de pensamento. Não obstante, o *Tractatus* mostra poucas evidências que ajudem a responder a questão acima. Além disso, a forma como Wittgenstein enfatiza a noção de pensamento tem o revés de deixar a proposição numa penumbra. Essa dificuldade também se reverbera entre os comentaristas ao conceberem a linguagem como uma instância meramente subsidiária do

¹⁹⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.011.

¹⁹⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.0121.

²⁰⁰ SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. *A Essência da Proposição e a Essência do Mundo*, p. 92.

pensamento,²⁰¹ evocando, sobretudo, o aforismo 3.1²⁰²; ou, quando menos, introduzem termos como “alguém”, “ato”, etc como ações de um sujeito.²⁰³

De acordo com Mounce,²⁰⁴ essa visão – a redução da linguagem à simples materialização do pensamento – foi defendida por Anthony Kenny, David Stern, Hans-Johan Glock, sobretudo por Norman Malcolm em seu livro *Wittgenstein: Nothing is Hidden*. O resultado questionável dessa interpretação, segundo Mounce, é de ter de haver uma prioridade lógica do pensamento em relação à linguagem. Marion, por sua vez, acompanha a crítica defendida por Mounce, mas as consequências assumidas por ele se bifurcam. Mounce considera que, para Wittgenstein, “não é necessário expressar o que se pensa, nem mesmo é necessário pensar por palavras”²⁰⁵ e, por isso, o pensamento é, ele mesmo, uma espécie de linguagem. Marion, por outro lado, afirma que “não há ‘pensamento’ onde não há expressão clara na ‘linguagem’”.²⁰⁶ É verdade que essa afirmação de Marion é pouco clara: ele quer dizer que não há pensamento se este não puder ser expresso na linguagem ou que não há pensamento quando este não se encontra materializado na linguagem? Logo em seguida Marion mobiliza o aforismo 5.61 do *Tractatus*²⁰⁷ e diz que há uma “espécie de identidade entre o que é pensável e o que podemos dizer”.²⁰⁸ Essa é, de fato, a visão do *Tractatus*, que se subordina à passagem do prefácio de que trata do limite do pensamento e da expressão do pensamento.

Tudo leva a crer que Marion está falando da primeira hipótese – que não há pensamento se este não puder ser expresso linguisticamente. No entanto, ele adverte sobre os riscos de ver no *Tractatus* uma teoria da “linguagem do pensamento”. Ora, o que Mounce defende, por outro lado, é exatamente a ideia de “linguagem do pensamento”, pois não se pode conceber disjuntivamente pensamento e linguagem quando se trata de pensamento. Isso porque “todo pensamento é em símbolos”²⁰⁹ e, ao prevalecer uma isomorfia entre pensamento e o mundo, os símbolos são coextensivos aos objetos, assim

²⁰¹ MARION, Mathieu. *Wittgenstein: Introdução ao Tractatus Logico-Philosophicus*, p. 53-54.

²⁰² “Utilizamos o sinal sensível e perceptível (sinal escrito ou sonoro, etc.) da proposição como projeção da situação possível. O método de projeção é pensar o sentido da proposição”. Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.11.

²⁰³ GRIFFIN, James. *O atomismo lógico de Wittgenstein* p. 160.

²⁰⁴ MOUNCE, B. O. H. *Philosophy, solipsism and thought*. In: *The Philosophical Quarterly*, Vol. 47, nº 186, 1997.

²⁰⁵ MOUNCE, B. O. H. *Philosophy, solipsism and thought*, p. 3.

²⁰⁶ MARION, Mathieu. *Wittgenstein: Introdução ao Tractatus Logico-Philosophicus*, p. 51.

²⁰⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.61: “O que não podemos pensar, não podemos dizer; portanto, tampouco podemos dizer o que não podemos pensar”.

²⁰⁸ MARION, Mathieu. *Wittgenstein: Introdução ao Tractatus Logico-Philosophicus*, p. 51.

²⁰⁹ MOUNCE, B. O. H. *Philosophy, solipsism and thought*, p.3.

o que é possível é pensável, sem implicar aqui uma anterioridade do mundo. Se o pensamento não for já uma “espécie de linguagem”, a consequência poderia ser uma concepção de pensamento decorrente de eventos psíquicos e psicológicos. Isso não significa dizer que a “linguagem do pensamento” seria preponderante ou anterior ao signo proposicional. É o que Mounce explica:

Os símbolos podem não ser verbais. O que ele [Wittgenstein] insiste, no entanto, é que os símbolos não verbais estão no mesmo nível dos símbolos verbais. Pois eles devem ter uma estrutura comum aos símbolos verbais, e tendo uma estrutura comum eles não podem ter prioridade lógica.²¹⁰

Assim, para Mounce a linguagem do pensamento não é uma linguagem mesma, no sentido material. Talvez o erro de Marion tenha sido uma leitura deveras forte das afirmações do *Tractatus* de que o signo proposicional é expressão do pensamento, descartando a ideia de que o próprio pensamento já inclui automaticamente a mobilização de símbolos, como sugere Mounce. Além disso, aquela concepção é ainda mais restritiva, pois pensamento é tomado aqui apenas como “sinal proposicional com sentido” ou o ato de pensar o sentido da proposição.

Essa visão, a nosso ver, dá mais “munição” para comentadores que tentam enquadrar o pensamento como atividade de um sujeito transcendental. Tanto que, em seguida, Marion tenta afastar a ideia de um sujeito – e isso se mostra, por exemplo, quando ele coloca notas de rodapé citando comentadores que defendem essa hipótese, como Malcolm e Hacker. Ao fazer isso, entretanto, incorre em erro ao dizer que “o pensamento também não pode ser concebido como a *fonte do sentido*, na medida em que Wittgenstein nega categoricamente a existência de um ‘sujeito’ no sentido forte do termo”.²¹¹ Ora, admitir que o pensamento seja concebido como fonte do sentido não significa admitir necessariamente a existência de um sujeito. Isso contraria o que está expresso no *Tractatus*. Marion cria um problema bem maior em relação àquele que ele tenta resolver.

Mounce diz que “não é necessário expressar o que se pensa”,²¹² isto é, o pensamento não prescinde, como razão de ser, de palavras, símbolos sonoros etc, ao mesmo tempo em que o pensamento pode ser expresso de outras maneiras, com variadas formas de representação.²¹³ Invertendo essa premissa, perguntar-se-ia se é possível uma

²¹⁰ MOUNCE, B. O. H. *Philosophy, solipsism and thought*, p. 3.

²¹¹ MARION, Mathieu. **Wittgenstein: Introdução ao Tractatus Logico-Philosophicus**, p. 51.

²¹² MOUNCE, B. O. H. *Philosophy, solipsism and thought*, p. 3.

²¹³ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 4.014.

proposição sem pensamento. A resposta é obviamente negativa. Mas por quê? O signo proposicional só se constitui como proposição na medida em que há uma relação projetiva com mundo, que consiste justamente em pensar o sentido da proposição. Vejamos esse comentário de Mounce:

Agora, se em minha atividade mental eu sigo a regra, certamente penso o sentido de uma proposição. Mas é óbvio que faço isso não por causa da minha atividade mental em si, mas porque, em minha atividade mental, sigo a regra. Em suma, não é meu pensamento que determina a regra ou o método de projeção. É se eu sigo a regra ou o método de projeção que determina se estou pensando.²¹⁴

Pensamento e seguir uma regra coincidem. Se o pensamento determinasse uma regra ou o método de projeção, então o pensamento teria propriedade mentalista. Se a regra determinasse o pensamento e, por isso, de algum modo divorciado do pensamento, então estamos falando de um terceiro nível. Isso é por demais platônico. O pensamento é intransitivo, segue uma regra ou, melhor dizendo, é a própria regra, sobre a qual nada pode ser dito, mas é mostrado pela linguagem. Pensamento e mundo se integram na medida em que o mundo também se estrutura pela regra lógica.

A discussão culmina, portanto, na ideia de que linguagem, mundo e pensamento estão correlacionados, sem haver, contudo, nenhuma anterioridade lógica entre si, nem intermediários. Não obstante, acreditamos que a expressão “correlação” pode obscurecer os propósitos reais de Wittgenstein. Isso também vale para a utilização do termo *Bedeutung*. Isso não significa que Wittgenstein utilizou expressões erradas, as quais devem ser substituídas, estamos assinalando apenas que devem ser esclarecidas para evitar alguma confusão. Aliás, quem tenha passado incólume por essa armadilha, por assim dizer, encontrou no *Tractatus* vestígios suficientes para defender que há ali um realismo. Esse tipo de interpretação pode também ser atribuído à influência de Frege na filosofia de Wittgenstein, o que levou os realistas compreenderem que alguns aspectos da filosofia de Frege foram adotados integralmente por Wittgenstein, quando na verdade é mais adequado ver aí mais uma ruptura do que uma conservação.

Nas proposições 3.2-3.22, Wittgenstein diz que “o nome substitui o objeto”; “os objetos, só posso nomeá-los” ou que os objetos correspondem aos elementos do sinal proposicional. Ademais, entender uma proposição, mesmo sem saber se ela é verdadeira ou falsa, pressupõe saber qual situação ela designa e as situações são a inexistência e a

²¹⁴ MOUNCE, B. O. H. *Philosophy, solipsism and thought*, p. 5.

existência de estados de coisas. Os realistas encontraram aqui uma evidência textual no *Tractatus* em favor de sua tese, onde supõem que a proposição é um desdobramento de uma etapa pré-proposicional, em que os objetos são correlacionados aos nomes por definição ostensiva. Os objetos teriam existência independente da notação. Isso é parcialmente verdadeiro. “Substituir”, “corresponder” ou até mesmo “nomear” são uma prova disso, na medida em que os objetos se acham disponíveis no mundo à espera da semântica ou pelo menos à maneira fregeana. Embora Frege também preserve a independência do sentido em relação à referência, a reação do *Tractatus* é repugnar que um nome próprio tenha sentido e referência, sem que necessariamente seja ponto de saturação da função proposicional.²¹⁵ Isso está explícito em 3.3: “Só as proposições têm sentido; é só no contexto da proposição que um nome tem significado”. Sem citar, no entanto, Wittgenstein parece endereçar esse pensamento a Frege.

É curioso notar a quantidade de passagens no *Tractatus* invocando categorias ontológicas que parecem firmar uma “semântica realista”,²¹⁶ em detrimento de poucas observações que dizem respeito a uma teoria segundo a qual os nomes só têm significado quando estão conjugados numa proposição. Ainda não está claro, não obstante, se a dimensão realista presente na teoria da figuração é incompatível com o que podemos chamar de princípio do contexto. McGuinness parece ter notado aquelas passagens.²¹⁷ Para ele, os dois princípios são não só tecnicamente incompatíveis, como são determinantes de como o *Tractatus* deve ser lido, de modo que até mesmo desloca o papel da linguagem.

Todavia, o realismo é muito mais uma sustentação dos comentadores do que uma atitude adotada pelo próprio Wittgenstein. Por outro lado, Wittgenstein não renega o papel desempenhado pela semântica na sua teoria da linguagem. Isso pode ser visto, por exemplo, no aforismo 5.4733:

Frege diz: toda proposição legitimamente constituída deve ter sentido; e eu digo: toda proposição possível é legitimamente constituída, e se não tem sentido, isso se deve apenas a não termos atribuído significado a algumas de suas partes constituintes.

²¹⁵ “Não há como isolar, no mundo ou fora dele, nenhum ponto de referência com respeito ao qual se pudesse delimitar o campo das possibilidades de existência. Se houvesse no mundo um tal ponto de referência, haveria no mundo uma ordem a priori - pois a relação entre esse objeto privilegiado e os outros seria interna, essencial.” Cf. SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. *A Essência da Proposição e a Essência do Mundo*, p. 104.

²¹⁶ Além dos aforismos que mencionamos mais acima, podemos adicionar aqui mais alguns: 4.0312, 4.0311 e 2.1515. Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.0312; 4.0311; 2.1515.

²¹⁷ MCGUINNES, Brian. *Approachs to Wittgenstein*. London and New York: Routledge, 2002, p. 82.

O porquê de Wittgenstein não descartar a semântica sem, ao mesmo tempo, admitir uma espécie de realismo não é uma simples questão de ênfase, mas está relacionado em como Wittgenstein atribui alguns papéis à lógica, que por sua vez inclui, como será mostrado mais adiante, a definição de pensamento, linguagem e realidade. Por que então Wittgenstein escreve tais coisas que provocam essa confusão? Outra questão é situar como no *Tractatus* os objetos subsistem independentemente da existência ou não dos estados de coisas sem que, no entanto, a subsistência seja algo caracteristicamente realista. Como saldo de uma interpretação que está sempre em perspectiva, o realista poderia muito bem acusar aqueles que recusam essa identidade de uma leitura da linguagem quem sabe anêmica de coisas; enquanto os não-realistas se incomodam com uma perspectiva excessivamente ontológica em uma obra de lógica.

A semântica no *Tractatus* deve ser tal maneira que seja possível conceber proposições sobre estados de coisas sem que os estados de coisas necessariamente tenham de existir para produzir um conjunto de sinais. Por outro lado, proposições não têm referência, senão seria impossível o discurso falso. Uma semântica dos nomes, não obstante, deve ser solicitada, isso porque signos simples sem referência tem como resultado a indeterminação do sentido proposicional. À possibilidade de um discurso falso seria necessário supor que os signos simples não podem ter referência se compreendermos referência como portador do signo. A referência dos signos só pode ser compreendida, no *Tractatus*, na medida em que os objetos são subsistentes e, aqui, se quer dizer que os objetos subsistem, ainda que o estado de coisas, no qual eles podem aparecer, seja inexistente. É por isso que McGuinness diz que "toda ontologia é um uso transferido e ilegítimo de palavras como 'subsistir'" (*bestehen*). McGuinness apresenta uma boa síntese dessa questão:

Portanto, não devemos pensar no domínio da referência como um misterioso armazém infinitamente estendido de coisas, como se fossem objetos concretos, com os quais talvez tenhamos ou não a sorte, em uma vida completa, de ter conhecimento ao encontrá-los em uma rua.²¹⁸

Cabe então enfatizar que McGuinness não exclui a semântica, mas se soma à leitura de Tugendhat a respeito de Frege, da qual Dummet discorda, e aplica ao *Tractatus*.²¹⁹ Neste texto, McGuinness não está considerando se essa leitura sobre Frege é ou não

²¹⁸ MCGUINNES, Brian. *Approachs to Wittgenstein*, p. 90.

²¹⁹ MCGUINNES, Brian. *Approachs to Wittgenstein*, p. 87-88.

correta, mas que, em se tratando do *Tractatus*, identificar referência (*Bedeutung*) como portador do nome inviabiliza que uma sentença cujos nomes não tenham portador possa ainda assim ter valor de verdade. Essa é a leitura de Dummet sobre Frege, que, aplicada ao *Tractatus*, é rejeitada por McGuinness. O próprio texto do *Tractatus* anuncia essa rejeição.²²⁰ Compreender o sentido de uma proposição inclui imediatamente saber o significado de suas expressões, mas a atribuição de significado só pode ser realizada quando a proposição é compreendida. Assim, seria uma contradição em termos compreender o sentido de uma proposição e ao mesmo tempo não saber a *Bedeutung* dos signos simples. Com isso, Wittgenstein bloqueia o funcionamento da significação fora de um contexto proposicional e, diferente de Frege, entende que nomes não têm sentido, ficando a cargo somente das proposições.

McGuinness pergunta como é feita a comparação da proposição com a realidade. A realidade não pode apresentar um olhar direto dos objetos simples, mas a um complexo e, por isso, já não está em causa os objetos como se fossem marcas isoladas da realidade. De alguma maneira, ele não se nos aparece e, em alguma medida, nós não vemos nada, se ver aqui for compreendido como um olhar diretivo sobre um conjunto de coisas inarticulados, pois ver implica um modo de ver, como ver uma mancha implica um campo visual.

Por que então Wittgenstein usa terminologias que parecem comprometer o *Tractatus* com o realismo? McGuinness dirá, por exemplo, que esse tipo de coisa “certamente faz parte do seu tratamento irônico de si mesmo e de seus leitores. Ele comete ou flerta com erros no *Tractatus*, para nos ensinar a não fazê-lo”.²²¹ É que Wittgenstein está sempre apelando ocultamente aos limites empreendidos pela doutrina do dizer e do mostrar para apresentar alguns conceitos no *Tractatus*. Assim, não fornece, por exemplo, indícios mais palpáveis do que sejam objetos simples, se restringe a dizer apenas que são a substância do mundo e que contêm a possibilidade de ligação com outros objetos, cabendo apenas pensá-los em relação a essa liga, nunca de outro modo. Há, por conseguinte, um agravante: os objetos são autossuficientes²²² e essa menção paralela com

²²⁰ É o que se pode ler em 5.4733: “[...] toda proposição possível é legitimamente constituída, e se não tem sentido, isso se deve apenas a não termos atribuído significado a algumas de suas partes constituintes”. CF. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.4733.

²²¹ MCGUINNES, Brian. *Approachs to Wittgenstein* p. 96.

²²² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.0122.

a leitura de que “o nome substitui, na proposição, o objeto”²²³, na medida em que “a figuração representa o seu objeto de fora”²²⁴, dá mais ou menos o tom da nossa questão.

Ênfases aqui e acolá no *Tractatus* modificam radicalmente de como a obra é lida. Algumas são inócuas, outras, porém, são bem vindas. Um quadro sinóptico pode ser ilustrado dessa maneira: os realistas apostam na anterioridade dos objetos como condição precípua e a linguagem é compreendida como mera expressão do pensamento. O resultado é um “armazém de referências” e um simbolismo suportado para descrevê-lo. Uma abordagem antirrealista, por conseguinte, é dizer que o “armazém de referências” não tem justificativa se não houver um pensamento que confira sentido à figuração, que projete qual é o estado de coisas possível. O resultado, porém, é uma leitura mentalista.

Se uma proposição deve poder ser verdadeira ou falsa, Wittgenstein parece argumentar então que uma proposição pode ser instituída independentemente da existência ou não de estados de coisas. Que assim seja, entretanto, os nomes não podem deixar de ter referência, mesmo que esta seja um objeto que não aparece configurado no estado de coisas ou como ente-transcendental, como afirma Margutti. A semântica da proposição como um todo deve, por isso, ser radicalmente diferente da semântica dos nomes simples. Não se pode conceber que a referência de um nome é determinada fora da proposição, mas no momento em que faz parte dela. E uma proposição é constituída sem que se saiba se é verdadeira ou falsa, isso significa que a referência do nome é independente ainda que a proposição apresente uma descrição de um objeto que, comparando-o com o mundo, não existe com as qualidades que a proposição diz ter. O nome passará a ter referência quando atrelado às condições de verdade da proposição, em ela poder ser verdadeira ou falsa.

Embora os nomes devam ter referência, cujo postulado esclarece, como aponta McGuinness, como é possível emitir sentenças verdadeiras ou falsas, é importante notar que a noção de referência é transferida em como compreendemos um sinal proposicional. Isso culmina numa circularidade em que a referência só pode ser concebida em termos da função do nome. Assim, “pensar o sentido na proposição é simplesmente usar as palavras da sentença de modo que o comportamento lógico delas seja o da proposição desejada” e “nenhuma investigação ou exploração separada da ‘realidade’ é concebível”, de modo

²²³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.22.

²²⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.173.

que “já está contido na linguagem e no pensamento a possibilidade de todos os objetos que são possíveis”.²²⁵

A teoria pictórica recusa tanto a definição ostensiva, quanto o ato mental de associar uma palavra a uma coisa. Por outro lado, Wittgenstein afirma, em 4.024, que “entender uma proposição significa saber o que é o caso se ela é verdadeira”. Essa afirmação depõe a favor de um realismo residual, mas em relação a fatos – que, aliás, pode muito bem convocar o aforismo do *Tractatus* que afirma ser o mundo a totalidade dos fatos e não das coisas. Mais adiante, no entanto, Wittgenstein parece introduzir uma espécie de *quaestiones disputatae* ao dizer que é possível entender uma proposição sem saber se ela é verdadeira. É preciso ir além e dizer que a teoria pictórica no *Tractatus* é concebida de modo que uma proposição deve poder ser instituída sem prescindir dos fatos propriamente ditos. Levada ao limite, esta última ideia implica que também não pode haver um discurso sobre a estrutura lógica do mundo, posto que essa estrutura já faz parte das condições de sentido pressupostas por toda e qualquer proposição.

No *Tractatus*, portanto, nem pensamento, nem mundo são anteriores à linguagem. A rigor, a linguagem não adquire significado por meio do pensamento, tampouco o pensamento prescinde de uma antecipação do mundo para poder ser constituído. Qual seria então a leitura alternativa? Cabe agora fazer uma espécie de digressão sobre o solipsismo no *Tractatus*, para, em seguida, apanhar os resultados que respondem à nossa questão sobre a teoria pictórica.

Em primeiro lugar, é preciso pôr em relevo o papel que Wittgenstein atribui à lógica. As confusões mais fundamentais na filosofia, que consistem, segundo Wittgenstein, em querer dizer o que não se pode dizer, podem ser explicadas por uma confusão ainda mais elementar, que permeia a linguagem, entre o arbitrário e o que é eminentemente lógico. Não obstante, embora irrelevantes, as regras de convenção estão entranhadas na linguagem corrente, que, como traje que disfarça o pensamento, não se pode extrair do próprio traje a forma do pensamento.²²⁶ A lógica então segrega o que é arbitrário e as regras de convenção do que é propriamente relevante à linguagem.

É plenamente arbitrário, para explorar aqui um exemplo utilizado pelo próprio Wittgenstein, que um único sinal “é” seja adotado ora como cópula, ora como existência, embora, na condição de símbolos, designent de maneiras distintas. É irrelevante, do ponto de vista notacional, que compartilhem de um mesmo sinal. O que Wittgenstein pensa, no

²²⁵ MCGUINNES, Brian. *Approachs to Wittgenstein*, p. 90.

²²⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.002.

final das contas, é que nem sempre a linguagem corrente está apta a mostrar, à primeira vista, a diferença entre sinal e símbolo ou em como na lógica o sinal se converte em símbolo. Com efeito, para evitar tais equívocos, Wittgenstein sugere que “devemos empregar uma notação que os exclua, não empregando o mesmo sinal em símbolos diferentes, nem empregando superficialmente da mesma maneira sinais que designem de maneiras diferentes”.²²⁷ Por conseguinte, a sintaxe lógica é assim caracterizada: “o significado de um sinal nunca pode desempenhar papel algum; ela poder estabelecer-se sem que se fale do significado de qualquer sinal, ela pode pressupor apenas a descrição das expressões”.²²⁸

Importa à notação, portanto, não a relação isolada entre sinal e significado, na qual o sinal desempenharia papel relevante à notação por haver coisas como “um ato eventualmente motivado por semelhanças percebidas entre nome e nomeado”²²⁹, mas na medida em que o significado dos nomes é atribuído a partir da proposição como “relações de simbolização que suas partes mantêm com a realidade”.²³⁰ O resultado disso, como observou Santos, é que a nomeação determinada por eventuais semelhanças entre sinal e nomeado deixam de ser logicamente relevantes.²³¹ Essa referência, no *Tractatus*, é apresentada no aforismo 3.322. Aí Wittgenstein esclarece que a característica comum a dois objetos não é suficientemente denunciada utilizando-se para esses objetos um mesmo sinal, mas adotando diferentes modos de designação, ainda que eventualmente um mesmo sinal seja utilizado.²³² Ademais, é também arbitrário o modo como as proposições são descritas, se bem utilizando-se uma superfície bidimensional ou recorrendo a miniaturas.²³³

Assim, removidas as regras de convenção como excessos inoperantes da linguagem corrente, a lógica aparece como algo que sempre esteve presente por debaixo desses resquícios. É o que Wittgenstein expressa a seguir:

É isso que é decisivo. Dissemos que muito nos símbolos que usamos seria arbitrário, muito não seria. Na lógica, só o que não é arbitrário exprime: isso quer dizer, porém, que na lógica nós não exprimimos, com a ajuda dos sinais, o que queremos, mas o que enuncia na lógica é a própria natureza dos sinais

²²⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.325.

²²⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.33.

²²⁹ SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. A Essência da Proposição e a Essência do Mundo, p. 23.

²³⁰ SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. A Essência da Proposição e a Essência do Mundo, p. 23.

²³¹ SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. A Essência da Proposição e a Essência do Mundo, p. 23.

²³² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.322.

²³³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.317.

necessários por natureza: se conhecemos a sintaxe lógica de uma notação qualquer, já estão dadas então todas as proposições da lógica.²³⁴

Esse comentário assinala um ponto de interseção entre a parte lógica do *Tractatus*, desconsideradas a partir daí o que há de meramente arbitrário, e o solipsismo. Ao dizer, no excerto acima, que “não exprimimos (...) o que queremos”, Wittgenstein conecta a lógica à tese segundo a qual não encontramos na linguagem sujeito algum - “o sujeito que pensa, que representa, não existe”.²³⁵ O que acompanha essa abordagem exerce, a nosso ver, forte influência em como a teoria pictórica é concebida e traz mais substância à ideia de que o mundo disposto à lógica é figurável sem concorrentes, o pensamento coincidindo com a regra lógica, portanto a linguagem não é redutível à mera expressão do pensamento, na medida que são internamente correlatos.

Com efeito, Wittgenstein afirmará em 6.375 que há apenas necessidade lógica. Neste sentido, os fatos do mundo acontecem como acontecem sem garantia, mas as suas possibilidades são determinadas segundo a margem de manobra que a necessidade lógica circunscreve ao espaço lógico ou, para usar as próprias palavras de Wittgenstein, “o que faz o casual não pode estar no mundo”.²³⁶ Isso imprime algumas consequências sobre como um sujeito é concebido nas linhas do *Tractatus*: que um acontecimento, por exemplo, esteja em conformidade com o que ora desejamos não passa de uma graça do destino, porquanto não há nenhum vínculo lógico entre a vontade e mundo.²³⁷ Da ocorrência de um fato *p* que esteja em andamento com a vontade de realizá-lo devemos admitir automaticamente que a sua não-ocorrência é do mesmo modo possível, pois a consequência da teoria pictórica é garantir que a possibilidade de uma proposição poder ser verdadeira ou falsa. Portanto, não pode haver garantia causal que algo vá ocorrer – que uma proposição empírica será sempre verdadeira; mas que um fato seja *possível* de ocorrer e de não ocorrer não é em nada casual.

A lógica é levada às últimas consequências. Wittgenstein não deixa de considerar temas que são caros à ideia de sujeito, como a liberdade, mas os submete ao escrutínio lógico. Os eventos do futuro, em nenhuma hipótese, podem pertencer ao presente, a partir de um nexos causal. Não há nenhuma razão lógica para supor que o Sol se levantará amanhã. Ainda que possamos nos mover a partir de crenças ou porque as nossas

²³⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 6.124.

²³⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.631.

²³⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 6.41.

²³⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 6.374.

expectativas estão de acordo e ajustável à realidade, não há nenhuma correspondência causal entre a expectativa do “pensamento” e os acontecimentos: “não há coerção em virtude da qual, porque algo aconteceu, algo mais deve acontecer”.²³⁸ Assim como, segundo Hume, “o contrário de toda questão de fato permanece sendo possível”, isso pode ser transferido, *mutatis mutandis*, à descontinuidade, no *Tractatus*, entre vontade e mundo. Não se trata aqui de alinhar as possíveis coincidências entre os filósofos, mas de assinalar como a liberdade, fatos e eventos futuros estão, também sem concorrentes, subordinados à lógica.

A possibilidade de representação como mensuração do mundo não é nem decalcada do objeto, nem ato de um sujeito de pensamento que interroga o mundo; não pertence nem ao mensor, nem ao mensurável, mas à própria régua. A proposição já pressupõe uma forma de mensurar um objeto, sem pertencer a um ou outro. Recorramos a um exemplo pitoresco: no ato de ver já está implícito um ver *como*, mas o ver *como* não pode ele mesmo ser visto ou observado e, por isso, o segredo que guarda o universo não pode ser desvelado por um logos, tal qual a metáfora do olho que tudo vê, exceto ele próprio. Por isso, é impossível dizer como as coisas são, somente como elas estão.

É impossível capturar o mundo exatamente como ele *per se*, pois “não há nada que lhe seja primordialmente inerente que se ofereça, em seguida, para ser medido” e, portanto, “não devemos pensar no domínio da referência como um misterioso armazém infinitamente estendido de coisas, como se fossem objetos concretos, com os quais talvez tenhamos ou não a sorte [...] de ter conhecimento ao encontrá-los na rua”, ademais porque “já está contido na linguagem e no pensamento a possibilidade de todos os objetos que são possíveis”.²³⁹ Por essa razão, é um equívoco considerar Wittgenstein como um realista. A proposição já é uma maneira de ver com um pressuposto aí oculto. O ver nunca pode ser segregado de uma maneira de ver, assim como o campo visual não pode renunciar ao olho. Na medida em que o *Tractatus* afasta qualquer possibilidade de um ato pré-proposicional, mundo, linguagem e pensamento têm, do ponto de vista lógico, uma semelhança de família. Não é o caso de que pensar o sentido da proposição seja concebido como associação mental – o que resultaria no paradigma da significação dos nomes pela definição ostensiva, não mais pelo contexto proposicional - porque pensamento não é algo a partir do qual é, quanto à linguagem, uma espécie de relação oposta. A teoria pictórica exclui qualquer ato que lhe adicione algo, excluindo qualquer

²³⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 6.37.

²³⁹ MCGUINNES, Brian. *Approachs to Wittgenstein*, p. 90.

intervenção humana: “não é o homem que faz as imagens, por assim dizer, mas as imagens que fazem o homem”.²⁴⁰

O sentimento místico é a conclusão espantosa de que há o mundo, não como um algo determinado pela totalidade empírica, mas como imagem especular do Altíssimo e por isso não pode ser expressa pela linguagem, porque a lógica do mundo não se deixa dizer. A interface desse apanágio da doutrina do dizer e do mostrar com a teoria pictórica é que as proposições podem ser verdadeiras ou falsas, então se “algo pode ser o caso ou não ser o caso e tudo mais permanecer na mesma”²⁴¹, o mundo pois não pode depender de minha vontade. O sujeito místico, *sub specie aetemi*, se conforma e se conforta, sendo “indubitável que as coisas não começam; ou não começam quando são inventadas. Ou o mundo foi inventado antigo”.²⁴² O sujeito místico não se sente tentado a sair da caverna platônica, se satisfaz apenas com a luz presente na sombra, pois há, de todo modo, luz. Ademais, é justamente por não poder saber antecipadamente o valor de verdade de uma proposição é que a liberdade humana é concebível sem que o mundo seja alterado.

²⁴⁰ MCGUINNES, Brian. **Approachs to Wittgenstein**, p. 98.

²⁴¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 1.21.

²⁴² FÉRNANDEZ, Macedonio. **Museu do Romance da Eterna**. Cosac Naify: São Paulo, p. 4.

Capítulo III

Os limites da linguagem: lógica e misticismo

O prefácio do *Tractatus* apresenta algumas indicações de como o livro deve ser lido. Cabe então lembrar: o livro pretende traçar os limites da expressão do pensamento, mas reconhece que isso só pode ser feito no âmbito da própria expressão, de modo que pensar para além do limite do que pode e do que não pode ser dito seria, no final das contas, pensar o que não pode ser pensado. Estas pistas, no entanto, compõem uma imagem que ela própria desloca o livro e assim surge de imediato a dúvida de saber, afinal, qual é verdadeiramente o lugar que o *Tractatus* ocupa ante as indicações deixadas pelo próprio autor em seu prefácio. Wittgenstein indica, por assim dizer, o limite do limite: apontar o que estiver além do limite do que pode ser expresso é um contrassenso.²⁴³

São, portanto, duas as premissas presentes no prefácio que, combinadas com a leitura do livro, fornecem uma imagem um tanto autofágica do *Tractatus*: em primeiro lugar, o livro traça um limite interno do que pode ser dito e pensado; e, em segundo lugar, explicitar o limite para além desse limite será simplesmente um contrassenso. Essa suposta “autofagia” ganha mais nitidez quando em 6.54 Wittgenstein qualifica as suas próprias proposições do *Tractatus* como contrassensos. Ora, se o próprio Wittgenstein assumiu no prefácio que o limite da linguagem só pode ser determinado dentro da linguagem e não fora dela, este último qualificado como contrassenso, por que afinal de contas assumirá mais adiante que o *Tractatus* é um conjunto de contrassensos? Antônio Ianni Segatto pergunta, então, se o livro não seria um grande despropósito, ao que responde: “a resposta a essa questão só pode ser afirmativa”.²⁴⁴

Segundo alguns comentadores, entre eles Norman Malcolm²⁴⁵, o *Tractatus* pretendia dissipar as ilusões da metafísica. As suas proposições não podem ter nenhum

²⁴³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, p. 131.

²⁴⁴ SEGATTO, Antônio Ianni. *Wittgenstein e o problema da harmonia entre pensamento e realidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 2015, p. 49.

²⁴⁵ Essa questão, entretanto, não é pacífica. Cora Diamond apresenta um panorama dessa questão ao avaliar a disputa entre Malcolm e Peter Winch no tocante a uma abordagem metafísica do *Tractatus*. Segundo Cora Diamond, Malcolm sustenta que a explicação do significado de Wittgenstein está atrelado a processos mentais e por isso coloca o *Tractatus* em conjunção com a metafísica tradicional. Embora Cora Diamond não enuncie de maneira mais explícita a sua adesão à visão não-metafísica do *Tractatus*, ela traz alguns elementos adicionais à argumentação aparentemente obscura de Winch, cuja consequência é justamente uma visão não-metafísica. A tese, em geral, é que os objetos não são independentes e anteriores à linguagem, como propõe Malcolm. Cf. Livro: DIAMOND, Cora. Peter Winch on the *Tractatus* and the

poder figurativo, sob pena de querer pensar o que é impensável ou o de estabelecer os limites da linguagem pelo lado de fora. Por questões semânticas e pragmáticas, a elucidação das condições da linguagem significativa, nas quais reverberam motivações anti-metafísicas, não podem elas mesmas serem dotadas de sentido. A questão é, portanto, sinuosa: o status das proposições do *Tractatus* não pode ser – e não são – do significativo, caso contrário a fronteira entre o contingente e o necessário se desvaneceria. Ademais, outra consequência é que se essas proposições tivessem significado, então teriam uma feição análoga às proposições da metafísica, que, aliás, levaram justamente o Círculo de Viena a direcionar o seu arsenal filosófico.²⁴⁶ A depender de como o *Tractatus* é lido, Wittgenstein pode ser ora um dissidente, ora um expoente das pretensões do Círculo de Viena.

A despeito de uma suposta incongruência entre o prefácio e o que de fato se materializa no *Tractatus*, talvez nem de longe represente uma empatia de Wittgenstein, por pequena que seja, à metafísica tradicional. Wittgenstein parece optar por uma terceira via não necessariamente afinada aos precursores do Círculo de Viena. Aqui ele produz o seu próprio ar. Uma alternativa de análise é compreender o *Tractatus* a partir de uma inquietação pessoal ligada ao sentimento místico e à impossibilidade de expressar na linguagem questões sobre a ética, as quais foram aglutinadas com elaborações da filosofia da linguagem iniciadas, sobretudo, por Frege e Russell. A segunda parte do *Tractatus*, a mais importante, embora nunca escrita, não foi imediatamente bem compreendida pelos filósofos de seu entorno.²⁴⁷ Como Wittgenstein compreende o que é a linguagem deve alterar de imediato o status das proposições lançadas no próprio *Tractatus*. São proposições atípicas, ou melhor, contrassensos²⁴⁸. Com efeito, há uma espécie de

unity of Wittgenstein's philosophy In: PICHLER, Alois; SÄÄTELÄ, Simo. (Eds). **Wittgenstein: The Philosopher and his Works**. Frankfurt I Paris I Ebikon I Lancaster I New Brunswick: ONTOS VERLAG, 2006.

²⁴⁶ JANIK, Alain; TOULMIN, Stephen. **A Viena de Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Campus, 1991, p. 258.

²⁴⁷ Alguns excertos dão conta desse aspecto na recepção do *Tractatus*: “O positivismo sustenta – e essa é a sua essência – que aquilo de que podemos falar é tudo o que importa na vida. Ao passo que Wittgenstein crê veementemente que tudo o que na realidade importa na vida humana é precisamente o que, em sua opinião, devemos silenciar”. Cf. ENGELMANM, P. **Letters from Ludwig Wittgenstein, with a memoir**. Oxford: Basil Blackwell, 1967. Já Neurath afirmou que “o final do *Tractatus* ‘Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar’ é no mínimo enganador em sua redação; soa como se houvesse um algo do qual não se pode falar. Deveríamos dizer: se queremos evitar qualquer laivo metafísico, ‘deve-se calar’, mas não ‘sobre algo’”. Cf. NEURATH, O. **Philosophical papers, 1913-1946**. Dordrecht: Reidel, 1983, p. 60. Por fim: “Onde os positivistas de Viena tinham equiparado o ‘importante’ com o ‘verificável’ e rechaçado todas as proposições inverificáveis como ‘desprovidas de importância porque indizíveis; a seção final do *Tractatus* insistira - embora para ouvidos surdos - em que só o indizível tem autêntico valor”. Cf. JANIK, Alain; TOULMIN, Stephen. **A Viena de Wittgenstein**, p. 258.

²⁴⁸ O apelo de Wittgenstein a proposições “sem sentido” para que se possa apresentar a estrutura interna da linguagem, como está claro em 6.53-6.54, não é um ponto pacífico entre os comentadores. Cf. MARQUES,

paradoxo que se ata ao fato de que só as reconhecerão como contrassensos por quem tenha lido e compreendido o livro, como se o texto fosse finalmente sacrificado semelhante a uma coisa evanescente e escapável, mas nem por isso menos fundamental, em nome de algo cuja grau de importância é, no entanto, inexprimível.

A ruptura com uma possibilidade da metafísica é radical: a formulação dos problemas filosóficos, em última instância, repousa no mau uso da linguagem, de modo que Wittgenstein julgou ter resolvido de uma vez por todas os problemas da filosofia ao compreender que, na verdade, não se tratam verdadeiramente de problemas filosóficos. Assim, a expressão de preceitos metafísicos é distorção do fazer filosófico extraído tão-somente da transgressão da sintaxe, como apresenta o livro. Embora o inefável não possa ser expresso, é, no entanto, congraçado pelo que se mostra no discurso significativo de que é elemento fundante. De antemão, cumpre notar que a abertura do *Tractatus* pode provocar, à primeira vista, um embaraço frente as pretensões antecipadas no prefácio. Antes de pretender sublinhar a pregnância de um mundo permeado de efetividades, na verdade Wittgenstein ocupa-se em expor como se estrutura o mundo que se deixa dizer. A ontologia não é um lugar passivo frente ao qual a linguagem introduziria seus utensílios exclusivos para com isso mensurar os fatos, mas é constituída segundo razões lógicas análogas à estrutura da linguagem, tornando a figuração possível. Assim, instituída uma figuração com sentido já estão dadas de uma só vez condições lógicas comuns à linguagem e ao mundo.

Uma das chaves de leitura do *Tractatus* pode se nutrir do mapeamento do conjunto de influências recebidas à época que antecede a elaboração do livro, entre as quais a ideia do místico, bem como a impossibilidade da expressão de preceitos éticos, a qual pode ser concentrada na afirmação de que "para o homem bom, a ética é um modo de vida, não um sistema de proposições".²⁴⁹ Em correspondência com os seus editores, Wittgenstein alertou que o *Tractatus* estava dividido em duas partes: a que ele havia escrito, mas é precisamente a segunda parte, a não escrita, que julgou ser a mais importante. Outra evidência como esta é uma carta que Wittgenstein enviou à Russell enquanto esteve preso em Monte Cassino. Após tentar responder às perguntas presentes na correspondência, Wittgenstein receia que o filósofo inglês não tenha entendido a principal argumentação que anima o *Tractatus*: que consiste justamente numa teoria do que pode ser expresso por

Edgard. A crítica de Carnap ao argumento de Wittgenstein contra a possibilidade de uma metalinguagem. In: **Revista Síntese Nova**: Belo Horizonte, v. 24, n.77, 1997.

²⁴⁹ JANIK, Alain; TOULMIN, Stephen. **A Viena de Wittgenstein**, p. 228.

proposições e o que não pode ser expresso por proposições, mas apenas mostrado.²⁵⁰ A julgar, todavia, pela maneira como a doutrina do mostrar e a parte mística foram imediatamente recepcionadas pelo entorno do Círculo de Viena, é quem sabe indício de que o acesso ao *Tractatus* pelo reconhecimento de tais questões foi pelo menos controversa, como se pode ver abaixo:

Longe de ser um positivista, entretanto, Wittgenstein tinha pretendido que o *Tractatus* fosse interpretado no sentido exatamente oposto. Onde os positivistas de Viena tinham equiparado o "importante" com o "verificável" e rechaçado todas as proposições inverificáveis como "desprovidas de importância porque indizíveis", a seção final do *Tractatus* insistira - embora para ouvidos surdos - em que só o indizível tem autêntico valor. Podemos, sublinha-se aí, reconhecer "o superior" somente naquilo que as proposições de nossa linguagem são incapazes de captar; uma vez que nenhum "fato", como tal, pode ser "descrito por uma "proposição", não tem qualquer pretensão intrínseca à nossa submissão moral ou à nossa aprovação estética.²⁵¹

Essa repercussão não foi nem de longe algo isolado. Pode ser encontrado tanto no comentário de Otto Neurath, membro do Círculo de Viena, e até mesmo na introdução do *Tractatus* escrito por Bertrand Russell, para quem o místico presente na obra lhe provocou uma "certa sensação de desconforto intelectual".²⁵² Como signo dessa rejeição, Russell lança uma sugestão, mesmo sabendo antecipadamente que Wittgenstein a declinaria, de uma nova linguagem que trate da estrutura da primeira linguagem, sem haver limites de hierarquia entre elas e "a suposta esfera do místico estaria assim abolida".²⁵³ Mas reconhece que é "uma hipótese muito difícil e posso ver objeções a ela a que não sei agora como responder". Essas são algumas das evidências de que o místico não fora muito bem recebido pelos intelectuais da época. É que a parte lógica do *Tractatus* podia muito bem permanecer intacta sem que fosse necessário atribuir ao místico qualquer importância, de modo que seria apenas mais um peso incômodo.²⁵⁴ Não obstante, parece que aquelas impressões do Círculo de Viena revelam muito mais as suas pretensões internas, onde o misticismo do *Tractatus* não atendia às suas expectativas, do que um juízo imparcial projetado no interior da obra.

²⁵⁰ MCGUINNESS, Brian (ed.). **Wittgenstein in Cambridge: Letters and Documents 1911–1951**, p. 98.

²⁵¹ JANIK, Alain; TOULMIN, Stephen. **A Viena de Wittgenstein**, p. 258. O comentário de Neurath é testemunho dessa incompreensão a respeito do *Tractatus*: "O final do *Tractatus* 'Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar' é no mínimo enganador em sua redação; soa como se houvesse um algo do qual não se pode falar. Deveríamos dizer: se queremos evitar qualquer laivo metafísico, "deve-se calar", mas não 'sobre algo'". Cf. NEURATH, O. **Philosophical papers, 1913-1946**, p. 60.

²⁵² RUSSELL, Bertrand. Introdução ao *Tractatus*, p. 127.

²⁵³ RUSSELL, Bertrand. Introdução ao *Tractatus*, p. 127-128.

²⁵⁴ Cf. VILLORO, Luis. (2018). Lo indecible en el *Tractatus*. Crítica. **Revista Hispanoamericana De Filosofia**, 7(19), 5–39, p. 6.

O livro introduz o sentimento de Wittgenstein que remonta tanto as inquietações impostas por um quadro cultural vienense do período anterior à sua publicação, ao mesmo tempo em que é um acabamento da reintegração de tais questões aglutinadas com um tipo de filosofia da linguagem iniciada, sobretudo, por Frege e Russell, aliás os únicos filósofos em que o próprio Wittgenstein faz deferência no prefácio.

Os aforismos espelham esse percurso. Se o mundo é a totalidade dos fatos, a contrapartida é que “a totalidade das proposições verdadeiras é toda ciência natural.”²⁵⁵ Com efeito, ainda que a ciência natural alcance todas as proposições verdadeiras possíveis, tal conhecimento sequer inclui o que é mais importante à vida do homem e esse problema permaneceria irresolúvel mesmo que o homem gozasse de uma vida eterna. A ciência de que trata da qualidade do transitório, do acidental e do impermanente é infensa ao sublime e aos enigmas da vida.²⁵⁶ Dado todo conhecimento científico, portanto, ainda assim os “problemas da vida sequer terão sido tocados”.²⁵⁷ Pinto²⁵⁸ afirmará que a ciência é a expressão mais elevada da descrição, mas essa posição privilegiada da ciência não consegue sequer alcançar o coração da experiência mística. Essa última é infensa ao simbolismo, à métrica e à medição pela notação. É de natureza outra que sequer a aplicação da lógica poderá deslindar.

Guardadas as diferenças, os problemas da vida se assemelham em alguma medida com a filosofia. Segundo o *Tractatus*, só pode haver uma questão onde uma resposta pode ser expressa e tem de ser verdadeira ou falsa.²⁵⁹ Por conseguinte, os problemas da vida não podem ser levantados porque, no final das contas, não têm o mesmo estatuto dos problemas científicos e não podem ser verificionalmente respondidas. São, portanto, inverificáveis, como se refere a citação acima. Se tudo aquilo que descreve o mundo é também possível de ser negado, na doutrina do mostrar as próprias condições de dizibilidade não podem ser negadas ou não seriam condições de dizibilidade. Mas não poder ser negadas não tem nenhuma implicação com uma suposta exigência de serem sempre verdadeiras pela razão de serem condições *a priori*. “Não podem ser negadas” resguarda um sentido ainda mais forte: tais condições não podem ser bipolares, pois não seleciona no mundo nenhum polo, uma existência ou inexistência de estados de coisas. O resultado é que o torna possível uma descrição não pode ser expressa pela linguagem. O

²⁵⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.11.

²⁵⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus* 6.4312.

²⁵⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 6.52.

²⁵⁸ PINTO, Paulo Roberto Margutti. *Iniciação ao Silêncio*, p. 309.

²⁵⁹ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 6.5-6.51.

universo do que apenas pode ser mostrado inclui, portanto, a lógico como essa condição que constitui a possibilidade da expressão significativa. A expressividade divisa aquilo que está no âmbito do que é possível exprimir com sentido daquilo que só pode ser mostrado, situado fora do reino do dizível, portanto fora do mundo. Se é legítimo ler o *Tractatus* como uma espécie de iniciação ao silêncio, é porque a doutrina do mostrar já decorre das primeiras páginas do livro. Assim, na medida em que “(...) o universo do que não se deixa dizer, no *Tractatus*, é bastante amplo e variado”,²⁶⁰ deve incluir, por exemplo, os objetos simples, a forma lógica, a forma de afiguração, os nomes etc. É neste sentido que as “proposições não podem exprimir nada de mais alto”²⁶¹, de modo que a solução do problema da vida está exatamente no desaparecimento desse problema como um problema legítimo.²⁶²

O discurso científico se circunscreve dentro do limite da expressividade, seja ele verdadeiro ou falso. Não obstante, a proposicionalidade permanece intacta quanto à possibilidade lógica de sua falsidade; mostra o seu sentido independentemente de seu valor de verdade,²⁶³ que não prescinde de uma conexão atual de objetos, mas mostra qual conexão de objetos a torna verdadeira. O mundo a que se refere Wittgenstein no *Tractatus* é como que disposto à lógica e que torna possível a descrição científica, sem que, entretanto, possa a ciência descrever os seus princípios internos. A lógica determina o que é o necessário e o contingente.

O mundo como soma dos fatos se mostra, então, pelo dizível, cuja totalidade são as proposições verdadeiras da ciência natural. Em contrapartida, o dizível é da ordem do trivial e do contingente, não alcança linguisticamente o valor mais alto. Não há gradação de importância entre as proposições²⁶⁴, todas têm o mesmo valor, que consiste precisamente em não ter valor algum.²⁶⁵ E o que tem valor está fora do que acontece. O inefável é inefenso ao simbolismo. Assim, “contrapõe-se à lógica e ao altíssimo o ponto de vista das ciências, para as quais apenas é dado dizer como esteja o mundo”²⁶⁶ e “como seja o mundo, é completamente indiferente para o Altíssimo”.²⁶⁷

²⁶⁰ OLIVEIRA, Wagner Teles de. Valores, absoluto e o ponto de vista lógico do *Tractatus*. **Revista Ideação**, Feira de Santana, Dossiê NEF-UEFS, dezembro, 2020, p. 68-84, p. 76.

²⁶¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 642.

²⁶² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 6.521.

²⁶³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.022-4.024.

²⁶⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 6.4.

²⁶⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 641

²⁶⁶ SALLES, João Carlos. Algumas considerações sobre Deus e suas circunstâncias, p. 120.

²⁶⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 6.432.

Em contrapartida, só é possível dizer *como* uma coisa está – nunca o que essa coisa é²⁶⁸ -, isto é, em como os objetos podem estar configurados. Neste sentido, para o *Tractatus* é inexprimível pela linguagem exprimir o objeto fora de um complexo, de modo que não se pode definir o *que* ele é, do ponto de vista de ser ele substância do mundo, fixo e inalterável - assim como uma classe de nomes não pode exprimir um sentido,²⁶⁹ nem os nomes podem ser dissecados por meio de definições e, assim, nenhum sinal por si só tem significado, salvo somente quando posicionado na proposição. A elucidação do significado dos nomes é explicitada no seu próprio emprego na proposição que, ao mesmo tempo, só é entendida quando se conhece o seu significado. O meio pelo qual o objeto é determinado por um nome não pode ser descrito, senão mostrado pelo contexto. E aquilo que é o objeto, o que lhe habilita a fazer parte de possíveis estados de coisas, não é passível de ser capturado pela linguagem, é no máximo mostrado quando o objeto é posicionado dentro de um complexo.

Como pressuposto *a priori*, propriedades internas dos objetos não podem ser ditas, enquanto a descrição o descreve pelas propriedades externas. Sendo assim, a forma do objeto e a relação de afiguração não pode, ela mesma, ser figurada. Afinal, faz parte da própria essência da figuração poder ser verdadeira ou falsa – *tertium non datur* -, de modo que seria uma contradição flagrante que preceitos necessários tenham a possibilidade de serem falsos. A proposição não diz, mas mostra a forma lógica.²⁷⁰ Essa é, em poucos termos, a doutrina do dizer e do mostrar. É daí que a filosofia tem como fim esclarecer a lógica dos pensamentos²⁷¹ e não construir proposições bipolares, redutíveis a um sim ou a um não da realidade:

O método correto da filosofia seria propriamente este: nada dizer, senão o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural - portanto, algo que nada tem a ver com filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições.²⁷²

O *Tractatus* escova a contrapelo um modo de fazer filosofia que tradicionalmente se ocupou da descrição de propriedades ontológicas de objetos – que, do ponto de vista do *Tractatus*, são apenas propriedades externas - para traçar a sua definição: ao fim e ao

²⁶⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.221.

²⁶⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.142.

²⁷⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.12; 4.121

²⁷¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.112.

²⁷² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 6.53

cabo, é “porque toda proposição com sentido é contingente, não pode haver proposições filosóficas”.²⁷³ Se persistíssemos na pergunta sobre a essência de objetos, dir-se-ia que são forma lógica, de “poder ser parte constituinte de um estado de coisas” e não uma combinação específica entre outras, que eventualmente pode vir a ser o caso. De algum modo, a filosofia não tem um objeto. Assim, ao ir além da superfície de nossa linguagem corrente, descobrindo todo o seu funcionamento lógico, se vê por que “a maioria das proposições e questões que se formularam sobre temas filosóficos não são falsas, mas contrassensos”.²⁷⁴ A possibilidade de ligação dos objetos já está prejudgada no próprio objeto, de modo que os fatos são, antes de tudo, resultado de uma exigência lógica que em nada tem de casual e tampouco se pode encontrar uma nova possibilidade. Se o que pode ser dito pode ser dito claramente, em contrapartida não há o que ser dito se não é dado em ligações possíveis do objeto. Havendo, pois, só necessidade lógica, “há também apenas impossibilidade lógica.”²⁷⁵ Entretanto, objetos simples são inefáveis porquanto só podem aparecer circunscrito à sua possibilidade de ligação. Por isso não se pode dizer o que são, nem a forma de afiguração compartilhada entre linguagem e mundo, afinal de contas “a proposição não pode enunciar algo sobre si mesma, assim como uma função não pode, sem a possibilidade de paradoxos, tornar-se seu próprio argumento.”²⁷⁶

A doutrina do dizer e do mostrar está ramificada em todo o *Tractatus*, em partes distintas e equidistantes, não só nas páginas dedicadas diretamente ao tema, como é o caso das proposições dos grupos 5, 6 e 7. É, portanto, vinculada às condições lógicas do dizível, já antecipado no prefácio de que o livro trata de traçar os limites do pensar e da expressão do pensamento. Não obstante, o *Tractatus* não deixa claro como – e se – a doutrina do dizer e do mostrar, que em geral trata das condições da figuratividade, entre essas condições também alguma de natureza transcendental, está vinculado ao místico. A nossa hipótese é que ambas são contínuas – e com isso estão corretos alguns comentadores²⁷⁷ que tentaram interpretar o *Tractatus* a partir das influências recebidas por Wittgenstein antes da sua publicação, como os escritos de Schopenhauer, Weininger,

²⁷³ SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. A Essência da Proposição e a Essência do Mundo, p. 86.

²⁷⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.003.

²⁷⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 6.375.

²⁷⁶ SALLES, João Carlos. Sobre inefáveis, p. 415.

²⁷⁷ Entre eles, Paulo Roberto Margutti Pinto. Cf. PINTO, Paulo Roberto Margutti. *Iniciação ao Silêncio*. São Paulo: Edições Loyola, 1998; PINTO, Paulo Roberto Margutti. A questão da continuidade do pensamento de Wittgenstein. <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com>. 29 de junho de 2014. Disponível em: <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/06/29/a-questao-da-continuidade-do-pensamento-de-wittgenstein-paulo-margutti/> Acesso: 31 de dez de 2023; PINTO, Paulo Roberto Margutti. Crítica da linguagem e misticismo. *Revista Portuguesa de Filosofia*, t. 58, fasc. 3, julho-setembro, 2002, p. 497-518.

William James e Tolstói, a despeito de outros intérpretes que não viram razão nessa continuidade.²⁷⁸ Aliás, sobre o que é contínuo e o que há de ruptura entre o *Tractatus Logico-Philosophicus* e as *Investigações Filosóficas*, Pinto levanta uma hipótese curiosa, “depois de um tempo razoável” a esse respeito, de que o que permanece entre as duas obras é “a religiosidade mística”.²⁷⁹

O ponto de intersecção entre as condições de figuratividade e a doutrina do dizer e do mostrar é que Wittgenstein chama de místico o sentimento de totalidade definida do mundo. Exemplo dessa continuidade é a associação entre Deus e lógica. Deus, dirá Wittgenstein, não se revela no mundo, está aquém das proposições naturais, em como seja o mundo:

*Como seja o mundo, é completamente indiferente para o Altíssimo. Deus não se revela no mundo. Os fatos todos fazem parte apenas do problema, não da solução. O Místico não é como o mundo é, mas que ele é. A intuição do mundo sub specie aeterni é sua intuição como totalidade – limitada. O sentimento do mundo como totalidade limitada é o sentimento místico.*²⁸⁰

A díade casual-necessário que contorna o *Tractatus* pode muito bem dar lugar à díade relativo-absoluto como moldura do dizível e do indizível. Em nível fático, o mundo é composto de marcas efêmeras, de estados de coisas sem coerção, a realidade restrita a um sim ou não. Assim, Deus ou o sentimento místico - e a própria lógica - não podem estar localizados entre as efemeridades, mas fora delas. Como um absoluto que não se revela *no mundo*, não são, portanto, equivalentes às vicissitudes factuais. A linguagem que descreve aquilo que é por natureza casual²⁸¹ e contingente não pode, com efeito, pronunciar algo sobre o que é perene e absoluto²⁸², bem como aquilo que está fora dos limites do dizível. O resultado é um misto de redundância e paradoxo: não se pode dizer o que não se pode dizer, muito embora lógica e Deus podem ser mostrados ou apreendidos pelo sentimento místico. A partir daí nada mais há senão um silêncio respeitoso,

²⁷⁸ Cf. PINTO, Paulo Roberto Margutti. A questão da continuidade do pensamento de Wittgenstein.

²⁷⁹ PINTO, Paulo Margutti. A questão da continuidade do pensamento de Wittgenstein.

²⁸⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 6.43-6.4312.

²⁸¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 6.41.

²⁸² Em Conferências sobre ética, Wittgenstein retoma esse ponto: “A minha tendência natural, e acredito que seja a tendência de todos os homens que alguma vez tentaram escrever ou falar sobre Ética ou Religião, foi correr contra os limites da linguagem. Este correr contra as paredes da nossa prisão é perfeita e absolutamente sem esperança. A Ética, na medida em que nasce do desejo de dizer alguma coisa sobre o significado último da vida, do bom absoluto, do que tem valor absoluto, não pode ser uma ciência. Aquilo que ela diz nada acrescenta ao nosso conhecimento, em qualquer sentido. Mas é o testemunho de uma tendência da mente humana que eu pessoalmente não posso deixar de respeitar profundamente e que nunca me ocorreria ridicularizar.” Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Conferência sobre Ética*. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2017, p. 81.

celebrado, aliás, pela afirmação final de que “sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar”.²⁸³

Ao dizer que “eu sou o meu mundo” ou “os limites da linguagem significam os limites do meu mundo”, Wittgenstein promove a redução do eu empírico ao mundo a ponto da sua completa dissolução, em benefício de um eu metafísico ou transcendental porquanto é coextensivo ao mundo. O eu metafísico wittgensteiniano não se assume como um sujeito em posição de conhecer o mundo, a sua forma fixa responsável pelas configurações cambiáveis, “de ir desvendando o *Logos*, como mistério des-ocultável no tempo; se aquele é possibilitante, (...) não será permitido ao sujeito desvendá-lo, antes se escuta como se escutam as informações infinitas, fluentes e mutáveis da mesma fonte”.²⁸⁴

Neste sentido, “o sujeito que pensa, representa, não existe”²⁸⁵ e é por isso que “Wittgenstein não esboça qualquer ontologia idealista e nada mais lhe é permitido dizer para além de que ‘a lógica é transcendental’”.²⁸⁶ Com efeito, não deixa de estar presente aqui uma crítica a *res cogitans* de feição cartesiana que Wittgenstein busca repelir. Seguem-se dois argumentos que compreendem, em linhas gerais, a recusa de Wittgenstein a respeito da existência de um sujeito que pensa: em primeiro lugar, porque preconiza a autonomia da lógica, onde o pensamento, algo caracteristicamente lógico, não pode estar a serviço de um sujeito compreendido como alma e, como tal, objeto de preocupação da psicologia. A lógica não pode ser determinada pela psicologia. Em segundo lugar, “pensamento” é um qualitativo de sujeito, mas no *Tractatus* sujeito e pensamento não é uma relação concorrente, ambos se coincidem a ponto de, no final das contas, não haver mais nenhum sujeito, no máximo um sujeito metafísico cujos limites é o mundo. Em termos wittgensteinianos, a partir do *Tractatus* pode-se compreender que o *cogito*, a despeito de Descartes pensá-lo como uma unidade na *res cogitans* que expurga o conhecimento que entra pela via dos sentidos, é ainda excessivamente corpóreo e bipartite, tal que o pensamento no *cogito* está inexoravelmente comprometido por um perspectivismo do qual não consegue se desvencilhar. Assim, a contemplação de uma vida beatífica ou a dimensão do sentido da vida não podem ser encaradas na proposição de uma pergunta, tampouco a sua resposta pode ser trazida pelo mundo ou realidade. O

²⁸³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 7.

²⁸⁴ MARQUES, Antonio. Teoria da Abbildung e Heracliteanismo no *Tractatus*, p. 138.

²⁸⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.631.

²⁸⁶ MARQUES, Antonio. Teoria da Abbildung e Heracliteanismo no *Tractatus*, p.138.

seu acesso se dá pela via intuitiva. É por isso que Wittgenstein fala do místico em termos de sentimento.

Os temas em que Wittgenstein desenvolve a partir da compreensão de que “eu sou meu mundo”, como o solipsismo e o sentimento místico, estão articulados com a abordagem com a qual a maior parte do *Tractatus* está preocupado. Ou seja, embora o que o solipsista queira dizer esteja correto, no entanto, como afirma Wittgenstein, é algo que não se pode dizer.²⁸⁷ O sentimento místico e a doutrina do dizer e do mostrar estão, portanto, em linha de continuidade. Mas é pela análise lógica das proposições com sentido que se pode revelar o que há de essencial na estrutura da linguagem, portanto os limites e condições de tudo que se pode pensar e o que se esbarra nessas condições. Como também observa Santos, sujeito e mundo não constituem uma relação essencial, como se pudéssemos isolar o sujeito, para aproveitar a temática do pensamento já estabelecida no *Tractatus*, e dizer que sujeito é algo próximo a ser autor de um pensamento. A rigor, não há diferença essencial entre os dois, uma diferença oposta ou concorrente. O que é pensável no pensamento não é algo decorrente da inflexão de um sujeito que determinaria as regras e a forma, mas é limitado pelo espaço de manobra do espaço lógico, em “a lógica ser *anterior* a toda experiência”,²⁸⁸ de modo que “a acessibilidade do mundo ao pensamento é uma propriedade interna do mundo”.²⁸⁹

A experiência metafísica é a experiência de um mundo como totalidade dos objetos, mas não uma totalidade qualquer, outrossim o reconhecimento dos objetos que existem segundo a lógica de concatenações, por isso deve-se falar em uma totalidade limitada e definida, independente da volição. Nesse sentido, o sentimento místico não é o reconhecimento dos fatos, os quais podem vir ou não a ser, mas a anterioridade deles, que há o mundo permeado pela substância fixa e inalterável. O eu metafísico é um traço consequente em como ele impõe os limites da expressão do pensamento e não um elo fundante.

Até aqui falamos do sentimento místico como corolário da doutrina do dizer e o do mostrar, sem dizer, entretanto, como tal doutrina se articula de modo interno com as condições propriamente ditas que integram a teoria pictórica.

A continuidade entre a lógica da linguagem e a doutrina do dizer e do mostrar decorre, em primeiro lugar, da postulação de Wittgenstein da existência de proposições

²⁸⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.62.

²⁸⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.552.

²⁸⁹ SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. *A Essência da Proposição e a Essência do Mundo*, p. 97.

elementares²⁹⁰, sem que, todavia, se possa saber *a priori* quais sejam, como Wittgenstein afirma em algumas passagens. É o que ele indiretamente diz em 4.2211:

Ainda que o mundo fosse infinitamente complexo, de modo que cada fato consista em uma infinidade de estados de coisas e cada estado de coisas seja composta de uma infinidade de objetos, mesmo assim deveria haver objetos e estados de coisas.²⁹¹

Os nomes só são determinados como sinais primitivos quando inseridos em uma proposição elementar²⁹², não podendo ser decompostos ou definidos, algo análogo à organização dos objetos nos estados de coisas. O resultado disso é que “não é possível exhibir signos simples ou nomes, pois eles pertencem ao nível transcendental e não aos fatos”.²⁹³ Mais do que uma relação de correspondência, a linguagem só poderá ser instituída se os objetos forem trocados por sinais.²⁹⁴ Então cabe lembrar que se o objeto só pode ser pensado dentro de uma configuração, os nomes devem obedecer ao mesmo princípio. Fora de tais configurações, portanto, objeto e nome são entes transcendentais. Pinto faz disso uma convergência um tanto paradoxal entre a postulação dos nomes simples com a impossibilidade de se poder dar uma lista de proposições elementares²⁹⁵ – ideia, aliás, que está alinhada ao que o próprio Wittgenstein admitiu.²⁹⁶ Essa interpretação reforça a hipótese que levantamos, de que a proposição elementar permeia uma zona fronteira entre o dizer e o mostrar. Se não é possível exhibir uma lista de nomes, outras possibilidades também são bloqueadas, como a de fornecer uma lista de proposições atômicas, embora se saiba que devem haver tais proposições²⁹⁷ como condições transcendentais de possibilidade da linguagem, como admite o próprio Wittgenstein.

²⁹⁰ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 5.5562. Paulo Roberto Margutti Pinto define a proposição elementar no *Tractatus* como “constituente de uma unidade linguística mínima, aquela que é obtida como resultado último da análise lógico-transcendental: a proposição elementar é um átomo da linguagem. Para além dela não existe mais linguagem como tal, e sim um mero aglomerado de expressões isoladas”. Cf. PINTO, Paulo Roberto Margutti. **Iniciação ao Silêncio**, p. 148. Deve-se acrescentar que as proposições elementares como “unidade linguística mínima” correspondem aos estados de coisas, a menor unidade mínima analisável do mundo. Neste sentido, se a proposição é verdadeira, então o estado de coisas existe, é atual; se a proposição é falsa, o estado de coisas não existe. O resultado disso é que o estado de coisas é uma realização possível, logicamente possível, como contrapartida a proposição é bipolar.

²⁹¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 4.221.

²⁹² WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 4.23.

²⁹³ PINTO, Paulo Roberto Margutti. **Iniciação ao Silêncio**, p. 155

²⁹⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 4.0311.

²⁹⁵ PINTO, Paulo Roberto Margutti. **Iniciação ao Silêncio**, p. 155-156.

²⁹⁶ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus** 5.5571: “Se não posso especificar *a priori* as proposições elementares, querer especificá-las deve redundar em contra-senso manifesto”.

²⁹⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 5.5562.

De todo modo, não há nenhum motivo que fosse extraído da sua filosofia para que Wittgenstein tenha pretendido fornecer alguns exemplos de proposições que sejam elementares. Isso porque, em segundo lugar, a lógica não pode incluir conhecimento empírico das formas dos objetos. E se extraem, a partir disso, como se verá mais adiante, consequências ontológicas, as quais remontam à disposição inicial do *Tractatus* em como o mundo é permeável à representação proposicional. Trata-se de compreender o liame entre a aplicação das leis da lógica, cuja validade é independente do que ocorre no mundo, ao mesmo tempo em que a sua aplicabilidade é fundamento necessário às proposições contingentes como descrição do que acontece no mundo.²⁹⁸

A nosso ver, há uma relação genética, embora em tom mais esconso nem sempre fácil de flagrar, entre a formulação importante ao pensamento de Wittgenstein de que devem haver proposições elementares com a doutrina do mostrar. O apelo a alguns candidatos a proposições elementares seria um recurso retórico bastante razoável para tornar o tema menos abstrato, como talvez tenha pretendido Malcolm em *Ludwig Wittgenstein: a memoir* a respeito dos objetos simples, ao que Wittgenstein lhe respondeu que era um lógico e a questão sobre o que serviria como exemplo de simples seria um assunto puramente empírico.

É importante notar que mesmo o *Tractatus* afirmando ser impossível especificar *a priori* as proposições elementares, ainda assim a “falta” de exemplos é curiosamente mencionada por alguns comentadores. A proposição elementar assevera a existência de um estado de coisas, uma configuração de objetos encadeados como elos de uma corrente unidos pela forma lógica, de maneira que é impossível pensar em objetos espaciais fora do espaço. Tudo isso Wittgenstein nos diz nos aforismos de número 2, mas nem sempre a leitura sequencial do *Tractatus* é suficiente para esclarecer alguns temas cardinais do livro. Ora, mais adiante Wittgenstein fornece alguns exemplares de forma lógica, como, por exemplo, o espaço, o tempo e a coloridade.²⁹⁹

A partir desses tipos, poder-se-ia então apontar alguns exemplos de estados de coisas? Mas as configurações espaciais, por exemplo, excluem outras configurações, como dizer que *a* e *b* estão afastados uma polegada e não duas, três ou quatro.³⁰⁰ O resultado disso é que *a* e *b* afastados a uma certa distância, como candidatos a estado de coisas, ao excluir outras possibilidades confrontar-se-á com a ideia no *Tractatus* de que

²⁹⁸ SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. A Essência da Proposição e a Essência do Mundo, p. 75.

²⁹⁹ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.0251.

³⁰⁰ GRIFFIN, James. *O atomismo lógico de Wittgenstein*, p. 115.

os estados de coisas são mutuamente independentes; de que da existência de uma situação não se pode inferir uma outra; nem pode uma proposição elementar estar em contradição com outra. Não há no mundo fático necessidade, apenas possibilidade, portanto “não há coerção em virtude da qual, porque algo aconteceu, algo a mais deva acontecer,”³⁰¹ havendo somente necessidade lógica.

É verdade que a possibilidade de proposições elementares se conforma à lógica; e a aplicação da lógica deve poder mostrar que as proposições moleculares são formadas por proposições elementares ou, o que é o mesmo, que devem haver essas últimas.³⁰² Como condição precípua a toda e qualquer experiência, a lógica deve poder mostrar que não existe fato empírico privilegiado, na medida em que todos se conformam sem hierarquia ou valor à lógica, a uma só forma geral: as coisas estão assim. O resultado disso é que nada de nossa experiência pode ser *a priori*, de forma que “tudo que vemos poderia também ser diferente” e “tudo que podemos em geral descrever poderia também ser diferente. Não há uma ordem *a priori* das coisas”³⁰³, não obstante nada poderia ser assim se não tivesse aí também assegurado um lugar no espaço lógico e, por isso, todo espaço lógico, em virtude das possíveis relações internas entre outros pontos do mesmo espaço; a possibilidade das proposições elementares não é uma consequência de inserção de novos elementos.³⁰⁴ Neste sentido, o que é a lógica não pode ser elucidada *a posteriori*, pois o que é a lógica não é algo que se dispõe ao conhecimento empírico e principalmente porque a lógica é a própria condição do que pode vir depois, sob pena de talvez misturar lógica e epistemologia.³⁰⁵ É preciso notar, não obstante, que “tudo que a experiência pode ensinar é que se realiza ou não uma possibilidade cuja definição pressupõe dado o espaço lógico, a totalidade dos objetos”, na mesma medida em que “tudo que o pensamento pode

³⁰¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 6.37.

³⁰² WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 5.557.

³⁰³ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 5.634.

³⁰⁴ Diz Wittgenstein em 3.42: “Embora a proposição possa determinar apenas um lugar do espaço lógico, por meio dela já deve ser dado todo o espaço lógico. (Caso contrário, por meio da negação, da soma lógica, do produto lógico, etc. seriam introduzidos – em coordenação - sempre novos elementos.) (A armação lógica à volta da figuração determina o espaço lógico. A proposição alcança todo o espaço lógico).” Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 3.42.

³⁰⁵: “Por seu lado, Wittgenstein faz, no *Tractatus*, pouco caso da epistemologia - que assimila, com boa dose de menoscabo, à “filosofia da psicologia” (aforismo 4.1121). O cerne do trabalho crítico no *Tractatus* é a reflexão lógica sobre o alcance representativo da linguagem (e, portanto, do pensamento). A crítica epistemológica das faculdades subjetivas do conhecimento cede lugar a uma crítica lógica que, apoiada numa caracterização da forma essencial da proposição que pretende fazer total abstração da natureza do sujeito que representa, ocupa-se unicamente da determinação das condições objetivas de instituição de uma relação de representação entre um símbolo proposicional e algo mais.” Cf. SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. *A Essência da Proposição e a Essência do Mundo*, p 17.

construir pressupõe dado o espaço lógico, a totalidade dos objetos”³⁰⁶, mas a totalidade dos objetos, já advertia Wittgenstein, não se pode conhecer *a priori*.³⁰⁷

É por isso que Wittgenstein afirmará que “o que vem com a aplicação, a lógica não pode antecipar”³⁰⁸, isto é, embora seja impossível especificar quais são os objetos que fazem parte dos estados de coisas possíveis, como são potencialmente posicionados e como se concatenam, todas as condições ditas *a priori* a lógica não pode antecipar antes mesmo de serem mostradas na própria linguagem, daí que a lógica não pode colidir com a sua aplicação. O esquema como isso é apresentado no *Tractatus* é também sinuoso: a figuração é como uma régua aposta à realidade a *tocar* os objetos a serem medidos e a proposição elementar é um postulado sem a qual não poderia haver descrição do mundo, mas aquilo que seja a proposição elementar, os seus elementos constitutivos propriamente dito, isso não é dado a saber.

Essa última observação faz parte de um grupo de aforismos (5.55-5.5571) cuja tese central é de que não é possível especificar a composição das proposições elementares; de que a vocação da lógica não é a de determinar que algo está assim ou assim, isto é, quais fatos específicos determinam o mundo, mas em ser a lógica anterior a toda experiência, a margem de manobra *a priori* sobre a qual os fatos são possíveis, em ser todas as possibilidades fatos seus”.³⁰⁹ Assim, não há nenhuma possibilidade que já não esteja inscrita na lógica, não podendo também encontrar depois uma nova possibilidade³¹⁰ nem acaso - mas a lógica ela mesma não pode ser possível. Segundo Griffin, não se pode determinar *a priori* as proposições elementares pela razão de que a forma de um nome é consequência de o nome estar familiarizado com o seu objeto. Ora, o que sabemos dos objetos é que devem estar necessariamente em uma ligação possível com outros objetos, de modo que a familiaridade entre nome e objeto é dado *a posteriori*.³¹¹

Que Wittgenstein tenha especificado algumas formas lógicas dos objetos, ainda assim não seria possível chegar a saber quais são as proposições elementares. É um esforço infrutífero não tanto por uma suposta atitude agnóstica, mas em face de uma impossibilidade lógica. Se também não é possível determinar todos os objetos simples, trabalho este muito mais empírico do que lógico, a analogia é que também não é possível

³⁰⁶ SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. A Essência da Proposição e a Essência do Mundo, p. 93-94

³⁰⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.1272.

³⁰⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.557.

³⁰⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.0121.

³¹⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus* 2.0123.

³¹¹ GRIFFIN, James. *O atomismo lógico de Wittgenstein*, p. 187.

especificar o número de nomes, “tampouco podemos especificar a composição da proposição elementar”.³¹²

Com efeito, integrar as proposições elementares no âmbito da doutrina do dizer e do mostrar não é uma tarefa das mais fáceis. O mundo só se deixa dizer porque existem proposições ainda mais básicas: na medida em que nos estados de coisas os objetos concatenam-se no interior daqueles à maneira dos elos de uma corrente, uma concatenação que não é concatenada por nada, as proposições elementares, “que consistem em nomes em relação imediata”³¹³, são as que retratam essas as concatenações, as quais podem ser atuais ou não; como instanciação última, em que a análise lógica não pode chegar a saber quais são os nomes, mas apenas que devem haver nomes e proposições elementares, estas últimas são, com efeito, condições de verdade de proposições moleculares de que são elementos constituintes, cuja totalidade das proposições elementares delimita a totalidade e possibilidade das proposições moleculares, identificando-se, portanto, com a totalidade da linguagem.³¹⁴

Expressam as concatenações possíveis de objetos, ao mesmo tempo em que mostram os objetos simples, que, inefáveis, não são alcançados pela notação. Não obstante, parece que a mera impossibilidade lógica – “a lógica e a sua aplicação não podem ser sobrepor” - na especificação de proposições elementares não é um arrazoado suficiente para se chegar, por exemplo, a uma expressão do tipo “proposições elementares só podem ser mostradas”. Mas é curioso também notar que Wittgenstein, logo após apresentar os argumentos contidos a partir dos aforismos 5.55, inicia justamente a sua abordagem sobre os temas cardeais da doutrina do dizer e do mostrar, como a ideia de um eu metafísico e o solipsismo. A proposição elementar é uma espécie de condensação de elementos que, contidos na proposição, só podem ser mostrados *a posteriori*.

Quando Wittgenstein afirma que uma proposição diz que as coisas estão assim ou assim, aqui devemos nos lembrar novamente que a proposição é como uma régua aposta à realidade, a tocar a parte mais externa dos objetos. Como contrapartida da sintaxe lógica, os objetos são substituídos por nomes. O dizer, neste sentido, está circunscrito à afirmação

³¹² WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 5.551.

³¹³ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 4.221; 4.51: “Suponhamos que me fossem dadas todas as proposições elementares: seria então possível perguntar simplesmente: que proposições posso constituir a partir delas? Essas são todas as proposições e assim se delimitam”. 4.52: “As proposições são tudo que se segue da totalidade de todas as proposições elementares (e, naturalmente, também de ser a totalidade delas todas’). (Assim, em certo sentido poder-se-ia dizer que todas as proposições são generalizações das proposições elementares.)”

³¹⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus** 4.001.

ou negação de estados de coisas. Há, portanto, uma sintonia direta entre proposição e fato. O mostrar não é algo desvinculado do dizer, mas não usufrui dessa mesma sintonia direta. Não há diferença concorrente entre a forma lógica dos estados e a forma lógica das proposições que as descrevem. Toda proposição é bipolar. O perímetro da dizibilidade requer que a figuração tenha uma forma comum entre figuração e afigurado, mas essa forma comum como condição de possibilidade do dizer não pode ser expressa. Descrever um fato é descrever algo accidental, mas não pode ser a própria condição de dizibilidade algo também accidental. A relação proposição-fato é diferente da relação proposição-sentido.

Se é (1) o mundo totalidade dos fatos e (2) “todo acontecer e ser assim é casual”,³¹⁵ de alguma maneira o mundo como totalidade dos fatos deve ser então definido pela casualidade e “tudo o mais deve permanecer na mesma”³¹⁶. É neste sentido que o mostrar, como condição de dizibilidade e o sentimento místico como totalidade limitada do mundo, não podem estar no mundo, na medida em que “o que o faz não casual não pode estar *no mundo*” como um fato ou estado de coisas possível entre outros. Se (1) o conhecimento do objeto só pode ser concebido via estado de coisas, o objeto como partícipe de um complexo, então o único conhecimento aproximado do objeto seriam os fatos, mas os fatos não são os objetos simples propriamente ditos, mas os objetos simples com suas ligações, razão pela qual o objeto simples é inefável; (2) por conseguinte, na medida que uma proposição elementar é uma ligação imediata de nomes e se fosse possível listar todas as proposições elementares, ainda assim seria impossível, em função da premissa 1, chegar a saber a forma lógica ou os objetos simples ali articulados. De alguma maneira, toda proposição que chegamos a instituir é uma proposição molecular, nunca uma proposição elementar. No entanto, a aplicação da lógica a partir da tabela de verdade deve poder mostrar que proposições moleculares são funções de verdade de proposições elementares e que, portanto, a sua existência é uma existência postulada logicamente.

A alegoria do olho e o campo visual é deveras ilustrativa: o olho que tudo vê não pode, porém, ver a si mesmo. Como próprio *Tractatus* afirma, “nada *no campo visual* permite concluir que é visto a partir de um olho.”³¹⁷ A ênfase em “campo visual” talvez indique que não se pode fazer uma inferência do que há ou o que é visto por um olho; não

³¹⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 6.41.

³¹⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1.21.

³¹⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus* 5.633.

há uma relação externa. O olho, neste sentido, não pode identificar-se com o campo visual, o campo visual é uma perspectiva entre outras, tal qual no cubo dois fatos diferentes.³¹⁸ Há um paralelo entre o ver e o dizer. O olho é condição possibilitante do ver, não pode ver a si mesmo como uma perspectiva entre outras, caso contrário a condição possibilitante seria eminentemente casual e não mais condição possibilitante. Neste sentido, há um paralelo entre olho-campo visual e a virtude descritiva da linguagem. A descrição é descrição de algo casual, uma perspectiva também entre outras cujo resultado analógico é que a linguagem não pode explicar a si mesma, não pode ela descrever a condição precípua à descrição. É por isso, portanto, que essa condição não pode estar no mundo, mas fora dele.

Não é errado afirmar que a doutrina do dizer e do mostrar emerge de ponta a ponta no *Tractatus*, simultaneamente desde a discussão sobre em que condições é estabelecido o mundo que se deixa dizer (proposições dos grupos 1 e 2), também na teoria da figuração como definidora dos perímetros da dizibilidade (proposições de grupo 3) e a genuína discussão sobre o místico a partir do aforismo 5.62. O limite do mundo de que fala Wittgenstein em 6.45³¹⁹, que, aliás, pode ser lido em paralelo com a afirmação de que o mundo é a totalidade dos fatos, não se trata da delimitação de uma suposta unidade indivisível; o limite do mundo não é, pois, uma consequência depois de se ter reunido todos os fatos que compõem o mundo. A despeito de Wittgenstein insistir em algumas passagens acerca do limite do mundo, ainda assim esse limite não pode ser determinado à maneira de uma espécie de linha divisória a materializar o que pode e o que não pode ser dito. Mas que limite é esse cuja apreensão dá origem ao sentimento místico? O *Tractatus* dá a seguinte pista: “A realidade empírica é limitada pela totalidade dos objetos. O limite volta a evidenciar-se na totalidade das proposições elementares”.³²⁰ Ora, se o próprio *Tractatus* deixa evidente que é um contrassenso falar do número de objetos³²¹, então por que Wittgenstein prefere dizer que a realidade empírica é demarcada pela totalidade dos objetos e não dos fatos? A hipótese é que a demarcação do limite do mundo a partir do conjunto de fatos apenas determinaria o seu limite em termos meramente empíricos.

³¹⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus* 5.5423.

³¹⁹ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 6.45: “O sentimento do mundo como totalidade limitada é o sentimento do mundo”.

³²⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 5.5561.

³²¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.1272: “Não se pode dizer, por exemplo, ‘há objetos’ como se diria ‘há livros’. Nem tampouco ‘há 100 objetos’ ou ‘há X objetos’. E é um contrassenso falar do número de todos os objetos”.

Por mais paradoxal que possa parecer, parece-nos mais adequado apontar o limite da realidade a partir da totalidade dos objetos. Isso porque já estamos familiarizados com a ideia de que os objetos só podem aparecer integrados em complexos a partir da forma lógica, então quando Wittgenstein fala do limite da realidade em termos de totalidade de objetos, na verdade ele está querendo dizer que o limite da realidade é determinado pela forma lógica. Em certo sentido, numa proposição qualquer já está demarcado o limite do que pode ser dito e do que só pode ser mostrado. O resultado disso é a conclusão de que há por certo um limite do mundo, a que a linguagem se conforma, mas esse limite não pode ser conhecido ultrapassando para o outro lado do limite, nem a linguagem pode evidenciá-lo. Wittgenstein deixou isso claro desde o prefácio ao dizer que “o limite só poderá, pois, ser traçado na linguagem, e o que estiver além do limite será simplesmente um contrassenso”.³²² Determinado, portanto, os limites do mundo e da expressão do pensamento em termos de forma lógica, já se estabelece o limite e a margem de manobra dos fatos. Assim como não existe uma figuração verdadeira *a priori*, os fatos ocorrem por mero acaso, mas uma casualidade controlada na medida em que o fato é, antes de mais nada, a realização de uma possibilidade lógica.

Neste sentido, o sentimento místico é uma espécie de intuição do mundo como todo limitado proveniente da sua decomposição em elementos ainda mais básicos, em saber que uma proposição molecular pode ser finitamente analisada, embora sem chegar a conhecer a forma lógica, que apenas se mostra na notação. Para tanto, sabe que devem existir objetos simples e fixos, os quais só podem ser nomeados e que só podem ser mostrados a partir da descrição de suas propriedades externas. Além disso, o sentimento místico estabelece o limite, ou melhor, compreende que há um limite entre o que apenas pode ser dito e o que só pode ser mostrado. Isto é, depois de especular o mundo e a linguagem, cuja culminação final é jogar a escada fora depois de ter subido por ela, torna-se conhecedor da existência de duas instâncias – o dizer e o mostrar.

³²² WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, p. 125.

Conclusão

O percurso trilhado ao longo do trabalho mostrou que a análise da proposição remonta em como a ontologia é fixada no *Tractatus* e, por isso, explica como uma proposição falsa tem a mesma aptidão das proposições verdadeiras em manter uma relação isomórfica com o mundo. A razão é que os objetos simples, componentes de fatos e estados de coisas, subsistem independentemente do que seja o caso. Assim, ainda que não existam certos estados de coisas, o mundo como totalidade dos fatos, primeira afirmação do *Tractatus*, deve ser compreendido na medida em que inclui o que Wittgenstein classifica de fato negativo, sob pena de se comprometer com um mundo permeado de efetividades, portanto algo muito mais empírico do que lógico. Neste sentido, nos coadunamos com a afirmação de Cunha de que “a Ontologia do *Tractatus* chega-se por uma *via semântica*” e “o argumento a favor da existência de objetos simples mostra assim também que, contrariamente à ordem de exposição de Wittgenstein, a Semântica do *Tractatus* precede conceptualmente a Ontologia”.³²³ Para isso, exploramos as proposições contraditórias, para mostrar que não há não-fatos ou, como bem apontou Griffin, não há razão para interpretar o fato no *Tractatus* que fosse inteligível dizer, ao mesmo tempo, “que não acontecem e mesmo assim são fatos”.³²⁴ Se a realidade é a inexistência e a existência de estados de coisas, no cômputo final a não existência de um estado de coisas é asserida por uma proposição negativa. É neste sentido que o seu valor de verdade - da proposição negativa - é determinado inevitavelmente por um fato, sempre pelo fato - agora qualificado, por Wittgenstein, de fato negativo -, em a proposição comparar-se com a realidade.³²⁵ Ou como poderíamos determinar o valor de verdade de uma proposição sem encontrar aí um fato que seja justamente aquilo que determinaria se uma proposição é verdadeira ou falsa?

Ora, ainda assim não estaríamos comprometidos com uma suposta prioridade da efetividade em relação à lógica, como se o princípio fosse os fatos, a totalidade dos fatos? Pegando emprestado a afirmação de Bento Prado Jr. de que não cabe ao filósofo, para Wittgenstein, fazer profecias³²⁶, não convém ao *Tractatus* determinar quais são os fatos. O mundo disposto à lógica não tem expectativa, já que os fatos na verdade são a realização de uma possibilidade que é anterior à própria realização, o fato “desde sempre

³²³ CUNHA, Rui. A dedução dos objectos no *Tractatus*. p. 241.

³²⁴ GRIFFIN, James. *O atomismo lógico de Wittgenstein*, p. 69.

³²⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.222-2.223

³²⁶ Cf. PRADO JR., Bento. *Erro, Ilusão e Loucura*. Editora 34: São Paulo, 2004, p. 33.

domesticado no interior do espaço lógico”.³²⁷ A ênfase na ideia de possibilidade tem como consequência que a efetividade é, de alguma maneira, externa ao mundo do ponto de vista do eterno, aos objetos simples como substância fixa do mundo.³²⁸ Mas nem por isso a efetividade vem a ser algo arbitrário. A nossa discussão, portanto, exigiu que regredíssemos aos objetos simples, à maneira como Wittgenstein os apresenta na parte inicial do *Tractatus*. Isso porque os fatos como conjunção de estados de coisas têm no simples a gênese da ideia de possibilidade, a determinação da margem de manobra do que pode ou não pode ser empiricamente realizável, razão pela qual Wittgenstein afirma que “dados todos os objetos, com isso estão dados também todos os possíveis estados de coisas”.³²⁹

É em função disso que o sentido de uma proposição falsa pode ser preservado. Por outro lado, para que a proposição bipolar tenha correlação com o mundo, independentemente de seu valor de verdade, como contrapartida é preciso que a subsistência dos objetos simples seja também preservada. O sentido da proposição advém ao sinal na medida em que representa um estado de coisa, que não passa de uma concatenação possível entre objetos. Que um objeto determinado não esteja vinculado a esse ou aquele objeto não é por isso que ele deixa de ser fixo e subsistente, porquanto o que é variável aqui é apenas a sua possibilidade de combinação entre si, previamente inscrita nos elementos simples. Admitir que a efetividade é externa à substância significa dizer, portanto, que ao simples nada é aí acrescentado. É por isso que Giannotti afirma com razão que os objetos são aí apresentados como se fossem insaturados.³³⁰ É verdade que a principal preocupação de Wittgenstein é o de traçar os limites da expressão do pensamento. Isso pode ser uma evidência de que a ontologia, no final das contas, é adaptada para caber no simbolismo. Tentamos apresentar outra perspectiva: a forma como Wittgenstein prepara a ontologia – entre o fixo e o variável – cimenta a aptidão da linguagem em poder constituir-se como imagem do mundo, muito embora o simples não nos seja dado, mas admitido por Wittgenstein como uma postulação.

Para sustentar a tese da independência do sentido e, portanto, a condição para que o mundo deixe-se dizer, faz-se necessário afirmar que os objetos são simples. Afinal de

³²⁷ PRADO JR., Bento. **Erro, Ilusão e Loucura**, p. 33.

³²⁸ GIANNOTTI, José Arthur. **Apresentação do mundo**: considerações sobre o pensamento de Ludwig Wittgenstein. Companhia das Letras: São Paulo, 1995, p. 37.

³²⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, 2.0124.

³³⁰ GIANNOTTI, **Apresentação do mundo**: considerações sobre o pensamento de Ludwig Wittgenstein, p. 32.

contas, como bem nota Mounce, “se não existirem algumas palavras que sejam representantes diretos dos objetos, jamais apreenderemos nome algum” e, portanto, “não haveria contato algum entre mundo e linguagem”. (MOUNCE, p. 34) Essa ideia, aliás, é fortalecida pelo próprio Wittgenstein nos *Notebooks*, ao dizer que “a exigência de coisas simples é a exigência da precisão do sentido.”³³¹ É neste sentido que a tese da simplicidade dos objetos não é uma mera trivialidade. Aliás, é o próprio *Tractatus* que esclarece o efeito negativo caso os objetos não fossem simples: tomados como substância do mundo, afirma Wittgenstein (2.021), os objetos não podem ser compostos e “se o mundo não tivesse substância, ter ou não sentido uma proposição dependeria de ser ou não verdadeira uma proposição” (2.0212), num regresso infinito. Seria, portanto, impossível traçar uma figuração. Assim, a ordem de exposição do *Tractatus*, facultada em como o mundo se estrutura - apresentando, de início, os fatos, objetos simples e estados de coisas -, não é incompatível com o espírito da obra de demarcar os limites do discurso significativo. No final das contas, nada é acrescentado aos objetos, ainda que eles possam aparecer concatenados a outros simples. Mais uma vez prevalece a imposição da lógica sobre a ontologia, afinal é a própria lógica que “trata de cada possibilidade e todas as possibilidades são fatos seus”. (2.0121)

Como postulados, mais precisamente como candidatos a inefáveis, os objetos simples não podem distinguir-se uns dos outros. Surge, com isso, uma tensão em relação ao estatuto da nomeação, afinal de contas toda proposição tem como exigência técnica que se atribua nome aos objetos, os quais “diferenciam-se uns dos outros apenas por serem diferentes”.³³² À parte isso, porém, o vínculo entre nome e objeto não pode ser uma costura levada a cabo por um sujeito em uma ação mais ou menos miraculosa, tampouco é atuação de um *deus ex machina*, já que o lugar atribuído ao Altíssimo só pode ser, no máximo, equivalente à própria lógica. É completamente indiferente ao isomorfismo qual nome deve ser atribuído ao objeto; tudo que importa, por conseguinte, é que algum nome seja atribuído aos objetos, desde que as regras sintáticas coincidam formalmente às possibilidades combinatórias dos objetos.

³³¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Cadernos* – 1914 - 1916. Edições 70: Lisboa, 2004, p. 95.

³³² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.0233.

Mostramos ao longo do trabalho que o limite do que pode ser pensado é condizente com o fato de que os objetos só podem ser concebidos como partes que compõem fatos e estados de coisas. Assim, há uma identidade entre o que é pensável e o que se pode dizer. Com efeito, a determinação dos estados de coisas é resultado da forma lógica dos objetos e a demarcação do que pode ser pensado consiste, por exemplo, em não poder *pensar* o objeto fora da sua possibilidade de sua ligação com outros.³³³ A isomorfia se caracteriza pela presença de uma mesma forma entre proposição e fato. Essa relação isomórfica, juntamente com o método de projeção incorporada pelas proposições, são condições necessárias e, sobretudo, autossuficientes à linguagem, não havendo necessidade da intervenção de um sujeito com uma suposta incumbência de estabelecer uma ligação externa entre mundo e linguagem, objeto e nome. Isso porque, como mostramos, a linguagem não é redutível à mera expressão do pensamento, ambas estão em ligação interna, não prevalecendo sobre uma ou outra qualquer prioridade lógica.

A relação entre nome e objetos simples, ainda que indistinguíveis, advém dos pressupostos da teoria pictórica. Ora, se "entender uma proposição significa saber o caso se ela é verdadeira"³³⁴, então apreender o sentido de uma proposição significa saber quais objetos estão envolvidos no caso, mais precisamente nos estados de coisas, assim saber quais são esses objetos significa saber quais nomes estão vinculados a quais objetos. A nomeação agora apela ao conceito de sentido, sobretudo ao método de projeção, que consiste em pensar o sentido como projeção de uma situação possível.³³⁵ Ou seja, pensar o sentido da proposição significa automaticamente projetar uma situação possível, a existência ou inexistência de um estado de coisas, isto é, concatenações também possíveis de objetos, de maneira que seria uma contradição pensar uma situação possível sem que soubesse, ao mesmo tempo, os nomes dos objetos.

³³³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.0121

³³⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.024

³³⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.11

Referências

- BLACK, Max. **A Companion to Wittgenstein's Tractatus**. New York: Cornell University Press, 1966.
- BORGES, Jorge Luís. Sobre o Rigor na Ciência In: **História Universal da Infâmia**, trad. de José Bento, Assírio e Alvim, 1982.
- BORGES, Jorge Luis; SABATO, Ernesto. **Diálogos**. Globo: São Paulo, 2005.
- COPI, Irving. **Wittgenstein's Tractatu**: A critical exposition of its main lines of thought. By Erik Stenius. Ithaca: Cornell University Press, 16o. Pp. xi, 241. 5.00.
- CUNHA, Rui. A dedução dos objectos no Tractatus. In: **Revista Portuguesa de Filosofia**, 45 (1989), 225-246.
- CUTER, João Vergílio Gallerani. A ética no Tractatus. In: **Revista Analytica**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 2, 2003.
- CUTER, João Vergílio Gallerani. Por que o *Tractatus* necessita de um sujeito transcendental? In: **Revista Dois pontos**, Curitiba, São Paulo, vol. 3, n.1, p. 171-192, abril, 2006.
- DIAMOND, Cora. *Peter Winch on the Tractatus and the unity of Wittgenstein's philosophy* In: PICHLER, Alois; SÄÄTELÄ, Simo. (Eds). **Wittgenstein: The Philosopher and his Works**. Frankfurt I Paris I Ebikon I Lancaster I New Brunswick: ONTOS VERLAG, 2006.
- ENGELMANM, P. **Letters from Ludwig Wittgenstein, with a memoir**. Oxford: Basil Blackwell.
- FAUSTINO, Silvia. **A experiência do indizível**: uma introdução ao *Tractatus* de Wittgenstein. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- FREGE, Gottlob. Conceitografia, "Prefácio". In: FREGE, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: EDUSP, 2009^a.
- FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In: FREGE, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: EDUSP, 2009.
- GIANNOTTI, José Arthur. **Apresentação do mundo**: considerações sobre o pensamento de Ludwig Wittgenstein. Companhia das Letras: São Paulo, 1995
- GRIFFIN, James. **O atomismo lógico de Wittgenstein**. Porto: Editora Porto, 1998.
- HACKER, P.M.S. **Insight and Illusion**: Wittgenstein on Philosophy and the Metaphysics of Experience. Oxford: Clarendon Press, 1972.
- ISHIGURO, Hidé. Use and Reference of Names. In: WINCH, Peter G. (edited by). **Studies in the Philosophy of Wittgenstein**. London: Routledge & Kegan Paul, 1969.

JANIK, Alain; TOULMIN, Stephen. **A Viena de Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

KENNY, Anthony. **Wittgenstein**. Madrid: Alianza Editorial, 1972.

MARION, Mathieu. Ludwig **Wittgenstein**: Introdução ao Tractatus Logico-Philosophicus. São Paulo: Annablume, 2012.

MÁRQUES, António. Teoria da Abbildung e Heracliteanismo no Tractatus. In: **Revista Portuguesa de Filosofia**, T. 38, Fasc. 1, Actas do Colóquio Luso-Austriaco Sobre Ludwig Wittgenstein (Jan. – Mar., 1982), pp. 135-141.

MARQUES, Edgard. A crítica de Carnap ao argumento de Wittgenstein contra a possibilidade de uma metalinguagem. In: **Revista Síntese Nova**: Belo Horizonte, v. 24, n.77, 1997.

MÁRQUEZ, Gabriel García. A solidão da América. In: MÁRQUEZ, Gabriel García. **Cem anos de solidão**. São Paulo: Record, 2009a
MÁRQUEZ, Gabriel García. **Cem anos de solidão**. São Paulo: Record, 2009.

MCGUINNES, Brian. **Approachs to Wittgenstein**. London and New York: Routledge, 2002.

MCGUINNESS, Brian (ed.). **Wittgenstein in Cambridge**: Letters and Documents 1911–1951.

MONK, R. **O dever do gênio**. Trad. Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MORENO, Arley. Conhecimento científico do individual e comentários filosóficos – uma análise do Tractatus. In: **Trans/form/ação**: Revista de Filosofia. Marília: 1974, 1, 71-77.

MOUNCE, B. O. H. Philosophy, solipsism and thought. In: **The Philosophical Quartely**, Vol. 47, nº 186, 1997.

MOUNCE, H. O. **O Tractatus de Wittgenstein**: uma introdução. São Paulo: Scientiae Studia, 2022.

NEURATH, O. **Philosophical papers**, 1913-1946. Dordrecht: Reidel, 1983.

OLIVEIRA, Wagner Teles de. Pensamento e subjetividade em Wittgenstein. In: **Revista Analytica**, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 1, 2018, p. 141-164,

OLIVEIRA, Wagner Teles de. Valores, absoluto e o ponto de vista lógico do *Tractatus*. **Revista Ideação**, Feira de Santana, Dossiê NEF-UEFS, dezembro, 2020, p. 68-84

PAZ, Octavio. **O Arco e a Lira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1956.

PEARS, D. F. **The False Prison**: A Study of the Development of Wittgenstein's Philosophy.

PEARS, D. F. **The False Prison: A Study of the Development of Wittgenstein's Philosophy.** Vol I. Oxford: Clarendon Press, 1987.

PINTO, Paulo Roberto Margutti. Crítica da linguagem e misticismo. **Revista Portuguesa de Filosofia**, t. 58, fasc. 3, julho-setembro, 2002

PINTO, Paulo Roberto Margutti. **Iniciação ao Silêncio.** São Paulo: Edições Loyola, 1998.

PINTO, Paulo Roberto Margutti. **Iniciação ao Silêncio.** São Paulo: Edições Loyola, 1998; PINTO, Paulo Roberto Margutti. A questão da continuidade do pensamento de Wittgenstein. <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com>. 29 de junho de 2014. Disponível em: <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/06/29/a-questao-da-continuidade-do-pensamento-de-wittgenstein-paulo-margutti/> Acesso: 31 de dez de 2023

PRADO JR., Bento. **Erro, Ilusão e Loucura.** Editora 34: São Paulo, 2004.

RUSSELL, Bertrand. Introdução. In: WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus.** EDUSP: São Paulo, 2017.

SALLES, João Carlos. *A noção de Porträt.* In: SALLES, João Carlos. **O Retrato do Vermelho e Outros Ensaios.** Salvador: Quarteto, 2006.

SALLES, João Carlos. *Algumas considerações sobre Deus e suas circunstâncias.* In: SALLES, J. C. **Retrato do vermelho e outros ensaios.** SALVADOR: Quarteto, 2006a.

SALLES, João Carlos. *Sobre inefáveis.* In: RODRIGUES, Cassiano Terra (org.) **Arley Morenum Liber Amicorum: Homenagem a Arley Moreno Ramos in memoriam.** São Paulo: Filoczar, 2020.

SALLES, João Carlos. **Tractatus: frente e verso.** Salvador: Quarteto, 2022.

SANTOS, Luiz Henrique Lopes. A essência da proposição e a essência do mundo. In: WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus.** São Paulo: Edusp, 2008.

SEGATTO, Antônio Ianni. **Wittgenstein e o problema da harmonia entre pensamento e realidade.** São Paulo: Ed. UNESP, 2015.

STERN, David. **Wittgenstein on mind and language.** New York: Oxford University Press, 1995.

VILLORO, Luis. (2018). Lo indecible en el Tractatus. Crítica. **Revista Hispanoamericana De Filosofía**, 7(19), 5–39.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Cadernos – 1914 - 1916.** Edições 70: Lisboa, 2004.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Conferência sobre Ética.** Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2017.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Letters by F. P. Ramsey.** Oxford: Londres, Blackwell/Routledge & Kegan Paul, 1973.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Notebooks 1914-1916**. Edited by G.H. von Wright e G.E.M. Anscombe, 1998.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Remarks on the Philosophy of Psychology**. Oxford: Basil Blackwell, 1998. Vol. I e II.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Edusp, 2008.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Wiener Ausgabe**, vol. 3, p. 280; MS 110, p. 212-213.